



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

Mestrado em Lazer e Desenvolvimento Local

ACTIVIDADES FÍSICAS INTEGRADAS

O caso do Concelho de Seia

César Alexandre Caeiro Fernando

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

Mestrado em Lazer e Desenvolvimento Local

ACTIVIDADES FÍSICAS INTEGRADAS

O caso do Concelho de Seia

Dissertação de Mestrado com vista á obtenção do Grau de
mestre em Lazer e Desenvolvimento Local

Orientadora: **Professora Doutora Salomé Marivoet**

César Alexandre Caeiro Fernando

Coimbra, 2011

RESUMO

Tendo como objectivo contribuir para uma melhor racionalização das políticas desportivas, pretendemos saber de que modo a procura desportiva no Concelho de Seia se encontra satisfeita com a oferta desportiva existente. Neste sentido e com base no contributo dos autores, definimos a nossa problemática de análise, objecto de estudo, hipóteses e respectiva metodologia.

Através da aplicação de um inquérito sociográfico a uma amostra representativa, composta por 300 munícipes do Concelho de Seia, sendo 154 do sexo feminino e 146 do sexo masculino, recolhemos informação, tratada no programa *SPSS* versão 14.0 para *Windows*, que nos permitiu testar a veracidade das hipóteses em estudo.

Concluimos, então, que a Participação e a Procura não satisfeita, são elevadas face aos valores nacionais existentes. Denota-se, que há um grande leque de indivíduos a manifestar intenção de práticas desportivas não organizadas, no âmbito do lazer, sugerindo, então, uma desadequação da oferta face às disposições da procura. Os dados apontam, para a possibilidade de um aumento significativo da Participação, sendo as mulheres e os indivíduos pertencentes aos grupos menos favorecidos a registar o aumento mais expressivo.

Podemos, também, concluir que os indivíduos que têm hábitos desportivos mais vinculados no Concelho em estudo são os do sexo masculino, jovens e pertencentes a grupos sociais com maiores níveis de capital cultural e económico. Por parte dos praticantes, encontra-se uma satisfação com as condições existentes para a prática das modalidades oferecidas no Concelho.

Os dados recolhidos no nosso estudo permitiram verificar que a grande maioria dos residentes do Concelho desconhece as instalações desportivas, os seus serviços e as actividades oferecidas. Este facto denota-se em maior número nas mulheres, nos indivíduos mais velhos, bem como, nos grupos sociais com menor nível de capital cultural e económico.

Palavras-chave: Desporto, Participação, Procura, Oferta, Idade, Sexo, Grupo social, Concelho.

ABSTRACT

Aim of contributing to a better rationalization of sports policies, we want to know how the search of sport activities in the municipality of Seia is satisfied with the existing range of sports. In this sense, based on the contribution of the authors, we define our problem analysis, object of study, its assumptions and methodology.

By applying a sociographic inquiry to a representative sample, consisting of 300 residents of the Municipality of Seia, with 154 female and 146 male, we collected information, treated in *SPSS* version 14.0 for *Windows*, which allowed us to test the veracity of the assumptions studied.

We conclude that the participation and unsatisfied demand, are high compared to existing national values. We notice that there is a wide range of individuals to express their intention to practice non-organized sport activities, within the leisure, suggesting the existence of an inadequacy of the provisions of supply over demand. The data point, thus the possibility of a significant increase in participation, being women and individuals belonging to disadvantaged groups to record the most significant increase.

We can also conclude that individuals who have sport habits more stark in the municipality under study are male, young and those who belong to social groups with higher levels of economic and cultural capital. By practitioners, there is a satisfaction with the existing conditions for the practice of the methods offered in the County.

The data in our study helped confirm that the vast majority of County residents are unaware of the sports facilities, its services and activities offered. This is denoted in greater numbers in women, in older individuals and in groups with lower social economic and cultural capital.

Keywords: Education, Participation, Demand, Supply, age, sex, social group, County.

RESUMEN

Teniendo como objetivo contribuir para una mejor racionalización de las políticas deportivas, nos gustaría saber de qué forma, la búsqueda del deporte en el municipio de Seia, se encuentra satisfecha con la actual oferta de actividades deportivas. De esta manera, sobre la base de la contribución de los autores, definimos nuestro problema del análisis, objeto de estudio, sus supuestos y su respectiva metodología.

Mediante la aplicación de una encuesta socio gráfica a una muestra representativa de 300 residentes del municipio de Seia, siendo 154 del sexo femenino y 146 del sexo masculino, recopilamos información, tratada en el programa *SPSS* versión 14.0 para *Windows*, lo que nos permitió comprobar la veracidad de los supuestos en estudio.

Llegamos a la conclusión de que la participación y la demanda insatisfecha, son altos en comparación con los actuales valores nacionales. Se puede afirmar, que hay una amplia gama de personas expresando su intención de la práctica deportiva no organizada, en el ocio, lo que sugiere la existencia de una insuficiencia de la oferta sobre la disposición de la demanda. Los datos apuntan, por lo tanto, para la posibilidad de un aumento significativo en la participación, siendo las mujeres y las personas pertenecientes a grupos desfavorecidos, los que registran un aumento más significativo.

También podemos concluir que las personas que tienen hábitos deportivos más marcados en el Municipio en estudio son los del sexo masculino, jóvenes y los que pertenecen a grupos sociales con mayores niveles de capital económico y cultural. Por lo que se refiere a los practicantes, se encuentra satisfecho con las condiciones existentes para la práctica de las modalidades ofrecidas en el Municipio.

Los datos de nuestro estudio ayudó a confirmar que la gran mayoría de los residentes del condado no son conscientes de las instalaciones deportivas, sus servicios y actividades que se ofrecen. Esto se denota en mayor número en las mujeres, en las personas mayores, así como en los grupos con menor capital social económico y cultural.

Palabras clave: educación, participación, demanda, oferta, edad, sexo, grupo social, el Municipio.

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	X
AGRADECIMENTOS	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. TEMPO LIVRE, LAZER E DESPORTO	6
1.1. Abordagens Conceptuais do Tempo Livre e Lazer	8
1.2. Lazer Activos ou Desportivos e Saúde	8
1.3. A Conceção do 'Desporto para Todos'	13
2. MERCADO DESPORTIVO	15
2.1. Oferta Desportiva	15
2.1.1. Serviços desportivos	17
2.1. 2. Infra-estruturas desportivas	18
2.2.3. As entidades	21
2.2. Procura Desportiva	30
2.3. Marketing no Desporto	39
3. A SITUAÇÃO EM PORTUGAL	43
3.1. Participação Desportiva	44
3.2. Enquadramento Legal do Desporto Municipal	50
4. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJECTO DE ESTUDO E HIPÓTESES	52
CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	57
1. PROCEDIMENTOS	60
2. MODELO DE INVESTIGAÇÃO	62
2.1. Construção dos Indicadores Desportivos	63
2.2. Classificação dos Grupos Sociais	64
2.3. Métodos Quantitativos	65
3. AMOSTRAGEM	67
3.1. Fundamentos da Amostra	67

3.2. Definição da Amostra	68
3.3. Recolha de Dados	74
3.4. Processamento da Informação.....	75
CAPITULO III - CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DO CONCELHO DE SEIA	77
1. LOCALIZAÇÃO	79
2. HISTORIAL DA CIDADE DE SEIA	79
3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÓMICOS E CULTURAIS DO CONCELHO	81
4. INSTALAÇÕES E ACTIVIDADES DESPORTIVAS MUNICIPAIS	82
CAPÍTULO IV - PROCURA DESPORTIVA EM SEIA	83
1. HÁBITOS DESPORTIVOS DA POPULAÇÃO DE SEIA	85
2. PRÁTICA DESPORTIVA SEGUNDO O GÉNERO	88
3. PRÁTICA DESPORTIVA SEGUNDO A IDADE	90
4. PRÁTICA DESPORTIVA SEGUNDO O GRUPO SOCIAL	92
5. SÍNTESE CONCLUSIVA	94
CAPITULO V - INSTALAÇÕES E MODALIDADES	97
1. MODALIDADES DESPORTIVAS MAIS PRATICADAS	99
1.1. Idade e Sexo dos Praticantes Segundo as Modalidades	101
1.2. Afinidades Entre os Grupos Sociais e as Modalidades	103
2. DESPORTOS PRETENDIDOS	104
2.1. Desportos Pretendidos Segundo o Sexo e a Idade	105
2.2. Modalidades Pretendidas Pelos Grupos Sociais	107
3. NOVAS MODALIDADES PRETENDIDAS PELOS PRATICANTES	108
3.1. Novas Modalidades Pretendidas pelos Praticantes Segundo Sexo e Idade	109
3.2. Novas Modalidades Desejadas Pelos Grupos Sociais Já Praticantes	111
4. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	112
5. SÍNTESE CONCLUSIVA	114
CAPITULO VI - ACESSIBILIDADES E PROMOÇÃO	117
1. SERVIÇOS	119

1.1. Serviços Segundo Sexo e Idade	120
1.2. Serviços Segundo o Grupo Social	121
2. ACESSIBILIDADES	121
2.1. Preços e Distância e Meios de Acesso Segundo o Sexo.....	122
2.2. Preços e Distância e Meios de Acesso Segundo a Idade.....	123
2.3. Preços e Distância e Meios de Acesso Segundo o Grupo Social	124
3. PROMOÇÃO	125
3.1. Promoção Segundo o Sexo	126
3.2. Promoção Segundo o Escalão Etário	127
3.3. Promoção Segundo o Grupo Social	128
4. SÍNTESE CONCLUSIVA	129
CONCLUSÃO	131
RECOMENDAÇÕES	137
BIBLIOGRAFIA	139
ANEXOS	147
ANEXO I - INQUÉRITO SOCIOGRÁFICO	149
ANEXO II - TIPOLOGIA DOS GRUPOS SOCIAIS	157
ANEXO III - POPULAÇÃO DO CONCELHO DE SEIA	161
ANEXO IV - MAPA DE LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)	165
ANEXO V - QUADROS DE APURAMENTO (OUTPUTS DO SPSS)	173

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadros

Quadro I - Modelo de Análise Desagregado	62
Quadro II – Tipologia dos Grupos Sociais	65
Quadro III - Distribuição da População (dos 15 aos 74 anos), por Freguesia	69
Quadro IV - Calculo da Percentagem de Indivíduos por Grupo de Freguesia	70
Quadro V - Calculo da Percentagem de Indivíduos por Escalão Etário	71
Quadro VI - Calculo da Percentagem de Indivíduos por Sexo	71
Quadro VII - Distribuição de Questionários por Grupo de Freguesia, Sexo e Idade	72
Quadro VIII - Indicadores de Procura Desportiva Nacionais e do Concelho de Seia	87
Quadro IX - Cálculo da Percentagem das Modalidades Praticadas	100

Gráficos

Gráfico 1 - Amostra segundo o Sexo	72
Gráfico 2 - Amostra segundo a Idade	73
Gráfico 3 - Amostra segundo o Grupo Social	73
Gráfico 4 - Comportamento da População face ao Desporto	85
Gráfico 5 - Procura Desportiva segundo o Sexo	89
Gráfico 6 - Prática Desportiva e Abandono segundo o Sexo	90
Gráfico 7 - Procura Desportiva segundo a Idade	91
Gráfico 8 - Prática Desportiva e Abandono segundo a Idade	92
Gráfico 9 - Procura Desportiva segundo o Grupo Social	92
Gráfico 10 - Prática Desportiva e Abandono segundo o Grupo Social	93
Gráfico 11 - Modalidades praticadas	100
Gráfico 12 - Modalidades praticadas segundo a idade e sexo	101
Gráfico 13 - Modalidades praticadas segundo o sexo	102
Gráfico 14 - Modalidades praticadas segundo a idade	102
Gráfico 15 - Modalidades praticadas segundo o grupo social	103
Gráfico 16 - Procura não satisfeita por modalidades	104
Gráfico 17 - Potenciais novos praticantes segundo a idade e sexo	105
Gráfico 18 - Procura não satisfeita por modalidades segundo sexo	106
Gráfico 19 - Procura não satisfeita por modalidades segundo idade	106
Gráfico 20 - Procura não satisfeita por modalidades segundo o grupo social	107

Gráfico 21 - Procura potencial por modalidades	108
Gráfico 22 - Procura potencial segundo idade e sexo	109
Gráfico 23 - Procura potencial por modalidades segundo o sexo	110
Gráfico 24 - Procura potencial por modalidades segundo a idade	110
Gráfico 25 - Procura potencial por modalidades segundo o grupo social	111
Gráfico 26 - Opinião acerca das instalações desportivas	112
Gráfico 27 - Opinião acerca instalações desportivas segundo o sexo	112
Gráfico 28 - Opinião acerca das instalações desportivas segundo o grupo etário	113
Gráfico 29 - Opinião acerca das instalações desportivas segundo o grupo social	114
Gráfico 30 - Opinião acerca dos serviços	119
Gráfico 31 - Opinião acerca dos serviços segundo o sexo	120
Gráfico 32 - Opinião acerca dos serviços segundo a idade	120
Gráfico 33 - Opinião acerca dos serviços segundo o grupo social	121
Gráfico 34 - Opinião acerca dos preços e distancia e meios de acesso	122
Gráfico 35 - Opinião acerca dos preços segundo o sexo	122
Gráfico 36 - Opinião acerca da distância e meios de acesso segundo o sexo	123
Gráfico 37 - Opinião acerca do preço segundo a idade	123
Gráfico 38 - Opinião acerca da distância e meios de acesso segundo a idade	124
Gráfico 39 - Opinião acerca do preço segundo o grupo social	124
Gráfico 40 - Opinião acerca da distância e meios de acesso segundo o grupo social	125
Gráfico 41 - Opinião acerca da promoção das actividades	125
Gráfico 42 - Opinião acerca da promoção das instalações	126
Gráfico 43 - Opinião acerca da promoção das actividades	126
Gráfico 44 - Opinião acerca da promoção das instalações	127
Gráfico 45 - Opinião acerca da promoção das actividades	127
Gráfico 46 - Opinião acerca da promoção das instalações	128
Gráfico 47 - Opinião acerca da promoção das actividades	128
Gráfico 48 - Opinião acerca da promoção das instalações	129

À minha mulher e aos meus filhos

Pelo apoio, carinho e compreensão que sempre demonstraram.

Aos meus pais

Pela educação de valores que me inculcaram.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste estudo, em paralelo com as obrigações profissionais, só foi possível devido à generosa e desinteressada colaboração prestada por muitas pessoas. É, pois, da mais elementar justiça deixar, no início, uma palavra de apreço e de gratidão a todos os que, de alguma forma, contribuíram para que ele se pudesse efectivar.

A todos os inquiridos que se prestaram a responder ao inquérito, sem o qual o estudo não se realizaria.

À Câmara Municipal de Seia, pelo apoio disponibilizado.

Aos colegas que comigo percorreram o Concelho para a aplicação de inquéritos.

À Professora Doutora Salomé, pela sua compreensão, encorajamento, o seu exemplo e por todo o apoio e total disponibilidade na orientação do estudo.

A todos os meus amigos e familiares, que tantas vezes se viram privados da minha companhia.

À Dra. Teresa Ruas e a todos os funcionários da Biblioteca Municipal de Seia, pelos serviços prestados.

Aos colegas de formação, pela amizade e troca de aprendizagens que proporcionaram.

A todos aqueles que alvitram acerca do trabalho, contribuindo inequivocamente para o enriquecimento do mesmo.

INTRODUÇÃO

Actualmente, assiste-se a um movimento de reflexão que vai no sentido de proceder a um corte radical com os entendimentos estáticos que durante décadas fizeram escola, e que tinham na concepção substantiva do desporto o agonismo. O desporto tinha, assim, como valor indispensável, a prestação absoluta enquanto referente determinante e o espectáculo desportivo como local exclusivo da produção de valores desportivos.

Este movimento aponta para a retoma da concepção humanista do desporto, considerado como um direito do cidadão, o qual supõe um desporto à medida de cada um, não necessariamente para ser fruído como espectáculo e com um valor cultural próprio, independentemente da sua expressão exterior enquanto resultado. Direito que está para além do reconhecimento do seu valor formal, mas que atende sobretudo à qualidade do direito exercido. A qualidade do desporto praticado não se avalia apenas através dos rendimentos desportivos mas, referencia-se nas condições materiais oferecidas, nos meios técnicos utilizados, nos recursos humanos, nas condições de aprendizagem, nos valores éticos e culturais veiculados.

Neste contexto, conhecer a procura e a prática desportiva constitui um desafio importante para quem tem a responsabilidade de organizar e planear a oferta desportiva. Assim, no presente estudo, começamos por nos questionar em que medida a procura desportiva se adequa à oferta de serviços desportivos?

Dadas as limitações de recursos e de tempo, limitámos o estudo ao concelho de Seia, onde pretendemos conhecer a procura desportiva e a oferta de serviços desportivos existentes, verificando a existência ou não de uma relação entre ambos.

Para tal, aplicámos, entre os dias 01 de Maio e 30 de Junho de 2007, um inquérito sociográfico a 300 indivíduos, dos 21383 que compunham o universo do estudo, divididos por cinco grupos de freguesias, de forma a obtermos dados de todas as regiões do Concelho. A amostra foi estratificada de forma proporcional por sexo, idade e agrupamento de freguesias. Todo o tratamento de informação foi realizado em *SPSS* versão 14.0 para *Windows*.

O presente estudo procura contribuir para a definição de estratégias de segmentação da oferta desportiva, que mais eficazmente sirvam a generalização da prática desportiva, numa perspectiva cultural e humanizada.

Esta dissertação permitirá, também, adquirir conhecimento da forma como está estruturada a prática desportiva dos municípios e as suas características, o que nos

permitirá entender a forma como está articulada a oferta desportiva com as disposições da procura neste município.

O trabalho encontra-se dividido em seis capítulos: *Enquadramento Teórico*, *Metodologia da Investigação*, *Caracterização Genérica do Concelho de Seia*, *Procura Desportiva em Seia*, *Instalações e Modalidades* e, por fim, *Promoção e Acessibilidades*. No primeiro capítulo, que designámos de *Enquadramento Teórico*, encontram-se algumas das principais referências bibliográficas de estudos que se debruçam sobre temáticas semelhantes e/ou sobre assuntos que, de uma ou outra forma, nos ajudaram a construir a nossa problemática, objecto de estudo e hipóteses; na *Metodologia da Investigação*, encontra-se a definição dos procedimentos metodológicos utilizados; na *Caracterização Genérica do Concelho de Seia* são apresentados indicadores que ajudarão a caracterizar o Concelho em estudo; na *Procura Desportiva* apresenta-se o comportamento da população em estudo face ao desporto, expondo os indicadores de procura desportiva em Seia, comparando-os com os Nacionais; relativamente ao capítulo *Instalações e Modalidades*, dá-se conta de quem conhece as instalações e o seu grau de satisfação e, quais as modalidades praticadas e a sua correspondência com as expectativas da população. Por fim, o capítulo *Promoção e Acessibilidades*, apresenta os dados relativos aos serviços disponíveis no âmbito do apoio técnico, apoio administrativo e horários, bem como às acessibilidades, tendo em conta o preço, distância e meios de acesso.

CAPITULO I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Ao elegermos como tema de investigação o problema da promoção do desporto para todos, deparámos com uma enorme diversidade de concepções e formas de abordar a questão, que transparecem a multiplicidade de aspectos que este paradigma pode implicar.

Certamente que todos nós entendemos que o desporto moderno é um produto social, cuja génese está intimamente associada ao desenvolvimento da sociedade industrial (Constantino, 1992; Bento, 2003; Santos, 2003).

Na actualidade podemos, segundo a opinião de Neto (1994), avaliar o impacto que os acontecimentos desportivos têm no cidadão comum, através do tempo que cada indivíduo passa a absorver a informação veiculada pelos *media*, através da forma e do tipo de participação em actividades voluntárias ou organizadas por instituições vocacionadas para o efeito, através do consumo de publicidade ou formas associadas e ainda através das dinâmicas colectivas e sociais implicadas. Sobreleva-se, nesta análise, o crescente protagonismo das práticas desportivas no seio das sociedades modernas, num movimento de alargamento das suas conquistas em todos os planos, e na sua progressiva integração no universo das políticas nacionais e internacionais.

Efectivamente, as transformações ocorridas na esfera produtiva, em especial, a diminuição dos horários de trabalho, a obrigatoriedade do descanso semanal alargado em vários sectores para dois dias, assim como outras políticas, entre elas, a das reformas antecipadas (Dumazedier, 1975) vieram criar condições para que se efectivasse uma maior adesão às práticas desportivas. Todas estas transformações implicaram obrigatoriamente, na opinião de Neto (1994: 7) “um quadro de novas estratégias de desenvolvimento do desporto, seja ao nível conceptual, no seu ordenamento estrutural seja ao nível da dinâmica de participação dos cidadãos”.

Neste contexto, o conceito de desporto democratizou-se, alargou o seu âmbito de intervenção e abrangência a mais actividades e formas de praticar. Actualmente, há dois argumentos que têm uma grande centralidade na sociedade actual, designada por alguns autores como modernidade tardia ou pós-modernidade e que tem a ver com a importância que se dá ao corpo em termos estéticos (Marques, 2004; Marivoet, 2002a).

Não obstante, existe uma resistência na denominação pós-modernidade para classificar o período histórico e sociocultural que se constituiu no decorrer do século XX. Para Werneck (2000: 60), essa resistência resultou do facto de que o “projecto da

pós-modernidade, e até mesmo da modernidade, não chegou a se concretizar integralmente para todos”. Apesar das divergências, “a pós-modernidade poderia ter-se iniciado com o término da Segunda Guerra Mundial” (idem). Para Mariconi (1995) o tema pós-modernidade era abordado desde os anos 1920/30, mas foi nas décadas de 1960/70 que esta denominação foi utilizada com maior intensidade. “O surgimento dos substantivos pós-moderno e pós-modernidade representou um salto de qualidade, na medida em que constitui um campo que passou a englobar todos os outros “pós” (pós-industrialismo, pós-estruturalismo, pós-marxismo, pós-socialismo)” (Ap. Werneck 2000: 62).

Nesta perspectiva, o século XXI poderá ser marcado por um aumento crescente da parcela de tempo livre do cidadão e a utilização social e desportiva do corpo estará, eventualmente, na primeira linha das práticas culturais do uso do tempo livre. De facto podemos considerar que o corpo funciona, hoje, como um cartão de visita social, de apresentação, que acaba por constituir um investimento do indivíduo numa sociedade onde, cada vez mais, se pretende boa apresentação. Para algumas pessoas, o desporto é utilizado como uma ferramenta de ascensão social, enquadrando-se numa grande mobilidade de interesses de âmbito político económico e social.

As transformações registadas na última metade do século XX, que marcam a passagem para uma sociedade pós-moderna originaram um novo quadro sociocultural e uma renovada organização dos modos de vida, revestida pelo alargamento considerável do tempo livre. Condição que se considera propícia à procura e à oferta de novas actividades culturais e artísticas, em que se inclui o desporto e outras modalidades ou conteúdos de lazer.

Entendido num sentido individual e colectivo, o desporto tenderá assim a compreender, no seu âmago, o equilíbrio psicofísico, a saúde, o bem-estar em geral, o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida.

1. TEMPO LIVRE, LAZER E DESPORTO

A ideia de que a sociedade contemporânea potenciou novas formas de ocupação do tempo livre é consensual. O desporto emerge, neste contexto, como um produto do último século. E se de um ponto de vista histórico se considera que o desporto surgiu muito antes da Era Moderna, sobretudo na Antiguidade Clássica, há que reconhecer

que, nessa época, foi sobretudo uma manifestação religiosa e base de preparação guerreira, com um conteúdo e um sentido social completamente distinto da actividade social que hoje conhecemos, e que surge, sobretudo, nos finais da segunda metade do século XIX (Marivoet, 2002a).

O fenómeno interliga-se com o desenvolvimento mais geral da civilização ocidental, não se apresentando imutável às transformações que de forma mais lenta, ou rápida, se têm vindo a expressar nas sociedades. Deste período histórico ficaram extraordinários sucessos desportivos, que permitiram avaliar as capacidades de rendimento corporal e registá-las histórica e culturalmente no património das sociedades. Mas ficaram também alguns efeitos perversos desse desenvolvimento: a industrialização do homem face ao rendimento desportivo; a 'medicalização' (*medicalization*) do rendimento através das práticas sofisticadas de dopagem; o treino desportivo intensivo precoce; o desafio e a agressão constante aos limites do equilíbrio humano; as manifestações de violência, xenofobismo e racismo.

Estas foram razões ditadas, por um lado, pela utilização do desporto como arma de afirmação política num contexto internacional conturbado e, por outro lado, pela crescente integração no mercado dos interesses económicos, autonomizando-se como uma verdadeira indústria.

Podemos, desta forma, entender que o desporto não se apresenta como um espaço fora da história, desinserido das formações sociais que o expressam. Compreende-se que a realidade que sustentou o desporto na Antiguidade Clássica, ou os Jogos da Idade Média, nada tenham a ver com a realidade social do desporto da Era Moderna.

Durante todo o século XX, o desporto viu crescer a sua importância social no seio das sociedades desenvolvidas, Callède (1987: 166) afirma que “les sport s’est affirmé au cours du XXème siècle, à l’échelle de la planète”. A partir de meados do século, assumiu progressivamente o papel de passatempo preferido durante o tempo livre das pessoas, constituindo uma ruptura com o modelo desportivo de competição emergente de uma sociedade industrial hiper-codificada, massificada, e assente no rendimento corporal. Podemos ainda considerar, que as novas formas de desporto veiculam os valores de uma sociedade pós-industrial que tendem a dignificar a diferença, a aventura, e o enaltecimento da esfera reprodutiva, em especial o consumo, em detrimento da esfera produtiva.

Segundo Dunning *et al.* (1993: 235) “*for most of the history, the pace of social change has been relatively slow*”, no entanto, e ainda na perspectiva do mesmo, na segunda metade deste século verificaram-se um conjunto de transformações nas sociedades ocidentais, que introduziram novas mentalidades e produziram alterações nos processos de produção e reprodução social, características da sociedade pós-industrial ou da pós-modernidade.

A individualização, o culto pela diferença, a ruptura com a uniformidade, a rotina e a normalização niveladora, expressaram-se aos diferentes níveis da sociedade, incluindo o espaço desportivo (Lima 1988; Meirim, 2003). O culto do corpo, a procura de lazeres activos, a informalização dos espaços de prática e os tempos dedicados foram tomando forma, na segunda metade do século XX. Neste contexto, surge o conceito de Lazer.

1.1. Abordagens Conceptuais de Tempo Livre e Lazer

Tal como nos indicam Alves e Oliveira (2001: 133), a noção deriva do vocábulo de origem latina “*licere*” que significa “ser livre”. Parker (1978: 176) afirma que “o lazer, essencialmente, é um produto da sociedade industrial moderna”, caracterizada pelo aumento do tempo livre. Não podemos, no entanto, confundir lazer com tempo livre, pois, na opinião de Stigger (2002: 232-233), “ele é parte deste, ou seja, é um conjunto de actividades que o indivíduo realiza fora do contexto do trabalho e de outras obrigações, voltadas para a sua satisfação pessoal”. As actividades do lazer são compreendidas como “um conjunto de formas de ocupar o tempo livre do trabalho, mas com actividades relacionadas com o interesse próprio e o prazer individual”.

Dahl (1971: 187), afirmou que “o lazer de que todas as pessoas precisam hoje não é tempo livre, mas um espírito livre; em lugar de *hobbies* ou de diversões, uma sensação de graça e de paz, capaz de nos erguer acima da nossa vida tão ocupada”. Neste contexto, Rojek (1995: 191) considera que “*leisure is a luminous goal in culture. It is associated with freedom, choice, escape and life-satisfactin*”.

Stanley Parker (1978: 19-20), propõe três formas gerais de definir o lazer, “uma delas é considerar as vinte e quatro horas do dia, subtraindo delas os períodos que não são de lazer: trabalho, sono, alimentação, atendimento às necessidades fisiológicas, etc.”, outra definição de lazer “não insiste essencialmente em período de tempo, mas na qualidade da actividade a que alguém se dedica”, finalmente uma terceira definição que

“tenta combinar os dois anteriores. Nela existe um componente *residual* ou de tempo, acompanhado de uma afirmação *normativa* sobre o que o lazer deveria ser.”

Rojek (1995: 175) afirma que “*leisure is something that human beings need just as they need food, shelter, warmth, security and production*”. Segundo a concepção chinesa, Nakhooda (1961), “o tempo de lazer é como o espaço desocupado numa sala. É o espaço desocupado que faz a sala habitável, assim como são as horas de lazer que tornam nossa vida suportável” (Ap. Parker 1978: 25).

Para J. Dumazedier (1978), o lazer atende a três funções principais para o indivíduo, o repouso, a diversão e o enriquecimento dos seus conhecimentos e da sua participação social e o tempo livre é o resultado de um longo processo de redução do tempo de trabalho. Esta concepção assente no pressuposto de que o acelerado desenvolvimento tecnológico tornou possível que se produzisse mais com menos trabalho, introduziu um significado completamente diferente do tempo livre. Para Elias (1992: 107) “tempo livre, de acordo com os actuais usos linguísticos, é todo o tempo liberto das ocupações de trabalho”.

1.2. Lazer Activos ou Desportivos e Saúde

A criação das condições necessárias para o acesso à prática desportiva generalizada a todos os escalões etários e a adequação das novas mentalidades aos anseios sentidos por um número cada vez maior de indivíduos, levou a que estes novos valores se impusessem na sociedade. Sugden e Tomlinson (2000: 320) acreditam que “*sport to be both reflective and constitutive of the plurality of power relations between classes and other status groups*”.

O desporto ganhou, desta forma, uma nova centralidade, quanto à sua divulgação, implementação e participação, constituindo-se como um espaço que pode contribuir para trabalhar o corpo dentro dos padrões que se valorizam culturalmente, na sociedade actual. Nesse sentido, assiste-se a uma procura desportiva no âmbito do lazer, cujo objectivo passa, entre outros aspectos, por questões estéticas, dietéticas, perdas de peso e de construção corporal. Se, por um lado, estes comportamentos devem ser entendidos à luz da sociologia do lazer, por outro lado, aliada a esta dimensão, está a importância da qualidade de vida, do bem-estar e da saúde. Valores emergentes na sociedade actual, que conferem uma nova expressão ao desporto espectacular

(competição), ao desporto lazer (para todos) e ao desporto escolar (formação) (Marivoet, 2002b; Candeias, 2004).

Neste sentido, torna-se necessário repensar os valores referentes ao desporto, evoluindo para novos horizontes em que a preservação da vida, a prevenção da doença, e o estabelecimento de estilos de vida saudáveis, ganham uma nova dimensão.

Aceitando a perspectiva de Neto (1994: 7), poder-se-á afirmar que “o desporto do futuro terá uma vocação fantástica voltada para a ocupação dos tempos livres (...) que retomará a visão voluntária, ecológica e centrada no prazer”. Nesta sequência, são previsíveis mudanças ao nível dos objectivos da prática desportiva relativamente a quem assiste, pratica ou promove.

Contudo, a prática do desporto não suscita automaticamente ganhos positivos no plano da saúde. Isso só acontecerá quando assente em normas, regras e procedimentos racionais que motivem e proporcionem o aperfeiçoamento corporal, afastando desde logo exageros ou fundamentalismos. Se as tendências actuais vão no sentido de desmedicalizar o conceito de saúde, tal situação não pode traduzir-se, a prazo, numa remedicalização do desporto, transformando-o numa espécie de solução para todos os males. Não obstante, a saúde associada à prática desportiva torna-se cada vez mais evidente e indissociável nos tempos actuais.

Este facto é retratado há muito tempo na Constituição da República Portuguesa que, na área da saúde, declara expressamente a importância da prática de actividades físicas e desportivas. Assim, no artigo 64.º sob a epígrafe “Saúde”, é evidente o relacionamento que se estabelece entre saúde e cultura física e desportiva.

São vários os autores que estabelecem uma forte relação entre saúde e actividade física, justificando o fomento do exercício físico da população em geral e das crianças e dos jovens em particular. Deste modo, as práticas físicas e desportivas abarcam uma dupla preocupação de prevenção e terapia, em que se valorizam os efeitos benéficos da actividade física sobre algumas patologias degenerativas (ex: hipertensão).

De acordo com Constantino (1998), a actividade física e o exercício regular podem ter efeitos benéficos no plano da saúde individual. Opinião corroborada por Nunes (1999a) e Telama (1998) que defendem, respectivamente, que a actividade física assume uma importância crescente na aquisição, conservação e restituição da saúde dos indivíduos, devendo mesmo ser considerada como uma necessidade biológica do ser humano e que, hoje em dia, dispomos de resultados positivos bastante preciosos, que nos mostram a influencia da actividade física na população adulta.

Maia e Vasconcelos (2001), afirmam que a falta de actividade física adequada conduz a uma diminuição ou deteriorização da condição física que por sua vez se reflecte numa maior morbidade e traz consequências ao nível da apreciação das actividades físicas (encaradas como menos atractivas). A preferência pelas actividades de lazer passivas e as novas actividades profissionais que conduzem, segundo Nunes (1999a), a um maior sedentarismo, têm como consequência a perturbação do equilíbrio funcional dos indivíduos e agrava, cada vez mais, este círculo vicioso de inactividade.

Considera-se, deste modo, que a prática de desporto ou ausência desta assume cada vez mais um papel de dupla importância: a natural que lhe está inerente e a compensatória. Ao tornar-se inconscientemente mais sedentário o indivíduo potencia a existência de desequilíbrios biopsicossociais e consequente aumento da probabilidade de existência de problemas de saúde.

Agravando esta situação ou alargando a base etária do problema, segundo Pieron (1998), na vida quotidiana e na actividade escolar, as crianças e jovens não conseguem acumular uma quantidade de actividades físicas praticadas a um nível de intensidade apropriado, permitindo, assim, a obtenção de efeitos reais sobre a saúde, nomeadamente na prevenção dos factores de risco.

O estudo realizado por King e Coles (*Ap. Armstrong, 1998*), em 10 países da Europa, consolida esta opinião. Esse estudo concluiu que a população jovem não cumpre a 1ª recomendação da Conferência Internacional de Consenso sobre Orientações para a Actividade Física.

Segundo Bento (1991: 23) “a preocupação pela saúde e por um estilo sensato de vida constitui uma obrigação de cada um, face aos ditames éticos da sua existência e face aos imperativos e compromissos com os outros, com a sociedade das pessoas, das ideias e das instituições”. No entanto, segundo o mesmo autor, para que a prática desportiva seja referenciada à saúde “é necessário que a mesma seja intencionalmente estruturada, planificada, conduzida e controlada” (Bento, 1998: 50)

Sabendo-se a relação dinâmica, até naturalmente estabelecida entre o sistema educacional, desportivo e principalmente a saúde preventiva é necessário que cada vez mais exista um entrosamento da definição das linhas orientadoras que cruzam estes “bens” insubstituíveis.

As entidades que garantem a oferta desportiva podem e devem dar o seu contributo através do incremento da formação desportiva, na perspectiva de que todos os jovens deveriam ser fisicamente activos diariamente, ou quase todos os dias, como

parte da brincadeira, jogos, desportos, trabalho, transporte ou recreação, integrados no contexto da família, escola e de actividades comunitárias e também através do aumento das actividades para os adultos e organização de programas para as pessoas idosas. Um país mais saudável com menor morbilidade e maior longevidade dependerá, em muito, das iniciativas que as organizações desportivas adoptem no aumento da oferta de actividades físicas e desportivas.

Segundo Constantino (1998: 24), “A elaboração das políticas educativas, desportivas e de saúde, deverão ser os instrumentos estratégicos fundamentais para a promoção da saúde”, considerando-se, segundo Bento (1998: 22) que “a saúde é um elemento importante no domínio da despesa pública e no âmbito da despesa privada das famílias”.

A existência de programas que promovam a actividade física da população é, como aliás se pode constatar no quadro normativo já referenciado, um sector de preocupação dos governos, que segundo Nunes (1999b), se consubstancia em duas razões bem distintas mas comuns na importância de que se revestem: a primeira relacionada com a manutenção da saúde dos cidadãos, e, a segunda, de natureza essencialmente económica, devido à constatação dos elevados encargos financeiros representados pelo aumento dessas afecções degenerativas, que se vão tornando crónicas e irreversíveis.

Segundo Bento (1990: 30), “registam-se diferenças consideráveis entre os alunos desportistas e os não desportistas, nomeadamente no estilo de comportamento social. Em todos os escalões etários os desportistas são preferidos para delegados de turma, para companheiros de carteira e para parceiro de férias (...) esta posição não é tanto de atribuir à capacidade de rendimento desportivo daqueles alunos, mas sobretudo ao perfil global da personalidade desportiva”.

De acordo com Marivoet (1997), o conhecimento científico tem vindo a reforçar o papel educativo das actividades físicas e desportivas, constituindo-se como um espaço que transmite valores de lealdade e respeito pelas regras instituídas, diminuindo a agressividade e contribuindo para a inibição de comportamentos violentos, através de um processo vivencial que pressupõe, como diz Fernandes (2002: 327), uma «homeostasia funcional que permite, através das interacções que estabelece com o outro, evoluir e auto construir a sua identidade (...)», obtendo ganhos ao nível da saúde física, mental e emocional.

1.3. A Concepção do 'Desporto para Todos'

Os novos paradigmas ligados à concepção do 'Desporto para Todos', e a regulamentação das leis portuguesas que a este nível são claras quanto à definição dos objectivos a prosseguir (artigo 79º da Constituição Portuguesa – O direito de todos ao desporto), assim como as cartas internacionais (Carta Europeia do Desporto), obrigam-nos a dirigir os objectivos de funcionamento do sistema desportivo para o aumento da qualidade, da diversidade e da oferta para todos os cidadãos.

O desporto ao alcance de todos, independentemente do sexo, idade ou estatuto socioeconómico é um conceito significativamente antigo, que foi pela primeira vez formulado no Conselho da Europa em 1966 – “Desporto para todos”. Esta concepção objectiva a massificação da prática de actividades físicas e desportivas adaptadas às condições de cada um. Em 1970 o Conselho da Europa reconheceu que o desporto constitui uma necessidade fundamental do indivíduo e deve estar ao alcance de todos. Em 1975, foi aprovada a “Carta Europeia do Desporto para Todos” e, a partir desta data, passou a haver a Conferência de Ministros responsáveis pelo Desporto.

Este documento é, sem qualquer tipo de dúvida, um marco nas intenções políticas europeias relativamente ao desenvolvimento desportivo desejado, pelo que extraímos alguns conteúdos que considerámos pertinente incluir no corpo teórico deste estudo. O édito refere que:

O Desporto deve ser parte integrante dos programas de desenvolvimento cultural, educativo, social e de saúde;
Os planos de Fomentos de Recursos do País deverão incluir elementos futuros para a realização de Instalações Desportivas;
Os poderes públicos têm o dever de ajudar de diversas formas o desporto voluntário;
A responsabilidade financeira das autoridades públicas locais será igualmente comprometida, como os poderes públicos centrais e regionais;
Sem prejuízo do seu direito de iniciativa, a função dos poderes públicos é, antes de tudo, complementar e deve consistir num apoio a acções privadas em proveito de todos e na criação de condições que favoreçam a prática do desporto pelo maior numero possível de indivíduos.

(Carta Europeia do Desporto para Todos, 1975)

Em 1976 realizou-se a 1ª Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela Educação Física e Desporto, onde foi formalmente reconhecida a dimensão educacional e cultural do fenómeno desportivo (CEFD, 2000).

A carta Internacional da Educação Física e Desporto, adoptada em 1978 pela conferência geral da UNESCO, estabelece os princípios gerais de universalidade e individualidade do fenómeno desportivo.

A aprovação da Carta Europeia do Desporto, em 24 de Setembro de 1992, e a sua adopção pelo Comité de Ministros, sublinha a obrigação de todos os governos apoiarem e promoverem o desporto, de acordo com os princípios nela enumerados.

Deste documento salientamos o 1º ponto do artigo 4º que refere: “O acesso às instalações desportivas e às actividades será assegurado sem qualquer discriminação fundada no sexo, raça, cor, língua, religião ou opções políticas ou outras, origem nacional ou social, pertença a uma minoria nacional, condição material, nascimento ou qualquer outra situação”.

No Concelho Europeu realizado em Santa Maria da Feira (Junho de 2000) foi novamente considerada a necessidade de que a gestão política, na comunidade europeia, atendesse às características específicas e função social do desporto.

Nas conclusões da Presidência do Conselho Europeu em Nice (7, 8 e 9 de Dezembro, 2000), reafirmam-se os valores sociais, educativos e culturais do desporto e, mais uma vez, a ideia de que a actividade desportiva deve ser acessível a todas as pessoas, no respeito das aspirações e capacidades de cada um e na diversidade das práticas competitivas ou de lazer, organizadas ou individuais.

O corolário de toda esta tendência de unanimidade internacional justifica, por si só, a decisão da Comissão Europeia instituir 2004 como o Ano Europeu da Educação pelo Desporto.

Relativamente à bibliografia pesquisada, salientamos Carvalho (1994: 23) que assume o desporto para todos como um fenómeno popular “que se consubstancia na noção de que se devem criar condições para que todos tenham possibilidade de beneficiar da actividade de que têm necessidade em determinado momento da sua existência”.

Callède (1991: 9) afirma que “num plano mais geral, o fenómeno do 'Desporto para Todos' é tido como um ponto de partida de uma perspectiva análoga: a busca de novas formas de praticar desporto”.

Segundo Godinho (1997: 35) “Desporto para Todos é qualquer actividade desportiva que não é praticada nas condições de alto nível mas que lhes pode servir de base quando necessário”. Este autor complementa a sua opinião citando Lamartine (1986), segundo o qual o “Desporto para Todos é um conjunto de actividades

desportivas e recreativas que visam, em diferentes graus, a forma física e a socialização dos praticantes”.

No entanto, apesar de se considerar fundamental a magnanimidade do 'Desporto para Todos', Pires (1996), refere que as práticas contrariam a ideologia, na medida em que para o poder central vale quem rende e quem pode dar mais valia política. Desta forma, a generalização da prática desportiva é assunto que não tem interessado à grande maioria dos políticos, quer eles se situem a nível do Governo, quer eles se situem a nível da própria Administração Local.

Como afirma Constantino (1999: 21), “O caminho não é fácil, face a uma cultura desportiva que permanece excessivamente agarrada a uma lógica que faz do espectáculo desportivo a medida de dinamização desportiva do país, o que de algum modo tem condicionado as políticas públicas de apoio ao desporto.”

2. MERCADO DESPORTIVO

2.1. Oferta Desportiva

A partir da opinião de Sá e Sá (1999: 36), que considera que, “exceptuando os equipamentos que servem de suporte físico à prática desportiva, podemos afirmar que o desporto é basicamente um serviço”, é possível entender a oferta desportiva como uma especificidade do grande grupo de actividade que é a “Prestação de Serviços”. Assim, a análise da oferta desportiva (enquanto indicador da situação desportiva de uma região) deve ser considerada como factor relevante na promoção do desenvolvimento. Só um profundo conhecimento da realidade desportiva poderá permitir às autarquias a elaboração de uma correcta política desportiva. Política esta que deve reflectir preocupações ao nível da oferta aos diversos segmentos de cidadãos.

É imperioso considerar que existem grandes diferenças, de vária ordem, entre municípios, com origem directa na localização geográfica e grandeza geral das diversas regiões ou concelhos do país. Esta é uma realidade incontornável que importa assinalar e que assume dupla importância no concelho de Seia, uma vez que, atendendo à sua elevada dimensão e dispersão geográfica, as diferenciações inevitáveis em relação a outras zonas do país também se verificam no interior do próprio concelho.

No caso particular da prática efectiva de actividades físico/desportivas nas suas diversas vertentes, organizada, informal, recreativa, formativa ou de rendimento, entre outras, consideramos importante subdividir a área relativa à oferta desportiva em duas partes fundamentais:

- 1) a oferta de serviços desportivos propriamente ditos que servem a efectivação de uma prática organizada e controlada e são objecto da missão de vários intervenientes neste processo, como veremos mais adiante. A multivariada desejada neste sector de actividade abrange a diversidade de formas de prática desportiva, através da satisfação dos objectivos individuais e/ou colectivos da população de uma forma geral.
- 2) a oferta de infra-estruturas desportivas que, dependendo do tipo de gestão praticada e da formação desportiva da população, poderá possibilitar, por si só, a prática de actividades informais ao critério e responsabilidade individual;

A existência de um amplo e adequado pacote de oferta desportiva depende directamente do processo da sua construção, ou seja da génese e características dos serviços. Segundo Costa (2000), a oferta desportiva deve ser adaptada às circunstâncias, às realidades existentes em cada município, às capacidades dos seus responsáveis, às disponibilidades financeiras obtidas e às possibilidades técnicas que as actividades exigem, devendo existir um grande sentido de responsabilidade por parte dos seus dirigentes na definição dos seus objectivos.

Atendendo ao exposto e à necessidade/direito que todos têm de praticar desporto, consideramos que a oferta desportiva de uma zona ou região não pode ser totalmente entregue às leis do mercado e livre iniciativa. Assim, pensamos que uma área de grande importância como esta obriga a existência de sistema regulador e de avaliação geral que garanta à oferta desportiva ser suficientemente diversificada, capaz e estar ao alcance de todos.

2.1.1. Serviços desportivos

O serviço desportivo é, sem dúvida, um factor que pode constituir a grande alavanca para um eficaz processo de desenvolvimento desportivo que contribua para a participação em massa da população, tanto neste processo de desenvolvimento, como no enquadramento efectivo das pessoas nos resultados alcançados – Mais e melhor oferta desportiva.

Grande parte dos critérios já apresentados que servem de base à avaliação da qualidade geral dos serviços só poderá ser equacionada, planeada e posteriormente concretizada, através de um envolvimento directo e próximo entre o pessoal em contacto (oferente) e o consumidor/praticante, como refere Lendrevie *et al.*:

A participação do cliente no processo produtivo, nomeadamente quando está satisfeito com os serviços que comprou, leva a que este assuma um conjunto de tarefas que, de outra forma, estariam apenas a cargo da empresa produtora:

- colabora com o diagnóstico de necessidades;
- contribui para o aumento de produtividade da empresa (porque assume tarefas específicas);
- controla a qualidade;
- dá sugestões de melhoria/ inovação;
- divulga o serviço junto de potenciais clientes.

(Lendrevie *et al.*, 1996: 579)

Sabendo-se da importância que assume a imagem da organização e a identificação das pessoas com ela, que na maior parte das vezes substitui o papel da marca, facilmente se comprova a relevância deste envolvimento na prestação de serviços desportivos onde frequentemente o consumidor/praticante procura o serviço numa organização com a qual se identifica intimamente porque é adepto, ou porque pertence à sua zona de residência, ou porque nela está enquadrado o seu ídolo desportivo ou social, etc.

Os serviços de uma forma geral podem apresentar ou aparentar uma grande diversidade. A área específica dos serviços desportivos reforça cada vez mais esta característica, levando-a ao seu ponto mais extremo. De facto a quantidade e diversidade de serviços desportivos existentes tornariam quase impossível a elaboração de umas listagens dos serviços disponíveis nas diversas organizações promotoras, a tal ponto que níveis de conflitualidade se apresentam, no interface entre as diferentes formas de praticar desporto, nomeadamente ao nível da concorrência que exercem umas sobre as outras (Marivoet, 2002a).

A definição do grupo de serviços desportivos e da população alvo ou do segmento de mercado em que se quer trabalhar, bem como o planeamento dos níveis de satisfação e qualidade ambicionados, fazem parte dos itens que contribuem decisivamente para a construção da identidade, vocação e missão de qualquer organização. Constantino (1994c: 159) alerta e defende que a qualidade de serviços “não se mede só através dos rendimentos desportivos, mas que se avalia, também, através das condições materiais, dos meios técnicos, dos recursos humanos, das condições higiénicas e sanitárias, das conduções de aprendizagem e dos valores éticos e culturais veiculados”.

Relativamente à qualidade e função desempenhada pelo desporto no desenvolvimento integral da população, o mesmo autor defende, que desenvolver um desporto não pode significar ter mais desporto de um qualquer desporto. Tem que significar mais e melhor desporto, assente em factores de indiscutível valor formativo e cultural. Tem que significar um desporto onde prevaleçam factores de qualidade de vida, de bem-estar, de saúde, de solidariedade, de respeito pelos outros, o que requer uma adequada política de selecção e formação de recursos humanos (Constantino, 2000).

As exigências definidas por este autor ilustram os critérios que devem ser tidos em conta na planificação dos serviços desportivos e na diversidade que lhes está associada e lhes é exigida.

Segundo Correia (2000) a qualidade do serviço desportivo é a expressão do nível de satisfação das pessoas após terem vivido uma determinada experiência, sendo que o nível de satisfação depende das expectativas e da percepção do serviço.

2.1.2. Infra-estruturas desportivas

As infra-estruturas desportivas assumem um papel de dupla importância na concretização do desígnio geral do desenvolvimento desportivo, uma vez que, como já referimos, podem constituir só por si uma parcela da oferta desportiva de uma região e são imprescindíveis na concretização de grande parte de outra parcela que já considerámos – os serviços desportivos.

O nível de importância que as infra-estruturas desportivas têm no panorama desportivo é linearmente verificado na dificuldade aparente da sua implementação, como refere Silva:

Cada município é um caso distinto e como tal, assim deve ser considerado para além dos indicadores presentes na Carta das Instalações desportivas, os factores de densidade populacional, a curva etária, a distribuição dos diferentes grupos e estratos sociais, a dinâmica e desempenho do tecido associativo, as condições geográficas, orográficas e climatéricas, o facto de se tratar de um município em desenvolvimento, influem naturalmente nas decisões a tomar relativamente à construção de instalações desportivas.

(Silva, 1998: 33)

Marivoet (1991) salienta também, que a existência de instituições e infra-estruturas que suportam adequadamente uma prática desportiva regular é outro aspecto importante para a aquisição e reprodução dos hábitos desportivos.

Carvalho (1994: 172) refere que “está fora de causa que da quantidade e qualidade dos equipamentos disponíveis depende, em larga medida, o processo de democratização das actividades físicas formativas”.

As opiniões destes especialistas fundamentam a necessidade e importância da existência de infra-estruturas desportivas e identificam os responsáveis pela sua implementação, com vista a tornar efectivas as condições para o desenvolvimento desportivo de um concelho, salientando a importância de analisar a situação actual e apurar as razões de eventuais desajustes.

De acordo com os dados da Carta de Instalações Desportivas Artificiais (2000), o nosso país não ultrapassa os 21 milhões de metros quadrados de superfície desportiva útil, o que representa pouco mais de metade do que preconizado pela norma europeia, problema já identificado por Tenreiro (1997: 8), quando refere que “fazendo conta aos metros quadrados de superfície desportiva útil criada na última década e extrapolando para o futuro, à taxa média de crescimento da oferta de equipamentos, o nível português demora décadas a alcançar a norma europeia de quarenta milhões de metros quadrados para uma população como a nossa de cerca de dez milhões de habitantes”.

Se considerarmos a unanimidade dos autores e a preocupação do legislador sobre a necessidade e premência de se tornar real o desenvolvimento desportivo e o carácter imprescindível que assumem os recursos infraestruturais, podemos indicar que os problemas neste processo se devem, ou à dificuldade de relação entre as entidades envolvidas, eventualmente materializadas no incumprimento de responsabilidades de algumas das partes, ou à incapacidade estatal relacionada com a existência de recursos financeiros e/ou deficiente aplicação destes.

Os recursos financeiros e a sua utilização constituem, sem qualquer espécie de dúvida, o cerne do processo de desenvolvimento desportivo, uma vez que pela análise de algumas obras realizadas verificamos que “a obra feita surge como expressão de uma cultura de poder assente em valores monumentalistas e de fachada, pondo a descoberto (...) a inexistência de racionalidade nas opções e nos investimentos que entretanto foram efectuados” (Constantino, 1994c: 27). Neste contexto, devemos realçar a opinião de Crespo (1991: 25), sobre a qualidade dos espaços: “não se identifica com o luxo e ostentação mas com o valor estético das respostas dadas, a flexibilidade e a sobriedade das soluções adoptadas, a capacidade de utilização multiforme, a longo prazo, a economia dos elementos em causa”.

Relativamente aos responsáveis pela edificação do parque desportivo (poder central e local), identificados claramente na lei, os especialistas e a investigação produzida atribuem às autarquias em detrimento do poder central o maior contributo na resolução deste problema. Esta situação deve ser considerada especialmente ou particularmente relevante se atendermos às diferenças consideráveis ao nível da dotação financeira de ambos. Pereira (1998) refere que o investimento público em desporto, da responsabilidade conjunta das autarquias, atingiu valores paralelos aos da Administração Central.

Carvalho (1994) manifesta a mesma opinião ao referir que, na maioria dos casos, os financiamentos realizados pela administração central na viabilização material da prática desportiva são inferiores aos investimentos das autarquias locais. Segundo Morais (1991), quanto ao financiamento de equipamentos desportivos, as Câmaras Municipais representam 64,4% do investimento total em instalações desportivas, a Direcção Geral dos Equipamentos Educativos 4,23%.

Como provável consequência dos investimentos realizados e grande hegemonia do poder local no processo de desenvolvimento desportivo, através de um inquérito aplicado aos municípios portugueses, Graça (1999) conclui, que 96% das Câmaras Municipais têm instalações suas, e destas, 76,2% são geridas pela própria autarquia. Pereira (1998) conclui também, que 96% das autarquias têm instalações desportivas próprias sendo ainda suas gestoras.

Atendendo à carência verificada revela-se fundamental a colaboração de todos os sistemas. Segundo Brito (1997), num processo que se pretenda harmónico e coerente, deve existir uma ligação forte entre os sistemas educativo e desportivo, em termos de estratégias e de gestão de recursos.

Segundo Constantino (1994c: 28), “a oportunidade e racionalidade de um equipamento desportivo tem de surgir em primeira linha, para satisfazer identificadas necessidades desportivas de uma determinada população”. Assim, afirma existirem vários métodos de planeamento que podem estar na base de edificação do parque desportivo de um qualquer concelho ou região, como refere: “Entre os métodos clássicos, os mais significativos são o método urbanístico, o método sociológico e o método dos ajustes locais” (Constantino, 1994c: 29). Estes métodos objectivam a definição óptima das necessidades em termos de oferta de instalações desportivas de um concelho.

2.2.3. As entidades

Referenciadas as principais componentes que constituem a oferta de um programa desportivo global, nomeadamente o que promover (serviços) e onde (infra-estruturas), importa analisar quem são as entidades que viabilizam a realização das actividades desportivas, como são efectivadas e qual a relação que se estabelece entre as autarquias e o associativismo desportivo como organizações prestadoras de serviços.

Não obstante, considerarmos o sistema empresarial ou sector privado e o sistema escolar como partes integrantes e determinantes no fenómeno desportivo e no seu processo de desenvolvimento, salientamos o facto destas entidades ou grupos promotores não serem objecto determinante na realização deste estudo e, como tal, não serão analisados particularmente neste capítulo.

Neste estudo preocupámo-nos especialmente com a análise dos sistemas autárquico e associativismo desportivo, porque entendemos que o primeiro (inerente às autarquias) deve assumir a liderança e regulação de todo o processo, com vista a assegurar o cumprimento do direito constitucional do direito ao desporto por parte de todos os cidadãos. Se o estado, o movimento desportivo, as escolas e todas as colectividades locais não forem capazes de, em conjunto, responderem às necessidades actuais da população, serão com certeza ultrapassadas pelos agentes económicos que dominarão e ditarão as regras (Dias, 2000). Devemos salientar, como já referimos, que em nossa opinião, a presença dos designados agentes económicos é importante e benéfica, mas não com o papel de ditar as regras, pois se assim fosse correr-se-ia o risco do desporto ser só para alguns.

Relativamente ao associativismo desportivo, entendido como sendo de direito privado sem fins lucrativos, pensamos que este constitui um imenso sistema que, embora acesse um período de crise, pode e deve ser reabilitado, atendendo a que o seu contributo será, com certeza, determinante para alcançar o desejado desenvolvimento desportivo, em colaboração directa com todos os outros sistemas.

A abrangência das entidades envolvidas num processo de desenvolvimento desportivo, entendido de uma forma geral, está bem patente nas conclusões apresentadas por Pereira (1997):

- O peso e influência das Câmaras Municipais no desenvolvimento do desporto é cada vez maior, mas não pode nem deve ser isolado dos restantes parceiros com intervenção nos sistemas desportivo e educativo.
- De igual modo, o papel do associativismo desportivo é imprescindível e insubstituível neste importante desígnio nacional.
- É necessário que cada vez mais acções e projectos sejam desenvolvidos em parceria entre os diversos agentes com intervenção no fomento e desenvolvimento do desporto, no sentido de se rentabilizarem os escassos meios e recursos existentes e envolver o maior número de entidades e indivíduos.

Autarquias

Não constitui qualquer novidade, nem sequer pode ser considerado polémico afirmar que as autarquias assumem um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva de um concelho, tanto na criação de condições infraestruturais como, mais recentemente, na prestação directa de serviços desportivos.

A importância das autarquias no fenómeno desportivo é expressamente invocado por Constantino (1992), ao defender que se é verdade que o desenvolvimento desportivo local não passa apenas pela intervenção das Autarquias, não é menos verdade reconhecer que, sem a sua acção, não existira desenvolvimento desportivo possível.

A responsabilidade das autarquias manifestamente situada num nível hierárquico superior relativamente aos restantes intervenientes no processo de oferta desportiva, induz-se linearmente quando Pires (2000) refere que a autarquia vai ter uma responsabilidade crescente na configuração do Desporto do futuro, equilibrando os excessos em matéria de rendimento tão do apetite do poder central por um lado, e em matéria de espectáculo tão do apetite do mercado por outro, bem como estabelecendo um justo equilíbrio entre todos os parceiros, públicos e privados, com ou sem fins

lucrativos, individuais ou colectivos que intervêm legitimamente no fenómeno desportivo.

No entanto, são visíveis problemas de desenvolvimento geral relacionados com a heterogeneidade que se verifica nas diversas regiões do país e também no interior de cada município que, como já referimos, constitui a entidade fulcral em termos de responsabilidade neste sector de actividade.

Segundo Sarmiento (1997), o sistema desportivo Português há muitos anos que navega à deriva, ao sabor dos ventos e marés sem uma afirmação definitiva do rumo que pretende, alternando entre uma aposta na livre iniciativa do movimento associativo e a escola, ou por outro lado e mais recentemente, apostado no poder autárquico. Na opinião deste autor, além da indefinição do sistema desportivo e como consequência desse facto, verificam-se problemas de direccionalidade relacionados com a missão das diversas entidades envolvidas na navegação.

Sendo consensual a importância das autarquias no processo de desenvolvimento desportivo, questiona-se, no entanto, o seu posicionamento no amplo espaço de intervenção que constitui o desporto, sobretudo como agente promotor e ou colaborador na promoção de serviços de desporto.

Para Carvalho (1994: 56), “A política desportiva municipal tem de partir da realidade local, mas erguendo as suas formas de acção sobre a base de uma concepção moderna e humanizadora da prática desportiva: é uma perspectiva de acção de um desporto que se estrutura com, e para, a população e o cidadão. E que considera a igualdade de oportunidade de escolha em relação a todas as dimensões da prática como um principio orientador essencial.”

Efectivamente, segundo Costa (2000: 75), a grande falha de estruturação desportiva do país resulta da “dificuldade de estabelecer acordos e parcerias entre os vários sistemas, principalmente a nível local, porque quanto mais perto das actividades e das realidades locais se estiver, melhor serão analisados os seus problemas, equacionadas as cooperações e colaborações possíveis e, encontradas as soluções mais convenientes”

Uma das soluções que tem vindo frequentemente a ser encontrada é o financiamento de tudo e de todos, porque: essa é uma obrigação das Câmaras; tem que haver igualdade; eventualmente podem retirar-se benefícios eleitorais imediatos; não dá trabalho nenhum, etc. Segundo Dias (2002), as autarquias constituem-se como os

principais financiadores dos demais organismos desportivos, tais como os clubes, associações, escolas, etc.

De acordo com Constantino (2006: 91), os apoios e patrocínios a equipas desportivas, normalmente de futebol, por parte das autarquias têm como principal argumento justificativo que “é uma forma de mostrar e dar a conhecer o concelho.” Para este autor esta é “uma retórica argumentativa que a maioria das vezes esconde apenas a fragilidade do poder político em enfrentar os vários poderes locais instalados, entre os quais, o caciquismo desportivo”. No entanto, tal como Constantino e Pereira (2001: 263), percebemos que “entre as pressões de alguns e as necessidades de muitos a opção só pode ser por estes. Pelos cidadãos”.

Segundo Carvalho (1994: 43), as dificuldades financeiras parecem ser um problema comum das autarquias, em relação ao Desporto, sendo que, “a generalidade encontra-se perante um autêntico quebra-cabeças financeiro. Os agentes desportivos locais vivem, permanentemente, em grande dificuldade para responderem, com o mínimo de eficácia, às solicitações que lhes são colocadas”. Portanto, e continuando a citar o mesmo autor, daqui resulta “a inadaptação dos Serviços Camarários às exigências de uma autentica democratização nesta área. A falta de meios financeiros conduz à falta de técnicos qualificados, devidamente preparados. A ausência de uma doutrina clara impede a definição de objectivos, que, por sua vez, provoca, normalmente, uma enorme incoerência na acção e, o que é pior, a sua baixa de rentabilidade social, política e financeira”.

A necessidade social de mais e melhor desporto leva-nos a considerar que algo terá que mudar e essa é também a opinião geral encontrada nas críticas e soluções genéricas dos especialistas.

De acordo com Constantino (1994b: 167), “se os Municípios querem de facto pensar no desenvolvimento das suas regiões têm de resistir à tentação de pautarem as suas intervenções na área do desporto apenas pelo impacto do que é notícia, vitrina de promoção pessoal ou política. Terão sobretudo de pensar nos cidadãos. Em todos e não apenas em alguns”.

A confiança depositada nas autarquias como grande solução para o objecto comum de desenvolver o desporto é grande, pois segundo Constantino (1990: II), “o princípio constitucional que consagra ao estado a responsabilidade de promover e estimular a prática do desporto, torna as Autarquias Locais um lugar estratégico fundamental no cumprimento daquele desiderato”. Para Cunha (1997), as autarquias

locais são organismos próprios para assimilarem e gerirem processos de desenvolvimento desportivo na sua área administrativa. Segundo Pires (1993a: 63) “o sector do Desporto autárquico é o sector do futuro, já que possui potencialmente todas as capacidades para desenvolver verdadeiros projectos integrados no domínio do Desporto”, uma vez que a “autarquia tem por vocação e missão a responsabilidade de ter uma visão macroscópica do sistema desportivo local”.

Considerando as críticas apresentadas e a opinião imutável dos autores que continuam a defender a acção desenvolvida e a desenvolver pelas autarquias, importa atender à linha de rumo a definir.

Aceitando que a autarquia é a instituição mais próxima da população e com mais e melhores condições globais, esta deve, como anteriormente referimos, organizar a sua intervenção com base em estudos que permitam conhecer e determinar as motivações e as necessidades das pessoas. Desta forma, é possível tomar opções conscientes e adequadas.

Para Melo de Carvalho (1994), a questão central do envolvimento das autarquias locais no desenvolvimento do desporto está no dever de fornecer respostas às expectativas das populações em relação à melhoria da sua qualidade de vida e ao preenchimento correcto do seu tempo livre em actividade física e desportiva.

As autarquias locais, para além do papel de entidades indutoras da prática desportiva podem, também, assumir o papel de reguladores do sistema desportivo local (Constantino e Pereira, 2001).

Os serviços públicos em geral e as autarquias em particular devem possuir mecanismos e instrumentos reguladores da oferta do sistema desportivo local, introduzindo factores de correcção que permitam assegurar o acesso a uma prática desportiva de qualidade à maioria dos cidadãos (Pereira, 1998).

Na opinião de Constantino (1999: 21), “é precisamente à escala do poder local que melhor se pode começar por dar conteúdo prático ao exercício de um direito de cidadania com a respectiva tradução constitucional: o direito ao desporto. De todos e não apenas de alguns.”

Segundo Constantino (1997), as respostas ao desenvolvimento desportivo estão, hoje, dependentes das sinergias alcançadas entre os domínios público, associativo e privado, opinião corroborada por Sarmiento (1997) que defende que a base deste sistema será a construção de processos de relação entre os diversos subsistemas, que permitam a

laboração de parcerias estratégicas de grande abrangência e complementaridade de intervenção social. Também Costa refere que:

Para apoiar as suas populações convenientemente organizadas no Movimento Associativo Local, e melhorar a sua intervenção neste domínio, as Autarquias devem constituir um serviço minimamente estruturado de apoio ao desporto, com a colaboração de técnicos responsáveis e qualificados, possuir programas de apoio e intervenção específicos, ter critérios devidamente regulamentados, para incentivar e promover as actividades desportivas desenvolvidas nos seus concelhos e particularmente pelos seus municípios, e não se preocuparem com critérios aleatórios e esporádicos, surgidos muitas vezes ao sabor da oportunidade, e de interesses que pouco têm a ver com a promoção da prática desportiva.

(Costa , 2000: 83)

Em consonância com as opiniões expostas anteriormente, os executivos municipais, ao assumirem em pleno as suas responsabilidades e competências, no sentido de continuar a desempenhar um papel orientador no universo do sistema desportivo local, devem interessar-se por projectos baseados na temática da procura e oferta desportiva local.

Associativismo

O associativismo desportivo, já referenciado noutras passagens deste trabalho, enquadra legitimamente e até legalmente o conjunto de entidades que contribuem para a definição geral do pacote da oferta desportiva de qualquer concelho. Contudo, este conjunto de agentes apresenta uma grande heterogeneidade relativa às suas características próprias, facto que constitui um factor de dificuldade na análise geral às suas limitações, problemas e enquadramento específico no fenómeno desportivo e conseqüentemente na definição dos parâmetros de intervenção e acompanhamento de que necessitam.

Relativamente à importância, assim como às limitações e problemáticas relacionadas com o associativismo desportivo, Portugal dispõe de grande experiência neste sector, não obstante um trajecto bastante sinuoso nos apoios e importância que lhes tem sido conferida. De acordo com Dias (2002: 22), “O Movimento Associativo, em geral, e as organizações desportivas já não são o que eram há uns anos. Evoluíram, modificaram e carecem de outras necessidades, de outras formas de estar, e por isso de reconhecimento e apoios”.

Acerca do Clube Desportivo e da sua importância no desenvolvimento deste fenómeno “poder-se-á mesmo dizer que ele serve de «motor» ao próprio fomento e

desenvolvimento desportivo, contribuindo inquestionavelmente para a sustentação do sistema no seu todo” (Teixeira, 2000: 12).

Na mesma linha de pensamento, Carvalho (1994: 78) refere que “Os Clubes Desportivos foram, desde o aparecimento da prática do desporto moderno no nosso País, os grandes responsáveis pelo desenvolvimento desportivo nacional.

Segundo Jesus (2000), pela capacidade de distribuição geográfica e pela capacidade de gerar recursos a nível local, as associações e os clubes, assumem uma posição crucial na promoção da oferta de prática desportiva dita amadora e na promoção da participação democrática dos cidadãos nas organizações desportivas.

As organizações desportivas, nomeadamente as associações e clubes desempenham um papel insubstituível, uma vez que actuando directamente no terreno, dispõem de um estatuto de identificação popular inigualável, de vastíssimas experiências na promoção de programas e actividades desportivas e de recursos importantíssimos onde se inclui o grande pulmão que constitui o corpo voluntário.

Como efeito, as associações e clubes detêm uma proximidade e relação directa com determinada população, que constitui uma mais valia importantíssima para o desenvolvimento do desporto. Para Crespo (1978: 3), “os clubes são lugares onde os indivíduos encontram possibilidades de participar, com responsabilidades, em tarefas comuns e mais amplas do que aquelas que lhes são permitidas na vida de todos os dias, na família ou no trabalho”.

Segundo Araújo (1984: 45), “Os clubes, não são mais do que a resposta social habitualmente encontrada para, através da participação voluntária das populações, ultrapassar carências detectadas”.

A actividade desenvolvida pelos clubes assume um papel de dupla importância, não só na concretização do trabalho pela promoção directa de actividades desportivas, mas também no contributo histórico da sua definição geral, tratando-se de uma “associação simultaneamente de expressão e de intervenção social, não só porque tende a facilitar a satisfação das necessidades e interesses dos seus sócios no domínio da actividade corporal mas, também, devido à sua capacidade de intervenção demonstrada na edificação de políticas desportivas” (Crespo, 1978: 3).

De acordo com Nunes (1999b), num passado ainda bastante recente, o desenvolvimento desportivo assentava quase exclusivamente no associativismo desportivo, que se dedicava apenas à dimensão competitiva e do rendimento máximo. O clube desportivo, na qualidade de base do associativismo, apresentava-se como a única

ou principal via de acesso à prática desportiva, por parte dos diferentes grupos de cidadãos.

Não obstante, é irrelevante considerar a importância deste imenso grupo de organizações que enquadram globalmente o processo de construção da oferta desportiva das diversas regiões, se não se proceder a uma reorganização e modernização do sector. A crise do associativismo é uma realidade e as associações que vivem de objectivos estritamente sociais e desportivos, lutam com enormes dificuldades, pelo constante agravamento dos custos das suas actividades.

Para Pires (1994: 11), “os clubes pesados centrados numa lógica insustentável do eclétismo e de uma gestão amadora ou a tempo parcial, não vão sobreviver à forte concorrência dos tempos que se avizinham”.

Atendendo às características próprias deste sector, corpo de voluntariado, proximidade do mercado e identificação bidireccional com a população, conhecimento da realidade desportiva através dos tempos e consequente experiência profissional, quantidade de organizações e diversidade de localização espacial, o associativismo desportivo é detentor de um património inigualável no fenómeno desportivo que não pode ser abandonado, esquecido ou desperdiçado.

Este sector, se estiver atento ao verdadeiro papel que lhe está destinado e à sua importante função social, não se poderá fechar sobre si próprio, porque a sua estrutura clássica inadaptada ao novo estilo de vida, será certamente ponto de partida para enfermidades graves que poderão levar à sua extinção (Homem, 1997).

As linhas orientadoras de modernização defendidas pelos especialistas perduram no tempo e apontam no sentido genérico de uma diversificação da oferta. Entendemos que só através de um processo de modernização que envolva os vários sistemas, que seja eficaz e próspero através da implementação de estruturas que acompanhem a vertigem da evolução desportiva, se pode concretizar o grande objectivo defendido por Costa (2000), de que os clubes tradicionais de índole social e sem fins lucrativos, apesar de presentemente atravessarem grandes dificuldades, devem estar ao serviço das pessoas, particularmente dos seus associados, devendo manter quanto possível a sua autonomia e independência financeira e não se deixarem envolver demasiado na dependência subsidiária das autarquias e outras entidades.

Segundo Bento (1985), os serviços tradicionalmente orientados para o desporto de competição não podem continuar a ignorar outras formas de prática desportiva que não as tradicionais. Devem mostrar mais flexibilidade para a abordagem de novas

modalidades desportivas, de novas tendências de preenchimento lúdico e desportivo dos tempos livres.

Para Marivoet (2002a), as organizações desportivas, sobretudo os clubes, não podem ignorar outras formas de prática desportiva que não as tradicionais, e várias são as experiências que se têm tornado lucrativas para eles, ao utilizarem as suas infra-estruturas técnicas e humanas na sua promoção, a par das que habitualmente têm vindo a desenvolver.

Com efeito, cada vez mais assistimos a um quadro de novas exigências. As novas formas de práticas desportivas, a maior valorização dos tempos livres e das capacidades crescentes do desporto, convergem na veiculação de novas necessidades sociais, tais como, o culto do corpo, o bem estar físico e psíquico, o cortar da rotina e a busca da excitação, da aventura e do prazer e requerem uma organização desportiva mais diversificada, assente em graus de exigência diferenciados.

Nunca será demais sublinhar a importância do clube local, que assegura uma função social, de formação, de animação e de cultura. Com todas as suas deficiências e carências, o clube continua a constituir uma escola de vida em sociedade, e um meio de comunicação entre os cidadãos.

Para Carvalho (1994: 87), é importante tomar em consideração o facto de que se muitos destes organismos não parecem preencher as funções mais desejáveis, “alguns são considerados como autênticas tabernas ou locais de jogos” facto que se ficará a dever a condições sociais bem específicas. Não será por assumir este carácter, aliás, frequentemente imposto pela extrema penúria de meios, que estes lhe devem ser negados. Bem pelo contrário, é precisamente a estas instituições, de raiz profundamente popular, que é preciso prestar uma atenção particular, de forma a encorajá-las a preencherem a sua função social do modo mais correcto e pleno.

Por isso, a questão do funcionamento do clube e das suas actividades, não se pode colocar, exclusivamente, em termos do custo da organização, pois tem de integrar o valor dos produtos sociais resultantes para o desenvolvimento global da comunidade. A problemática da questão tem, por isso, de constituir uma preocupação essencial, numa perspectiva em que a rendibilidade social tem de se sobrepor à pura visão economicista.

A definição das relações a estabelecer entre o poder local e o Movimento Associativo local passa, necessariamente, pela compreensão plena de que a vida associativa constitui um dos factores essenciais de democratização da vida social e da cultura do nosso País. No bairro, na freguesia e na aldeia, na cidade, ela constitui uma

das formas de desenvolvimento da iniciativa e do exercício das responsabilidades livremente assumidas pelos habitantes, contribuindo para o enriquecimento da vida local e para a definição de soluções para inúmeros problemas que lhes dizem respeito. É por isso que o pequeno Clube local deve ser considerado como um factor decisivo de democratização da prática desportiva, numa perspectiva cultural viva.

É nesta perspectiva que o poder local não se pode alhear das dificuldades do clube. Isto se pretender que o desporto se desenvolva num quadro de vida digno das novas gerações.

2.2. Procura Desportiva

O estudo da procura no caso particular da prática das actividades físicas e desportivas assume um papel de dupla importância, atendendo a que a par dos terminantes de rentabilização das actividades, esta área de serviços constitui uma obrigação do Estado, do poder político e da sociedade determinada por lei.

A importância e os benefícios da prática das actividades desportivas aliadas à legislação existente para este sector constituem por si só os imperativos para a construção ponderada dos diversos programas de oferta desportiva. A questão central da definição destes programas e conseqüente dinâmica de modernização e adequação à realidade prende-se com a análise cuidadosa da procura. Só considerando estes dados serão conseguidos níveis de eficácia aceitáveis e as próprias actividades tornar-se-ão rentáveis ou menos onerosas.

De que interessa ter um programa de oferta desportiva, com muitas actividades, com óptimas condições, inúmeras horas de actividade, preços acessíveis, bons técnicos, etc., se este não corresponder às expectativas da população alvo para quem o programa foi construído?

Se aceitarmos a evidência de que a diversidade do fenómeno desportivo cresceu consideravelmente ao longo do tempo facilmente percebemos que a análise cuidada do consumo e da procura se torna imprescindível quando se pretende dar cumprimento ao desígnio social de “que o desporto deve chegar a todos e a cada um, pelo que não advoga a mesma oferta para todos, não pretende que todos consumam o mesmo desporto, independentemente da natureza distinta do caso e da situação de cada um” (Bento, 1991: 245).

O justificado e necessário desenvolvimento desportivo, a participação de todos os vectores da sociedade, liderados pelo claro envolvimento das autarquias, justifica-se com base no dever das entidades responsáveis promoverem um plano global capaz de satisfazer a procura de determinada zona geográfica, como forma de responder aos desejos de fruição desportiva de cada um, e assim contribuir inequivocamente para maximização dos níveis de qualidade de vida das populações.

Segundo Carvalho (1994) é imperioso fundamentar cientificamente a definição dos meios como forma única de diminuir progressivamente os riscos de uma política de acção que “cava”, cada vez mais profundamente, o “divorcio” entre as aspirações das populações e dos indivíduos e as formas de prática que lhe são propostas.

De acordo com Marivoet (2002a: 66) “as políticas dos Municípios terão que ser conduzidas de uma forma esclarecida e que, independentemente dos discursos produzidos à volta das mesmas e dos orçamentos afectos ao desporto, há que ter presente que só um investimento articulado e adequado à procura poderá produzir um verdadeiro desenvolvimento desportivo”.

Atendendo a alguma cristalização, sobretudo das organizações privadas sem fins lucrativos, à natural evolução das aspirações dos consumidores e à consequente adequação do respectivo programa de oferta desportiva, as entidades e organizações envolvidas no processo de construção da oferta encontram-se obrigadas a descortinar rápidas reacções de evolução nos seus programas e a estabelecer uma relação, cada vez mais dinâmica, com análises sistemáticas do mercado.

Uma rápida leitura da situação actual leva-nos a verificar que as organizações mais antigas, embora portadoras de grande experiência e conhecimento da realidade, se encontram consideravelmente “adormecidas” e revelam um natural, mas prejudicial alheamento aos processos de mudança que as conduzirá, certamente, à extinção ou inactivação. Esta situação tem vindo a ser compensada pelo aparecimento de novas organizações, fundamentalmente as designadas como privadas com fins lucrativos que ou são modernas ou se modernizam e têm tido o mérito de, por um lado, colmatar o vazio e as falhas de adequação do associativismo desportivo e, por outro, de receberem o reconhecimento dos consumidores, da sociedade e até do Estado, porque estas organizações contribuem para a concretização de uma função social da qual o poder político está obrigado – o incremento e satisfação da procura desportiva.

Sabendo que esta solução além de insuficiente não cumpre o desígnio da “universalidade” do desporto ao alcance de todos, especialmente por questões

relacionadas com a economia familiar e o poder de compra dos portugueses, consideramos absolutamente imperioso intervir nos restantes sistemas desportivos, a partir da compreensão das “razões que motivam o consumo, activo ou passivo, de serviços desportivos” (Teixeira, 2000: 4). Se o objectivo final for realmente proporcionar serviços, no sentido de satisfazer as necessidades do consumidor, importa “explicar as principais razões e factores que influenciam e determinam as decisões relacionadas com o consumo da prática de desporto” (idem, 2000: 5).

As organizações desportivas no seu todo terão que entender (ou os responsáveis pelo processo de desenvolvimento desportivo terão que promover formação que objective essa compreensão), que o processo evolutivo do desporto e respectivas fases dinâmicas e interactivas que o caracterizam não se compadecem com a paralisação dos processos e alheamento aos dados da procura.

De acordo com Pires (1990: 240):

A aventura é uma nova dimensão das práticas desportivas. É, por assim dizer, a fase terciária do desenvolvimento do desporto, entendendo-se que a primeira foi constituída pelo jogo e desenvolveu-se na sociedade agrícola, numa dimensão local e a uma escala reduzida. A segunda é constituída pelas práticas desportivas formais, desenvolvidas numa dimensão global e à escala planetária decorrentes da sociedade industrial. A terceira configura as práticas formais e informais, as práticas inorganizadas, específicas da sociedade pós-industrial em que o desporto estabelece um corte definitivo com o mundo do trabalho.

Mais preocupado com a abrangência social do fenómeno desportivo do que com a sua especificidade ou tipo, Constantino (1999) refere que o desporto do futuro será o desporto dos cidadãos. Um desporto construído à medida de cada um. Homens, mulheres, jovens, altos e baixos, gordos e magros, todos e todas, exigirão de um modo crescente dos poderes públicos as respostas sociais a uma existência feliz, equilibrada e saudável. Uma prática do desporto que respeite acima de tudo a diversidade e pluralidade de objectivos, de motivações, de gestos e de rendimentos.

Colocando em causa a resposta, eficácia e adequação dos diferentes sistemas, Pires (1996: 126) afirma que:

O praticante desportivo, quer ele se situe no domínio do lazer e do desporto para todos, da recreação, da manutenção, do desporto escolar, do federado ou da alta competição, quer ele seja idoso ou jovem, homem ou mulher, dito normal ou portador de deficiência, quer ele viva no litoral, no norte, no sul, ou no interior do país ou das regiões autónomas, encontra-se muitas vezes abandonado a uma prática desportiva com sistemas de apoio e controlo frágeis, que não respondem às necessidades de uma sociedade a caminho do terceiro milénio.

Segundo Marivoet (2002a: 40), “o desporto praticado como ocupação de lazer permite a todas as idades vivenciar estados agradáveis e prazerosos que vão ao encontro das necessidades mais sentidas neste final de século”. Na mesma óptica a autora refere que as novas mentalidades que dão corpo à ordem da mudança em curso são caracterizadas “pela ruptura com a rotina quotidiana, e os espaços codificados, pela procura de actividades de lazer sem rigidez de horários, e níveis de realização criados pelos próprios indivíduos fora do tempo de trabalho produtivo” (Marivoet, 2002a:38).

A importância de analisar a procura parece-nos inquestionável, uma vez que como consequência das pretensões dos potenciais consumidores, todas as estratégias de planeamento organizacional são ou deveriam ser profundamente influenciadas.

A própria planificação infraestrutural deveria estar directamente relacionada ou dependente dos resultados dos estudos de mercado. De acordo com Bento (1991: 248) a “primeira tendência de trazer o desporto do exterior para o interior, para o espaço fechado e coberto, é hoje marcada por uma segunda tendência, nomeadamente a de levar o desporto para o espaço aberto, para o ar livre, para o exterior, para a natureza”.

Segundo Tenreiro (1997), o conhecimento da procura desportiva é um dos pressupostos para levar a cabo a satisfação das necessidades de espaços recreativos e desportivos da população, opinião aliás corroborada por Palla (1992), que defende que o planeamento das instalações desportivas, para além das normas de programação estabelecidas em m² por habitante, exige a promoção de estudos de procura.

As razões existentes para que a população de uma forma geral se sinta atraída pelo desporto são inúmeras e justificáveis, desde logo, pelas necessidades humanas da pirâmide de Maslow (1954), citado por Lendrive *et al.* (1996) onde se definem por ordem de importância as seguintes necessidades: i) fisiológicas; ii) de segurança; iii) de pertença; iv) de estima; v) de auto-realização.

Motivos para a prática

A diversidade de factores que determinam a prática, as expectativas e a própria adesão aos serviços é imensa e varia com a própria personalidade e percepção individual de cada consumidor. Assim, em relação ao auto-conceito, Mullin *et al.* (1995) explicam que este não se restringe apenas à imagem que temos de nós, mas à maneira como queremos que os outros nos vejam, como nós gostaríamos de ser e ainda à imagem que

passamos para certos grupos ou contextos. O autor explica que os consumidores podem adoptar comportamentos diferentes mediante a situação em que se realiza a prática, dependendo do contexto e da companhia (amigos ou colegas de trabalho, etc.) em determinada situação.

Segundo o mesmo autor, citando Berelson e Steiner (1964), as percepções individuais de cada um “funcionam como uma espécie de filtro influenciado pelos nossos valores, atitudes, necessidades e expectativas que contribuem para uma exposição, uma distorção e uma retenção selectivas dos inumeráveis estímulos que recebemos diariamente” Mullin *et al.* (1995: 94).

Além do apetrechamento e das estratégias políticas e organizacionais que importa efectivar como forma de responder eficazmente à procura desportiva, consideramos que também é fundamental ponderar e atender às limitações inerentes ao próprio praticante ou potencial praticante.

As expectativas diversificadas da procura ou o alheamento total da integração no mundo da prática desportiva podem, efectivamente, ser uma consequência de inúmeras limitações e/ou características dos consumidores. A capacidade ou limitação físico/motora, a idade, o sexo, a ocupação profissional e consequente tempo livre, a zona de residência, o reportório motor e a experiência desportiva e o poder de compra, entre outros, são factores que determinam profundamente e acrescentam alguma complexidade à concretização do desígnio fulcral de um desporto para todos e ao alcance de todos.

De acordo com Mullin *et al.* (1995), os motivos da prática desportiva dividem-se em duas áreas distintas, a primeira relacionada com o rendimento, identificando como motivação base o alcance de objectivos desportivos predefinidos, materializados na vitória e a segunda, mais relacionada com o desporto de recreação onde identifica como principais factores motivadores, estar com os amigos, a forma física, a diversão e o entretenimento.

A melhoria das condições estruturais, a consciencialização da importância da prática de desporto por razões sociais e de promoção de saúde, realizada através do já referenciado marketing social e as características do quotidiano das populações, sobretudo através do aumento do tempo livre, são factores que, se forem devidamente relacionados, contribuirão certamente para o aumento dos índices de procura desportiva.

Com efeito, existe uma relação bilateral muito próxima entre a evolução do desporto e o desenvolvimento social e tecnológico das populações que se influenciam

mutuamente. Segundo Pires (1992), o aumento do tempo livre e o aparecimento de novos padrões culturais de comportamento, no que diz respeito à utilização que cada um faz do seu tempo de lazer, é determinado pelas alterações a nível da estrutura de emprego, em que diminuiu o mercado de trabalho do sector primário e aumentou o do terciário, circunstância que consideramos determinante, como elemento potenciador da procura desportiva.

Segundo Druker (1994), o aumento do tempo de lazer, sem redução dos salários, contribui para o aumento da procura de desportos de todo o tipo. Maior tempo livre implica directamente a subida da procura de actividades desportivas.

A preocupação crescente com a imagem pessoal, a estética, a afirmação social, a saúde e o desejo e necessidade de possuir a disponibilidade motora são factores exigidos pela sociedade moderna ou pós-moderna, onde todos os cidadãos se desejam integrar. Para Garcia (1999), o corpo belo, saudável e jovem representa nesta sociedade, o modelo harmonioso e confortável num momento efémero, mas determinante para o sucesso social, onde o consumismo de actividades físicas e desportivas assume um papel relevante.

Atendendo à relação directa e evidente entre a prática desportiva e este conjunto de preocupações dos indivíduos, esta é mais uma circunstância que contribui para a maximização da procura desportiva.

Expectativas e escolhas do consumidor

Resolvido o problema cultural inicial, o consumidor passa à fase de decisão na qual terá de recolher informação e efectuar a avaliação das diversas alternativas, caso existam. A falta de dados para resolver esta fase do processo de tomada de decisão pode constituir uma grande negligência do poder político e da sociedade, que em certos casos não tem tido capacidade para promover um plano de desenvolvimento desportivo que permita à população encontrar aquilo de que já sentiu necessidade e agora procura.

O processo de tomada de decisão por parte do consumidor também não é tarefa simples e contribui para dificultar o trabalho dos promotores. A primeira fase, onde se integra uma parte considerável da população Portuguesa, refere-se ao simples facto de reconhecer a necessidade de praticar actividade física. O reconhecimento desta necessidade constitui um valor social do qual se deve responsabilizar o respectivo

“marketing social”, neste caso sob a responsabilidade máxima do poder político do país ou região.

Por fim, para o caso da procura “satisfeita”, haverá que efectuar uma avaliação da experiência desportiva, e este será o momento chave em que se verificará se o universo das práticas desportivas conseguiram fidelizar mais um praticante ou, se por outro lado, como consequência da inadequação, se assiste ao abandono do praticante de forma totalmente definitiva.

Os clientes devem ser segmentados de acordo com as suas motivações e necessidades, sendo que terão de se considerar tanto os “clientes” actuais como os “clientes” potenciais, independentemente das suas características particulares, pois, só assim, será possível atender à procura global e proceder a uma eficaz aplicação dos recursos disponíveis.

Especialmente para o caso particular da prática desportiva, entendemos relevante salientar e concordar com o alerta efectuado por Dubois (1993: 53), de que “o que um consumidor compra, depende, para além das suas necessidades mais profundas, dos produtos e serviços disponíveis no seu meio envolvente e do modo como os percebe”, quer na fase de adesão, quer na fase de satisfação, sobrevalorizando a importância das estratégias organizativas de fidelização dos praticantes.

Segundo Marivoet (2002a), a criação de condições necessárias para a prática desportiva generalizada a todos os escalões etários, e à adequação das novas mentalidades e anseios sentidos por um número cada vez maior de indivíduos, levou a que novos valores se impusessem na sociedade.

Na área dos serviços desportivos, os índices e características da procura acumulam uma dupla posição, ora de causa, ora de consequência e por vezes de ambas, quando relacionados com os contornos gerais de construção da oferta.

Parece-nos evidente e indiscutível que a oferta desportiva deve considerar e estruturar-se com base nas expectativas das populações e, neste contexto, as necessidades do consumidor assumem claramente o factor causa do progresso desportivo. Por outro lado, também nos parece fácil aceitar, que a construção de programas de oferta baseados nos conhecimentos científicos dos profissionais desta área são passíveis de incentivar e motivar a adesão à prática de actividades desportivas e, neste caso, a procura representa uma consequência da dinâmica das entidades e organizações responsáveis pelo desenvolvimento desportivo.

Políticas de promoção do desporto face às dinâmicas da procura

Acompanhar e analisar os dados que resultam dos estudos de mercado realizados directamente às populações constitui o ponto fulcral e fidedigno que viabiliza a compreensão da procura e representa a base de informação primária e imprescindível para a construção do pacote geral de oferta desportiva e conseqüente planeamento estratégico que deverá ser desenvolvido neste sector.

Consideramos fundamental atender a que “nos últimos anos, os sistemas desportivos foram atravessados por fenómenos de recontextualização, com a criação de novos subsistemas, segmentos diferenciados de praticas desportivas, novas populações, dinâmicas de desenvolvimento a partir de lógicas distintas de representação desportiva” (Constantino, 1997: 36).

Segundo Bento (1991), a tradicional unidade de sentidos do desporto dará progressivamente lugar ao desenvolvimento de modelos autónomos, sendo esse desenvolvimento favorecido pela adesão do desporto de novos grupos de pessoas com desejos, necessidades e exigências específicas. Os valores são cada vez mais humanos, mais ligados ao presente, traduzindo alterações de valorização do trabalho e do tempo livre e testemunhando conseqüentemente uma sobrevalorização de autodeterminação, autonomia, comunicação, contacto social, fruição da vida, criatividade em detrimento da disciplina, adaptação, subordinação, rendimento.

A alteração crescente dos valores relacionados com a prática desportiva sem quadros competitivos organizados e realizada fora das estruturas federativas, “levará certamente a uma reestruturação da procura, concorrendo assim com os valores de elevação da prática de competição” (Marivoet, 1993: 19).

A procura desportiva mudou. Parece tratar-se de um facto simples e aceite por todos os que consomem serviços desportivos e também por todas as entidades com responsabilidades, mais ou menos directas no processo de desenvolvimento desportivo, no entanto, os reflexos na organização social e institucional do desporto tardam a aparecer ou pelo menos a fazer-se sentir.

A necessidade de promover o desporto para todos não é sinónimo de exigir que todos pratiquem as mesmas formas clássicas de desporto. Consideramos ser fundamental consagrar “a institucionalização do direito à aventura e à competição daqueles que se recusam a competir de uma forma acéfala e massificada no interior de quatro linhas, à volta de três bóias, na distância de 1000 ou 2000 metros, com regras

estandardizadas e que têm de ser aplicadas respectivamente de uma forma mecânica” (Pires, 1990: 224).

A evolução dos contornos gerais da prática de actividades desportivas é uma realidade sobre a qual Pires (1990) define as principais linhas de rumo de forma bastante simples e sistemática, que devemos considerar por entendermos que a característica base de cada uma das épocas determina globalmente a tendência geral da procura desportiva. Segundo o autor, ao período de massificação acéfala da prática desportiva, onde o desporto assumia o mesmo espírito, os mesmos critérios e os mesmos objectivos de trabalho (anos 60), sucedeu o período da qualidade (década de 70). Já não bastava fazer, era necessário fazer bem. Os anos 80 foram os da variedade, com práticas dirigidas a segmentos específicos da sociedade, com necessidades e sentimentos diferenciados e os anos 90, os da novidade, com o aparecimento de novas formas de ver e entender o desporto.

Para Constantino (1997: 37), “o modelo tradicional das políticas de desenvolvimento desportivo tem sido pensado e construído à luz dos interesses dos seus tradicionais actores: o Estado e os organismos de cúpula do movimento associativo”, e sugere, em oposição, que é chegado o momento de entender o desenvolvimento desportivo como uma forma de qualificação do acesso dos cidadãos às práticas desportivas, obrigando a deslocar o centro das políticas, para os interesses, expectativas e motivações dos cidadãos”.

Analisar a oferta desportiva, contribuindo para a maximização da sua eficácia geral, não faz qualquer sentido, se não considerarmos a população alvo que dela irá usufruir. Com efeito, para fechar o ciclo característico de qualquer processo de prestação de serviços é imperioso considerar quem procura e o que procuram os consumidores.

2.3. Marketing no Desporto

O marketing é uma área complexa e bastante abrangente. Tal como referem Lendrevie *et al.* (1996), a ideia de marketing, enquanto função essencial e necessária ao sucesso das organizações foi, inicialmente, desenvolvida pelas empresas que operavam na área dos bens de grande consumo. Contudo, os tempos e as necessidades de comercialização dos produtos e serviços generalizaram o conceito de marketing e a aplicação deste a

outros domínios de actividade, existindo várias especializações desta temática, como, por exemplo, o marketing social ou o marketing político.

Kotler (1999) define o Marketing como “a arte de descobrir e desenvolver oportunidades e de tirar partido delas”. Aceitando a perspectiva de que “a cada um dos quatro “Pês”, produto, preço, ponto de venda e promoção, deverá corresponder um “C”: consumidor (valia para consumidor), custo para consumidor, conveniência e comunicação”(Ap. Andrade, 2001:170), as organizações desportivas, não se podem limitar a oferecer espaço físico para o desporto, mas, devem organizar-se em função da mudança e das expectativas das pessoas, criando valências, promovendo e co-promovendo serviços no sentido de demonstrarem aos diferentes públicos (ou segmentos de mercado) as necessidades e as oportunidades da actividade física que, por vezes são do seu desconhecimento.

De acordo com a opinião veiculada por Lendrevie *et al.* (1996) operou-se uma grande evolução conceptual. A percepção de Marketing como o conjunto dos meios de que dispõe uma empresa para vender os seus produtos aos seus clientes de forma rentável, esvaneceu-se e deu lugar à ideia de marketing como o conjunto dos métodos e dos meios de que uma organização dispõe para promover nos seus públicos alvo, os comportamentos favoráveis à realização dos seus próprios objectivos. Esta evolução coloca uma dupla questão na abordagem da dimensão do marketing no universo complexo e pleno de especificidades, como é o mundo do desporto e tudo aquilo que o envolve: marketing para desporto ou marketing desportivo? As duas versões são utilizadas por investigadores, académicos, profissionais e meios de comunicação social. Independentemente de discutirmos qual a versão mais correcta importa perceber de que forma o marketing faz sentir o seu impacto no mundo do desporto.

O marketing desportivo impôs-se com grande veemência e introduziu profundas alterações no desporto principalmente durante a segunda metade do século XX. Riganer (1993: 298) assevera mesmo que “*the “old” sport disappears and a “new” sport is born*”. Inicialmente era habitual associarmos o desporto a determinadas características como o amor à camisola, a nobreza, o prazer da competição, enfim o amadorismo em estado puro com as respectivas vantagens e desvantagens. Na última metade do século XX, a realidade foi profundamente alterada, sendo mais habitual hoje em dia associar ao desporto palavras até então desconhecidas como merchandising, direitos de imagem, ligas profissionais, bilhetes de temporada, audiências televisivas ou patrocínios. A este propósito Ferrando refere:

Na busca do espectáculo, os antigos valores “estéticos” perderam firmeza. Tanto os treinadores como os jogadores estão mais preocupados com o resultado e com a necessidade de satisfazer a audiência, do que com a experiência de jogar como uma satisfação em si mesma, que tinha sido tradicionalmente a motivação básica do desportista.

(Ferrando, 1990: 200)

A este respeito, Riganer (1993: 299) afirma também que “*the classic sport values are converted into economically influenced*”. Esta clara empresarialização do desporto vem de encontro à evolução da sociedade dos nossos dias, das nossas empresas, dos nossos clubes, dos nossos atletas, mas deixa alguns adeptos profundamente entristecidos. Se concentrarmos a nossa atenção na análise do desporto, ao colocarmos uma óptica comercial e de negócio levantam-se sempre barreiras por parte de académicos, adeptos, historiadores, reguladores e, claro, espectadores. Mas, será inadequado classificarmos o desporto como um negócio? Talvez não, se atentarmos às elevadas somas de dinheiro que auferem os melhores desportistas, sejam eles jogadores de golfe, pilotos de fórmula1, futebolistas ou tenistas e ainda, à correlação positiva entre o estatuto económico e a visibilidade que cada modalidade conquistou para si.

Quando Michael Jordan se tornou a verdadeira alavanca para o domínio da marca de equipamentos desportivos Nike, enquanto líder mundial do mercado de produtos desportivos, quando a ida de um jogador como David Beckham para o Real Madrid serviu, para além do benefício desportivo, como verdadeira acção estratégica apontada ao mercado oriental, quando simplesmente a calendarização do campeonato do mundo de Fórmula 1 se baseia na atractividade económica de cada circuito, patrocinadores potenciais e perfil das estações de televisão de cada país ou quando os Jogos Olímpicos se tornam uma evidente competição de marcas, desfizeram-se todas as dúvidas acerca da mercantilização do desporto.

É forçoso conhecer o mercado desportivo e, conseqüentemente, para o sucesso da concretização da sua missão, que as organizações desportivas sejam capazes de “influenciar os comportamentos ou as atitudes do público.” (Druker, 1994: 16). Qualquer organização desportiva, de hoje, está na corrida para identificar novas fontes de receita que criem estabilidade económica a longo prazo.

Enquanto que outrora o desporto era visto como a forma ideal para o exercício saudável do corpo, hoje em dia, estamos perante um mercado dos consumos culturais que alicia adeptos de todo o mundo, de qualquer classe etária ou grupo social.

Consequência disso, Riganer (1993: 298) declara que “*all sports – fun or serious, low or top level, amateur or professional – are being transformed into big business in an increasingly commercial market*”. As cadeias de televisão disputam os melhores momentos, os estádios transformaram-se em centros de entretenimento, os adeptos participam activamente nos espectáculos, e as empresas utilizam o desporto como veículo de divulgação dos seus produtos.

Para Lendrevie *et al.* (1996: 44), “o mercado designa o conjunto dos públicos susceptíveis de exercer uma influência sobre as actividades de uma organização. Estes públicos podem ser composto de indivíduos ou de instituições” Daí que a definição «estudo de mercado», onde a actividade e os serviços da organização são difundidos seja uma tarefa prioritária para a correcta definição da estratégia de marketing e de desenvolvimento da organização.

Druker afirma mesmo, que, no caso das organizações sem fins lucrativos, a primeira das etapas de comercialização dos serviços é “investigar a clientela para compreender o mercado que se quer servir e as suas necessidades” (1994: 24).

Entendemos que os atractivos, factores contributivos para a motivação da população e os benefícios da participação activa em programas de actividade física estão suficientemente provados e são genericamente apreendidos pelas populações. No entanto, não podemos esquecer que se tal facto não se verificar, a responsabilidade é pública e os argumentos ao dispor do “Marketing Desportivo” são abundantes.

Efectivamente, não nos parece que as grandes limitações relacionadas com o desenvolvimento desportivo residam na área da procura desportiva, no entanto, é necessário conhece-la como forma de proceder à sua estruturação segmentar e objectivar a adequação de condições e serviços que viabilizem a aplicação produtiva das estratégias de marketing.

Aceitando a definição de Sá e Sá (1999: 23), que consideram o Marketing desportivo “como o conjunto de acções e prestações, produzidas no sentido de satisfazer as necessidades, expectativas e preferências do consumidor de desporto” e de Correia (2000: 5) que o colocam numa perspectiva de “filosofia e um conjunto de métodos ao dispor das organizações de desporto, para influenciar e se adaptar aos comportamentos dos clientes, tendo em conta a efectivação dos objectivos” somos impelidos a considerar que a época de consumo absoluto em que vivemos especializou, diversificou e quantificou de tal forma os produtos e serviços que actualmente o cliente é o “bem mais procurado” pelas organizações comerciais.

No desporto, nomeadamente em Portugal, atendendo aos tímidos níveis de participação desportiva, a existência de potenciais consumidores ainda não constitui um problema, no entanto é necessário cuidar de níveis de qualidade e adequação dos serviços que objectivem a satisfação dos clientes, uma vez que segundo Lambin (2000) existe um fenómeno de socialização ou sindicalização da procura que reflecte a tomada de poder progressivo dos consumidores que determinarão cada vez mais as leis do mercado.

O desenvolvimento desportivo reveste-se de tanta importância para o bem-estar e qualidade de vida das populações que se torna pertinente sublinhar a responsabilidade do Estado na própria existência da procura desportiva.

Com efeito, se no estudo da procura de uma qualquer região ou zona do país se constatar que os índices de procura são baixos, cabe ao Estado, por obrigação normativa, accionar os mecanismos que definam a elaboração de uma ampla estratégia de Marketing social, como forma de ultrapassar as limitações culturais dessa população. De acordo com Pires (1996), este tipo de marketing é constituído por um conjunto de actividades dirigidas no sentido de tentar mudar as atitudes, valores e comportamentos de determinado conjunto de pessoas de uma sociedade.

Através de acções do tipo das que o autor determina para o Marketing social, é possível melhorar o conhecimento e a cultura desportiva das populações, contribuindo para a melhoria e enriquecimento do mercado desportivo, que servirá e beneficiará o quotidiano de todos. Saliente-se, também, neste contexto, o factor de influência do consumidor que importa ter em conta nesta área de serviços.

3. A SITUAÇÃO EM PORTUGAL

As rápidas e constantes mudanças que caracterizam a sociedade de hoje, ampliam a complexidade da realidade social e colocam à comunidade em geral, o desafio de educar e desenvolver práticas promotoras de saúde e bem-estar, que rompam com as ideias preconcebidas características do desporto federado (formal, rígido e selectivo), pois, “só desta forma se poderá pensar que será possível construir-se um modelo capaz de responder às necessidades de aperfeiçoamento e progresso de cada um, de êxito e afirmação, dizendo respeito a todos” (Carvalho, 1994: 22).

Certamente que o envolvimento das entidades governamentais e locais em propostas de intervenção eficazes e significativas, produz alterações na conceptualização da prática desportiva.

Não obstante, de acordo com Marivoet (1991: 194), “a promoção do Desporto para Todos e o estabelecimento de políticas desportivas que consagram o desporto como um direito do cidadão, distanciam em duas décadas a sociedade portuguesa face à realidade dos países da comunidade europeia”. Refira-se, que segundo o último Eurobarómetro Especial sobre o Desporto e a Actividade Física da Comissão Europeia, publicado em 2010, embora referente a 2009, a participação média dos europeus nos 27 Estados-Membros da União Europeia com mais de 15 anos, situava-se nos 61%, sendo a de Portugal de 44%.

Refere ainda Marivoet (2002b), que a deficiente promoção desportiva no contexto do lazer, verificada na sociedade portuguesa, dificulta a aquisição de hábitos desportivos alicerçados nos novos valores de prática generalizada, contrariamente ao que aconteceu nas sociedades onde o movimento do desporto para todos mais se expressou. Face a esta situação, a autora entende que:

As políticas desportivas dos Municípios terão que ser conduzidas de uma forma esclarecida e que, independentemente dos discursos produzidos à volta das mesmas e dos orçamentos afectos ao desporto, há que ter presente que só um investimento articulado e adequado à procura poderá produzir um verdadeiro desenvolvimento desportivo.

(Marivoet, 2002a: 66)

A convicção de que o desenvolvimento das políticas desportivas deve passar pela integração de diferentes áreas de intervenção, não nos permite direccionar a nossa atenção apenas para uma das suas vertentes, sem considerar inter-relações entre elas. Apesar disso, mesmo procurando uma visão de conexão, torna-se necessário um olhar mais atento sobre focos bem delimitados, que, ao serem melhorados, optimizam o conjunto.

3.1. Participação Desportiva

Na década de 80, realizaram-se algumas pesquisas acerca da participação desportiva em Portugal, Noronha Feio (1985) referiu que, em Portugal, os primeiros passos para se saber do nível nacional foram dados através da publicação da I Carta Gimnodesportiva

em 1962, seguindo-se a de 1971, ambas da Direcção Geral de Desportos (DGD). O mesmo autor, mencionou, nessa altura, que “a falta de estruturas humanas e materiais para prosseguir, aperfeiçoando aquele trabalho, impediram que hoje pudéssemos ter uma visão correcta da situação desportiva portuguesa” (1985: 69).

Em 1988/89, Salomé Marivoet realizou a Carta da Procura da Prática Desportiva e Recreativa no âmbito da DGD, apresentada num estudo intitulado Atlas Desportivo Nacional, em 1991, tendo como principal objectivo a avaliação das necessidades em matéria de instalações desportivas artificiais. Dez anos após, em 1998/99, a mesma autora desenvolveu a Carta da Procura da Prática Desportiva promovida pelo Instituto Nacional do Desporto, onde estudou o comportamento da população portuguesa face ao desporto, por forma a quantificar e caracterizar a prática desportiva:

Pretendeu-se conhecer as disposições da procura, ou seja, a adesão ao desporto e as apetências das diferentes populações, por forma a rentabilizarem-se os recursos e a racionalizarem-se as escolhas em matéria de politica desportiva.

(Marivoet 2001:7)

Na comparação de ambos os estudos, Marivoet (2001: 134) verificou “que se regista uma estagnação da Participação Desportiva, embora se tenham encontrado alterações significativas nas características da mesma”.

Num estudo posterior, Marivoet (2002b), aferiu que Portugal tem bons índices de participação desportiva, concorrendo de igual para igual com alguns países da Europa, mas somente no âmbito do desporto federado, ou seja, na competição. No que respeita ao desporto para todos, Portugal encontra lugar na parte de trás do pelotão, disputando os lugares traseiros.

No estudo realizado na época 1998/99, Marivoet verificou que os hábitos desportivos da população portuguesa são estruturados por variáveis sociais, uma vez que as categorias com níveis económicos mais elevados são aquelas onde a prática desportiva mais se expressa, assim como os homens e as gerações mais novas detêm hábitos de práticas mais abrangentes. As conclusões sugerem uma forte hegemonização do modelo clássico na configuração do sistema desportivo português, o que coloca resistências à mudança de valores e ao desenvolvimento da diversificação dos hábitos de prática de forma mais abrangente. Para a autora (2002b: 14), “o problema é que a oferta desportiva está demasiado virada para a competição, que por sua vez se torna inconciliável com outras actividades complementares”.

Assim, este estudo, em relação à participação desportiva, mostra que “a prática desportiva abrange 23% da população”, o que significa que “23 em cada cem portugueses dos 15 aos 74 anos afirmam praticar desporto ou uma actividade física” (2001: 13). Daí que “aquilo que parece transparecer da sociedade portuguesa é que não existem hábitos” (Marivoet, 2002b: 14).

Ainda em relação à participação desportiva, verificamos a existência de algumas assimetrias ao nível das regiões de Portugal Continental, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a apresentar o maior índice de participação desportiva, cerca de 27%, enquanto que a região Centro apresenta os valores mais baixos com 14%, bem abaixo da média nacional que se situa nos 23% como já foi referido. Este dado, torna-se para nós relevante, na medida em que a investigação a realizar se insere nesta área geográfica.

Este estudo revela também, que, em relação aos indicadores desportivos de fidelidade e abandono, a região Centro tem valores distantes da média nacional, com 27% e 73%, respectivamente, sendo a média nacional de 41% e 59%.

Em relação aos indicadores de regularidade, a região Centro apresenta uma participação regular de 11%, sendo a participação ocasional de 3%, mantendo-se ambos abaixo da média nacional que se situa nos 19% e 4%, respectivamente.

No que se refere aos indicadores de organização, a zona Centro divide a meio sua participação, ou seja, 7% têm uma participação organizada e 7% não organizada, enquanto a média nacional se situa nos 13% e 10% respectivamente. De referir ainda, que, na região Centro, no âmbito da prática, 4% é federada, igualando a média nacional, e 10% desporto de lazer, ficando neste aspecto aquém da média nacional que se situa nos 19%. Podemos aqui verificar que, “proporcionalmente são as regiões com menor Participação Desportiva no contexto nacional, que apresentam proporções mais elevadas de prática desportiva no âmbito do Desporto de Competição Federado, face ao âmbito do Desporto de Lazer” (Marivoet, 2002a: 27).

No que concerne à prática desportiva segundo o género, os resultados do estudo “reafirmam-nos que os homens continuam a praticar, proporcionalmente, mais desporto do que as mulheres” (idem, 2002a: 51).

Como referimos no ponto anterior, o Eurobarómetro Especial da Comissão Europeia para o Desporto e a Actividade Física, situava a participação desportiva em Portugal em 44%, fazendo denotar uma melhoria da participação desportiva face aos resultados das últimas décadas. Será ainda importante salientar que esta participação se reparte por 9% regularmente, 24 com alguma regularidade e 11 raramente, face a uma

média europeia de, respectivamente, 9%, 31% e 21%, denotando que a participação regular em Portugal se encontra na média europeia.

Assimetrias de género, idade e grupo social

Para Silva e Carvalho (2001: 75) “a desigualdade sociodesportiva que marca as diferentes oportunidades entre homens e mulheres é por demais evidente e omnipresente.” A este respeito, é curiosa a opinião de Pierre de Coubertin (*Ap.Ferrando, 1990: 167*) afirmando que “num mundo desportivo criado pelos homens para os homens, a presença das mulheres no estádio era anti estética, pouco interessante e incorrecta, excepto para a função que lhes correspondia *coronar al vencedor com las guirnaldas del triunfo*”

Em ambos os casos, masculino e feminino, a participação desportiva da região Centro com 21% no primeiro caso e 8% no segundo, encontra-se abaixo da média nacional com 34% e 14% respectivamente (Marivoet, 2001).

Algumas das causas encontradas para esta discrepância entre sexos são referenciadas por Silva e Carvalho (2001: 76), nomeadamente, o facto de “vários clubes desportivos extinguirem as secções femininas impossibilitando raparigas e mulheres de praticarem andebol, voleibol, futebol, ginástica, etc., sem que as secções masculinas sejam beliscadas”. Acrescentam ainda que “os *media* pouco ou nada reservam do seu espaço escrito, falado ou televisionado para dar informação e visibilidade ao desporto feminino” (idem).

Não obstante, todos os continentes têm efectivado acções e programas específicos com o objectivo de promover a igualdade e a participação de mulheres no desporto a todos os níveis, funções e áreas de competência, nomeadamente através de organizações governamentais e não governamentais: 1^a, 2^a, 3^a e 4^a Conferências Mundiais sobre Mulheres e Desporto, das quais emanaram as Declarações de Brighton (1994), Lausanne (1996), Windhoek (1998) e Paris (2000) respectivamente, e todas as Recomendações Inter-Ministeriais da área do desporto dos países do Conselho da Europa, designadamente Oslo (1991), Bratislava (1993), Viena (1997) e Helsínquia (1999). Silva e Carvalho (2001: 77) asseveram que “mesmo estando já muito atrasados em relação à maioria dos países da Europa, é impensável perdermos o comboio na prossecução deste objectivo.

Santos (2001: 108), destaca a Declaração de Brighton (1994), atrás referenciada, organizada pelo *British Sports Council* (Concelho Britânico do Desporto) com o apoio do Comité Olímpico Internacional. No quadro dos Princípios, o texto da Declaração é claro ao afirmar que:

A igualdade de oportunidades na participação do desporto, quer como actividade de lazer ou recreio, por razões de saúde, ou ainda como alta competição, é um direito que assiste a qualquer mulher, sem distinção de raça, cor língua, religião ou crença, orientação sexual, idade, situação familiar, invalidez, opinião ou filiação política e origem nacional ou social.

E, em desenvolvimento e precisão deste princípio,

Os recursos, o poder e a responsabilidade devem ser atribuídos de forma equitativa e sem discriminação sexual, mas essa atribuição deve corrigir os desequilíbrios injustificáveis que possam existir entre as oportunidades oferecidas às mulheres e aos homens.

De acordo com Knoppers (1994: 130), “*opportunity, power, and proportion have been identified as structural determinants of gender-differentiated work behavior of women and men*”.

Segundo o Eurobarómetro Especial da Comissão Europeia para o Desporto e a Actividade Física, referente a 2009, continua a verificar-se uma diferença de género na participação desportiva na EU27, situada, respectivamente, em 57% e 65% para as mulheres e os homens.

Também segundo o mesmo estudo, a participação desportiva decresce com a idade, variando entre 83% entre os 15 e 24 anos, e os 34% nos indivíduos com mais de 70 anos. Comparando a realidade portuguesa com a dos países que integraram o projecto Europeu COMPASS na década de noventa, Marivoet (2005) conclui, que o decréscimo é mais acentuado nos países do Sul da Europa, como é o caso de Portugal, onde se encontra uma variação entre 51% entre os 15 e os 19 anos, e 3% entre os 65 e os 74 anos.

Quanto aos grupos sociais, no caso nacional, os últimos estudos denotaram igualmente um decréscimo da participação desportiva nos grupos com menores recursos (Marivoet, 2001, 2005), sendo que a nível europeu os dados do Eurobarómetro referentes a 2009, continuam a denotar esta tendência na EU27.

Modalidades desportivas

Para além das diferenças entre género, podemos ainda elencar outras divergências, nomeadamente ao nível das modalidades desportivas mais praticadas.

O futebol surge em primeiro lugar, com um valor que o distancia das restantes modalidades, pois representa 30% das modalidades praticadas. Na região centro esta modalidade representa 35%.

A natação, que a nível nacional aparece como a segunda modalidade mais praticada, com 11% de participação, na região Centro não está referenciada nas primeiras quatro modalidades que são, para além do futebol, o atletismo com 13%, as actividades de manutenção e o ciclismo ambas com 9% de participação.

Satisfação face às instalações desportivas

Acerca das instalações desportivas, o mesmo estudo revela que cerca de 43% da população considera que as instalações existentes são insuficientes, e 7% que necessitam de obras devido ao seu mau estado de conservação. Deste modo, apenas 26% das pessoas inquiridas considera que as instalações desportivas são suficientes, e 24% não expressou opinião.

Caso curioso é o facto de a região Centro ser a que apresenta valores mais elevados na opinião de que as instalações são suficientes, embora seja a região que apresenta a menor participação desportiva. Assim, 34% dos inquiridos na região Centro, em relação às instalações desportivas, dizem que são suficientes, 3% acha que estão em mau estado, e apenas 34% acha que são insuficientes.

A este propósito Teotónio Lima refere que “Não é com um pavilhão por Freguesia que se resolve o problema de desenvolvimento do desporto Nacional, tal como não será com um aeroporto por Concelho que os portugueses ficarão a conhecer melhor o seu País” (Ap. Constantino, 1992: 63).

Portugal no contexto europeu

De acordo com os resultados do Eurobarómetro de 2009, os países nórdicos são aqueles em que a prática desportiva regular é mais efectiva, nomeadamente na Suécia (72%), Finlândia (72%) e Dinamarca (64%). Portugal apresenta uma percentagem de 33%

ficando abaixo da média europeia que se situa nos 40%. Ainda neste campo, referencia para os 55% dos portugueses que nunca praticam desporto.

Esta situação agrava-se relativamente às actividades físicas para além do desporto, com Portugal a liderar a lista de maior inactividade com 36%, sendo que a média europeia se situa nos 14%. A Suécia com 2% é o país com menor percentagem de inactividade.

No que se refere às causas da prática, Portugal acompanha a escolha da maioria europeia, que refere em primeiro lugar a melhoria da saúde. Em segundo lugar, a maioria europeia aponta a melhoria das aptidões (41%), enquanto para Portugal esta causa aparece em sexto lugar com uma percentagem de 16%. Nota ainda para o facto de Portugal ser o país que apresenta a menor percentagem (7%) de pessoas que praticam actividades físicas para neutralizar os efeitos do envelhecimento.

Na sua maioria, tanto em Portugal como na Europa, as actividades físicas são praticadas em locais informais, considerando as pessoas ter oportunidade, onde vivem, para serem activos, embora Portugal pertença aos quatro países que consideram menos oportunidades ter para o efeito. Em Portugal, 47% consideram mesmo que as autoridades locais não fazem o suficiente para que os seus cidadãos possam ser fisicamente activos.

Tanto em Portugal (37%) como na Europa (45%), a falta de tempo é a causa mais indicada para a não prática desportiva. Portugal é, no entanto, o país europeu que tem a maior percentagem (13%) de pessoas que apresentam o custo como causa da não prática desportiva.

Salienta-se também que Portugal tem a menor percentagem de pessoas ligadas ao associativismo desportivo.

3.2. Enquadramento Legal do Desporto Municipal

Ao analisarmos o enquadramento legal do desporto, torna-se imperioso referenciar em primeiro lugar a Constituição da República Portuguesa que no número 1 do artigo 79º determina que “Todos têm direito à cultura física e ao desporto”, demonstrando, sem dúvida, uma enorme abrangência, numa perspectiva ampla e humanizada do alcance pretendido para a prática desportiva junto da população. Neste artigo é evidente a universalidade do direito ao desporto e não se faz qualquer referência específica a grupos sociais, culturais ou económicos. Terá, então, que se partir do princípio em

evidência, que todos os cidadãos, independentemente das suas características individuais, sexo, idade, ideologia, local onde vivem ou limitações de outra ordem, estão constitucionalmente incluídos e devidamente enquadrados neste direito de todos.

Podemos ainda entender, nesta sequência o articulado do número 2, do mesmo artigo, do texto magno da República Portuguesa que atribui ao Estado a incumbência de “em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

Também a Carta Europeia do Desporto, atrás referenciada, aprovada em 1992 em Rhodes, pelos ministros responsáveis pelo desporto dos países membros da Comunidade Europeia, sugere a “promoção do desporto como factor importante do desenvolvimento humano” (art. 1º) e considera como essencial “dar a cada indivíduo a possibilidade de praticar desporto” (art. 1º, n.º I).

O mesmo documento define o desporto como “todas as formas de actividade física que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis” (art. 2º, n.º 1, alínea a).

Sintetizando, a Constituição da República determina e a Carta Europeia do Desporto reforça e sugere ao Estado a promoção do desporto, de forma ampla e aberta, numa perspectiva de desenvolvimento multidimensional dos cidadãos. Aliás, também a recente Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, refere no n.º1 do seu artigo 2º - Princípios da universalidade e da igualdade, que “Todos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, lingua, território de origem, religião, convicções politicas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” O mesmo documento refere também o principio da ética desportiva, os principios da coesão e da continuidade territorial e os principios da coordenação, da descentralização e da colaboração.

A importância decisiva que o poder político exerce na definição estratégica de desenvolvimento desportivo é inquestionável. Neste contexto, salientamos o facto do poder local exercido nas autarquias constituir, há muito tempo e prevê-se que no futuro, uma grande influência nos programas e actividades desportivas regionais e nacionais.

Ao nível de operacionalização dos Órgãos do Estado, o número 1 do artigo 237º da Constituição da República determina que “a organização democrática do Estado compreende a existência das Autarquias Locais”, e o Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, enumera no número 1 do artigo 13º as atribuições dos municípios nos vários domínios, designadamente na alínea f) ‘Tempos livres e desporto’. Entende-se que no respeito pelos princípios da autonomia e da aproximação dos órgãos do poder aos cidadãos, compete às autarquias locais estudar e analisar as formas que, de acordo com as características próprias, melhor contribuam para a concretização dos preceitos enunciados de generalização da prática desportiva.

A pertinência do envolvimento autárquico no desenvolvimento desportivo regional e local nunca foi questionada. As responsabilidades autárquicas sempre foram reclamadas pela sociedade e identificadas pelos especialistas nesta área, como facilmente se comprova na literatura existente, da qual destacamos as opiniões de alguns especialistas nesta área, que identificam claramente a desejada vocação e missão das Câmaras Municipais no contributo para o desenvolvimento desportivo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da parcela territorial que têm responsabilidade de administrar e fazer prosperar. Para Pires (1990), as autarquias devem responsabilizar-se por ter uma visão macroscópica do sistema desportivo local, que interage de uma forma dinâmica com os subsistemas que o integram e macrossistemas onde se deve integrar.

Banha (1994), defende que qualquer Câmara Municipal deve ter como objectivo político no âmbito do desporto:

- *Criar mais e melhores condições para a prática desportiva, de acordo com as aspirações, motivações e necessidades dos munícipes, com o objectivo principal de aumentar o número de praticantes desportivos;*
- *Estimular e incentivar a prática do associativismo desportivo, proporcionando ao clubes, às colectividades e a outras entidades que se dedicam à promoção do desporto, condições e meios para a melhoria da qualidade e incremento dos serviços que prestam à comunidade;*
- *Dotar o concelho de equipamentos e espaços com qualidade, adequados para a prática desportiva, cultural e recreativa de todos – crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres e homens.*

(Banha, 1994: 23)

A este propósito, Melo de Carvalho (1994), defende uma política desportiva municipal estruturada nas convicções político-filosóficas de quem tem a responsabilidade de

governar no espaço municipal, mas sem nunca perder de vista a necessidade de respeitar e dirigir as acções para os cidadãos.

Na opinião de Constantino (1990), as autarquias devem procurar criar mais e melhores condições de acesso às actividades desportivas do maior número de cidadãos dos diversos grupos etários da população. É portanto uma intervenção no sentido de democratizar a prática das actividades física e desportivas. Ainda segundo o mesmo autor, as autarquias são a forma de poder mais directamente ligadas ao dia a dia das populações, aquelas que mantêm um grau de maior intimidade face ao sentir e ao viver dos respectivos municípios e, nesta sequência, Carvalho (1994) entende que as câmaras municipais devem elaborar a sua política desportiva municipal de acordo com a determinação das características da procura desportiva.

4. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJECTO DE ESTUDO E HIPÓTESES

Conhecer o desporto e analisar o seu desenvolvimento, contribui para a organização e planeamento da oferta desportiva, no entanto, é necessário perceber-se qual a procura desportiva, a fim de melhorar a eficácia das estratégias que possam contribuir para a generalização da prática, interessando, para tal, saber em que medida a procura desportiva se adequa à oferta de serviços desportivos.

O desporto surgiu, cresceu e desenvolveu-se em torno de um paradigma, em que o modelo explicativo está centrado na competição e no rendimento, suportado pelo treino. O desporto, só aparentemente esteve ligado a uma ética igualitária, já que na sua matriz original transportava a primeira das violências. Uma violência simbólica é certo, mas uma violência: a exclusão dos menos aptos.

Como vimos, a partir dos anos cinquenta, e em Portugal nos anos setenta, introduziram-se alterações significativas em todo este quadro. Alteraram-se os entendimentos, os sentidos e as motivações para a prática do desporto. Transformaram-se os próprios modelos. Pela força conjugada de vários factores, registou-se uma crescente importância das práticas desportivas, transportando uma dinâmica portadora de outras motivações e comportamentos no plano do exercício corporal, do rendimento desportivo, da simples manutenção da condição física. Ao lado do modelo formal surgiram outros modelos em que o desporto se começou a afirmar como um novo

direito urbano ao alcance de todos, independentemente da idade, do sexo ou da capacidade de rendimento desportivo.

Estas alterações foram a razão dos novos entendimentos sobre o desporto já que obrigaram a um reordenamento doutrinário, conceptual e político, a uma reorganização do próprio conceito, a uma reavaliação do seu papel social. A uma nova interpretação enquanto direito do cidadão.

As questões que deste facto derivam são complexas. Sendo o desporto um direito do cidadão, o sistema desportivo deveria ser lugar onde se exerceria esse direito. Também, a ser assim deveria rejeitar todas as formas de discriminação do exercício desse direito.

A passagem das formas clássicas de praticar desporto para as formas novas introduziu um desfasamento, entre a expressão das novas necessidades e as respostas que socialmente os agentes tradicionais do sistema desportivo estavam em condições de oferecer (Constantino, 1992; Marivoet, 2002a; Carvalho, 1994).

Actualmente existe um movimento de reflexão que nos conduz a um corte radical com os entendimentos estáticos que durante anos imperou, e que tinham o agonismo como concepção substantiva do desporto.

Assim, procura-se recuperar a concepção humanista do desporto, considerado como um direito do cidadão, o qual supõe um desporto à medida de cada um, e não necessariamente para ser fruído como espectáculo, com um valor próprio, independentemente da sua expressão exterior enquanto resultado.

Direito que está para além do reconhecimento do seu valor formal, mas que atende sobretudo à qualidade do direito exercido, à qualidade do desporto praticado. Qualidade que se não avalia através dos rendimentos desportivos, mas que se referencia nas condições materiais oferecidas, nos meios técnicos utilizados, nos recursos humanos, nas condições de aprendizagem, nos valores éticos e culturais veiculados.

Toda a organização do modelo tradicional do sistema desportivo (os clubes, as associações e as federações), estava organizada de acordo com princípios e critérios, de que problema da acessibilidade supunha prévias condições, as quais tinham que ver, sobretudo, com avaliações de qualidade na prestação desportiva.

Deste modo, sem deixar de reconhecer o valor social do trabalho do associativismo desportivo, e por força deste facto, a indelével obrigação de disponibilizar meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho, vários autores têm vindo a defender sem qualquer reserva, a multiplicação, ao nível das autarquias, da

oferta desportiva, designadamente dirigida às crianças e aos jovens e a outros grupos específicos das populações que não encontram a adequada oferta desportiva no tecido associativo tradicional (Constantino, 1992; Marivoet, 2002a; Melo de Carvalho, 1994 e Teotónio Lima 1988).

Assim, parece-nos, que haveria de introduzir ao nível das políticas desportivas, equilíbrios entre as diferentes tendências ou expressões desportivas; entre as políticas e os investimentos dirigidos às práticas desportivas de rendimento absoluto e as práticas desportivas de rendimento relativo; entre um desporto para todos e um desporto para alguns, ainda que esses alguns sejam os mais capazes e talentosos.

Segundo a literatura, a participação desportiva tende a variar segundo o perfil sociodemográfico, apresentando uma tendência para nas diferenças de género os homens praticarem mais do que as mulheres, uma relação inversamente proporcional com a idade (os mais jovens praticam mais do que os mais velhos), e directamente proporcional com os recursos dos grupos sociais (Marivoet, 2001, 2005; Silva e Carvalho, 2001; Santos, 2001; Knoppers, 1994). O último Eurobarómetro da Comissão Europeia sobre o desporto e a actividade física na EU27 referente a 2009, continua a confirmar estas diferenças como vimos.

No entanto, estas diferenças variam consoante os países, sendo que no caso nacional as diferenças se apresentam acentuadas tendo como a referência o último estudo referente a 1998 (Marivoet, 2001, 2005). Haverá pois que introduzir estas variáveis estruturantes da prática desportiva no nosso estudo, de modo a avaliar as diferenças de género, de idade e de grupo social.

Um Desporto para Todos, pressupõe a necessidade primordial de perceber as motivações e as necessidades das populações. É neste sentido que nos tempos actuais a generalização do interesse pelo desporto nas suas diferentes e múltiplas variantes e expressões colocam os organismos e entidades ligadas ao desporto em situação de terem de se adaptar a viver num sistema aberto, numa permanente interacção com o meio cultural, social, económico e político.

É à luz deste pressuposto que nos parece, que a própria administração pública local se deve também manter atenta à circunstância de que hoje as políticas para o desporto se configuram num quadro onde não existe um modelo único, mas uma multiplicidade de respostas a um sistema caracterizado pela sua diversidade. Na esperança que é simultaneamente um desafio, de que o desporto de futuro, será cada vez mais o desporto dos cidadãos.

É neste contexto que definimos como objecto de estudo da presente investigação, que a procura desportiva será tanto mais satisfeita pela oferta, se esta for diversificada quanto às modalidades e às infra-estruturas, bem como às acessibilidades criadas, de modo a atender às apetências e à satisfação dos diferentes sectores da população, e ainda, que se verifique uma boa promoção dos serviços oferecidos.

Aceitando, como refere Rubingh (1998: 52), que a segmentação do mercado “é um processo através do qual se divide o mercado em grupos distintos de clientes com características de consumo similares”, pretendemos no contexto geográfico do concelho de Seia determinar a procura, os consumos e a prática desportiva dos cidadãos, no sentido de consubstanciar a definição de estratégias de segmentação da oferta desportiva, adequando-a ao género, idade e grupos sociais. Para tal, interessará verificar se **as modalidades e as infra-estruturas oferecidas pelos serviços desportivos se adequam à procura, sendo de considerar como pressuposto que não, principalmente face à das mulheres, à dos mais velhos, e à dos munícipes inseridos nos grupos sociais com níveis de capital mais elevado (H1).**

Seguindo esta linha de pensamento, na nossa actividade profissional no âmbito da organização do desporto em ambiente autárquico, considerámos pertinente conhecer a realidade concreta, ou seja, conhecer melhor as aspirações e motivações dos cidadãos, para, com maior grau de certeza preparar as respostas e os estímulos desportivos que se adequem às suas necessidades averiguando, para tal, se **a maioria da população se encontrará satisfeita com os serviços oferecidos e o custo da prática desportiva, assim como com a distância das infra-estruturas face aos seus locais de residência, sendo de considerar que não, principalmente os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo (H2).**

De norte a sul do país, e nas regiões autónomas, a marca da nossa contemporaneidade desportiva está patente nos sinais da paisagem urbana e mesmo rural. O pavilhão desportivo, a piscina, o polidesportivo, o campo de futebol, são visíveis não apenas nas cidades ou na periferia das mesmas. São também uma espécie de marca civilizacional, que atinge as pequenas povoações e vilas do interior. Provavelmente, o que existe é ainda insuficiente. Seguramente, que há assimetrias e desequilíbrios na distribuição dos equipamentos, mas o que se fez corresponde inequivocamente a um esforço que coloca na primeira linha, justamente, as autarquias locais. No entanto, parece-nos que **a maioria da população em estudo, não será conhecedora dos serviços e das infra-estruturas desportivas existentes, em especial**

os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo (H3), pelo que interessará investigar.

CAPITULO II
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

II. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Ao longo do enquadramento teórico enfatizámos a importância da prática do desporto no desenvolvimento humano e no progresso da comunidade local.

No caminho para a realização, pessoal e social dos indivíduos assume, no contexto da sociedade actual, especial relevância a organização de toda a estrutura complexa e plural que envolve a disponibilização de meios, estruturas e recursos para a prática do desporto.

Considerámos ainda que a qualidade de vida do ser humano está directamente ligada à qualidade dos contextos e aos hábitos de vida saudáveis que consiga implementar.

Nesta linha de pensamento, evidenciámos a função das autarquias e poder local na construção e gestão de infra-estruturas, na disponibilização de ofertas diversificadas e na mobilização para a prática dos desportos colectivos e individuais.

Esta é certamente a dimensão que mais valorizamos, considerando que a promoção do desporto se interrelaciona com a adequação da oferta à procura desportiva.

Não obstante, sabemos que, muitas vezes, se torna extremamente difícil operacionalizar os fenómenos que queremos medir. Mas, o célebre aforismo enunciado por Thorndike: «Se uma coisa existe, pode medir-se» (*Ap. Bisquerra, 1988*), constituiu-se sem dúvida, como uma força que nos impeliu para a procura de realidades específicas, mensuráveis, a partir das quais se possam verificar os factores que influenciam a procura e a prática desportiva no concelho de Seia.

Neste contexto, a nossa investigação organizou-se no sentido de procurar dar resposta à nossa pergunta de partida, que pretendia saber se a oferta desportiva se adequa à procura desportiva no concelho de Seia. Optámos, por seguir uma perspectiva *humanista-interpretativa*, conciliando a investigação e a prática profissional. Assim, decorrente da necessidade de atingir questões de ordem prática, enveredámos por um processo de observação, análise, discussão, compreensão, visando, como diz Simões (1990: 43), «um triplo objectivo: produzir conhecimento, modificar a realidade e transformar os actores».

Como constitui pretensão deste estudo contribuir para o conhecimento e análise estratégica do Sistema Desportivo Local – Concelho de Seia, através da caracterização da participação e procura desportiva por parte da população, importa agora definir o método de pesquisa adequado a essa finalidade.

1. PROCEDIMENTOS

Segundo Quivy (1998: 25) «o procedimento é uma forma de progredir em direcção a um objectivo». Consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação.

Deste modo, caminhámos na construção do nosso projecto seguindo um processo desenvolvido segundo uma «hierarquia de actos epistemológicos» que Quivy e Campenhoudt (1998: 26) define como «ruptura, construção e verificação». Para encetar este processo, foi necessário inteirarmo-nos da realidade em estudo, sendo que num primeiro momento, identificámos através de uma observação semi-estruturada, a oferta desportiva no Concelho de Seia. Num segundo momento, enriquecemos e demos consistência à observação feita, através de consultas várias, nomeadamente ao IDP e à Câmara Municipal de Seia.

Depois deste estudo exploratório inicial, e da análise bibliográfica que nos permitiu definir a nossa problemática de análise, objecto e hipóteses de investigação, passamos à definição da sua operacionalização tendo em vista a fase da verificação iremos explicitar no ponto seguinte. Interessará referir, que a natureza do objecto de estudo que pretendemos desenvolver e respectivas hipóteses remeteu-nos, à partida, para o paradigma da *investigação acção* (Freire e Almeida, 2003: 26), na medida em que foi organizado com o objectivo de reflectir sobre a resolução de problemas concretos que se relacionam com a prática desportiva no concelho de Seia.

Para a fase da verificação, definimos a amostra e respectiva estratificação de forma proporcional, segundo o território, o sexo, e a idade, tendo por base os últimos censos do INE, de modo a torná-la representativa da população em estudo. Como veremos, o concelho foi dividido em cinco áreas geográficas (*cf.* Anexo III). Assim, verificámos o número de habitantes em cada uma das cinco áreas definidas, aplicando a percentagem correspondente ao valor total dos inquéritos para verificar o número de inquéritos a levantar em cada uma das áreas, tendo presente as rotas definidas (*cf.* Anexo IV). Destes, aplicámos a percentagem de indivíduos do sexo masculino e feminino e dos grupos etários encontrada para o total do concelho (quotas).

Por fim, depois de recolhidos os inquéritos sociográficos (*cf.* Anexo I), os dados foram codificados, introduzidos e trabalhados no programa *SPSS* versão 14.0 para *Windows*. Analisando a frequência de respostas obtida em cada questão, e cruzando posteriormente as respostas obtidas com as variáveis sexo, grupo etário e grupo social

(*cf.* Anexo II), de acordo com as nossas hipóteses de investigação, procedemos à análise estatística dos dados a fim de indagarmos em que medida a procura desportiva se adequa à oferta quanto às modalidades, infra-estruturas e acessibilidades em função das dimensões e variáveis definidas, embocando, desta forma, no acto da verificação.

A desagregação das variáveis de cada uma das dimensões em indicadores, permitiu-nos precisar as questões que deveriam ser introduzidas no inquérito sociográfico que construímos (*cf.* Anexo I), isto é, a informação que haveria de ser recolhida para a análise e discussão das hipóteses de investigação traçadas.

2.1. Construção dos Indicadores Desportivos

Os indicadores da procura desportiva adoptados, foram os utilizados por Marivoet (2001:153-6), no estudo “Hábitos Desportivos da População Portuguesa”. Os índices desportivos são calculados através dos resultados apurados no inquérito sociográfico, de acordo as respectivas fórmulas.

Índices Base:

Índice de Participação ($\text{Praticantes} / \text{População Geral} \times 100$);

Índice de Abrangência ($\text{Ex-Praticantes} + \text{Praticantes} / \text{População Geral} \times 100$);

Índice de Diferenciação ($\text{Total de Modalidades Praticadas} / \text{Praticantes}$).

Índice de Fidelidade ($\text{Praticantes} / \text{Ex-Praticantes} + \text{Praticantes} \times 100$);

Índices ligados ao Tempo:

Índice de Participação Regular ($\text{Praticantes Regulares} / \text{População Geral} \times 100$);

Índice de Participação Ocasional ($\text{Praticantes Ocasionais} / \text{População Geral} \times 100$);

Índice de Intensidade ($\text{Total de Horas Praticadas por Semana} / \text{Praticantes}$);

Índice de Actividade ($\text{Total de Horas Praticadas por Semana} / \text{População Geral}$).

Índices de Procura:

Índice de Procura (IP) ($\text{Índice de Participação (Ip)} + \text{Índice de Procura Não satisfeita (IPñ/s)}$);

Índice de Procura Não Satisfeita (Ipñ/S) ($\text{Potenciais Novos Praticantes} / \text{População Geral} \times 100$);

Procura Potencial ($\text{Praticantes Potenciais de Novas Modalidades} / \text{População Geral} \times 100$);

Factor de Expansão (Índice de Procura (IP) / Índice de Participação (Ip)).

Índices de Organização:

Índice de Participação Organizada (Participação em Organizações / População Geral x 100);

Índice de Participação Não Organizada (Participação Sem Organizações / População Geral x 100);

Podendo ainda ser calculada a taxa de organização (Participação em Organizações / Índice de Participação x 100)

Índices de Âmbito de Prática:

Índice de Participação de Competição Federada (Praticantes de Competição Federados / População Geral x 100);

Índice de Participação de Desportos de Lazer (Praticantes Não Federados / População Geral x 100).

Índice de Abandono:

(Ex-Praticantes / Ex-Praticantes+Praticantes x 100)

2.2. Classificação dos Grupos Sociais

Uma das variáveis independentes das hipóteses em estudo é o grupo social. A sua construção é feita a partir do modelo utilizado por Marivoet (2001:157-9), utilizando para tal os seguintes indicadores: *condição perante o trabalho, situação profissional, profissão e habilitações literárias*.

No sentido de organizar uma base de codificação de dados ancorada no estudo da supracitada procedeu-se a alterações e ajustes ao número de questões, de acordo com a ordem do nosso questionário. Assim, estabelecemos a codificação da questão 21 (P21) do inquérito sociográfico (*cf.* Anexo I), respeitante à profissão, utilizando-se para o efeito os códigos da Tabela das Actividades Profissionais (*cf.* Anexo II), utilizado pela autora no referido estudo. Partindo da Tipologia dos Grupos Sociais utilizada por Marivoet (2001), e através da codificação das questões 21,22,23,24,25,26,27 e 28 (P21, P22, P23, P24, P25, P26, P27 e P28), adquirimos uma tipologia idêntica ao modelo utilizado pela autora, como se pode verificar pela observação do Quadro II, anulando os

possíveis constrangimentos provocados pelas diferenças entre o instrumento de recolha de dados utilizado por Marivoet e o que foi utilizado no presente estudo.

Quadro II – Tipologia dos Grupos Sociais

Empresários e Quadros Superiores EQS = (GE + QDS)	
Grandes Empresários (GE)	$(P26=1 \wedge P27=2 \wedge P28=2)$
Quadros Dirigentes e Superiores (QDS)	$\{(P22-5=02 \vee P22-5=03) \wedge [(P26=2) \vee (P26=1 \wedge P27=1) \vee (P26=1 \wedge P27=2 \wedge P28=1)]\}$
Serviços de Enquadramento e Execução SEE = (PP+QS+TE)	
Pequenos Proprietários (PP)	$\{(P22-5=01 \vee P22-5=04 \vee P22-5=05 \vee P22-5=06 \vee P22-5=07 \vee P22-5=08 \vee P22-5=09) \wedge [(P27=1) \vee (P27=2 \wedge P28=1)]\}$
Qualificados dos Serviços (QS)	$\{(P22-5=04 \vee P22-5=05) \wedge (P26=2)\}$
Trabalhadores de Execução (TE)	$(P22-5=06 \wedge P26=2)$
Profissionais da Indústria, Agrícolas e Pescas PIAP = (O+TAG+P)	
Operariado (O)	$(P22-5=07 \wedge P26=2)$
Trabalhadores Agrícolas (TAG)	$(P22-5=08 \wedge P26=2)$
Pescadores (P)	$(P22-5=09 \wedge P26=2)$

2.3. Métodos Quantitativos

Optámos pela utilização de métodos quantitativos para a realização do presente estudo, pois ao envolver medições estruturadas, permitem um maior número de inquiridos, e possibilitam a projecção de resultados para a população alvo, adequando-se aos objectivos a alcançar segundo Ghiglione e Matalon (1993).

Estes métodos podem ser distinguidos pelo tamanho e tipo de amostra, por exemplo, pesquisas locais ou nacionais, e recolher centenas ou milhares de pessoas. Podem igualmente ser distinguidos relativamente à sua base temporal, ou seja, recolher informações de um certo número de pessoas num determinado momento, ou em diferentes momentos identificando as mudanças ocorridas nesse intervalo de tempo.

A maior vantagem destes métodos consiste no facto de ser possível recolher muita informação acerca de um inquirido no momento, incluindo dados ao nível de conhecimentos, atitudes, interesses e opiniões, comportamentos presentes e passados e variáveis de classificação como demográficas, socio-económicas e outras. Outra vantagem é a versatilidade, pois estes métodos podem ser aplicados em quase todos os cenários e são adaptáveis aos objectivos da pesquisa.

A escolha do método da recolha de informação é um ponto crítico no processo de pesquisa. Existem diversos factores a ter em conta na avaliação dos vários métodos, nomeadamente: a complexidade e versatilidade; a quantidade de informação; o controlo da amostra; as taxas de resposta; a qualidade da informação; o tempo dispendido; o custo e os usos.

De entre os métodos existentes e analisados, entrevistas realizadas pelo correio, entrevistas realizadas por telefone e entrevistas pessoais, optámos por este último devido à segurança e consistência personalizada que a inquirição directa permite assegurar.

Inquirição directa

Este método de recolha de informação é o mais flexível e versátil, daí que constitui a opção seleccionada para a realização deste estudo. Elizabeth Reis & Raul Moreira (1993) referem que sendo o meio mais comum de recolher informação é também o mais caro e o que o distingue dos outros métodos é a presença física do inquiridor. Estes autores referem ainda que se encararmos a entrevista pessoal como um sistema de comunicação entre o investigador e o inquirido, podemos identificar o entrevistador e o inquirido como os instrumentos de medida do sistema.

O facto do inquiridor estar presente ajuda a assegurar a total compreensão, por parte do inquirido, de todas as questões, e torna possível a utilização de elementos visuais. A quantidade de informação recolhida, dependendo do inquirido a aplicar, pode ser maior do que qualquer outro método. Quanto à informação obtida, esta pode ser mais profunda e completa devido justamente à presença de um inquiridor. Ainda assim, para a averiguar da coerência da sequência das questões e a sua clareza realizámos um pré-teste de 20 questionários.

3. AMOSTRAGEM

3.1. Fundamentos da Amostra

A pesquisa de mercado, sem determinação de uma amostra, não existiria, pelo menos da forma como a conhecemos. Todo o estudo de pesquisa de mercado requer a selecção e determinação de algum tipo de amostra.

De uma forma simples, podemos dizer que a determinação de uma amostra envolve a identificação de um grupo de indivíduos com o qual se estabelece um contacto e que possui informações relevantes para a resolução do problema em questão.

As preocupações primárias da elaboração e definição de uma amostra são:

- Determinação do tamanho da amostra;
- Selecção dos itens relativos à população alvo para os cálculos da estratificação proporcional da amostra, de modo a assegurar a sua representatividade;
- Tratamento informático da amostra da população alvo segundo as variáveis de interesse, isto é, as variáveis seleccionadas na operacionalização das hipóteses de investigação.

Processos de amostragem

As etapas a percorrer num processo de selecção e determinação de uma amostra são, de acordo com Kinnear & Taylor (1996) as seguintes:

1. Definir a população, o que inclui elementos, unidades de amostra, a extensão e o tempo;
2. Identificar unidades amostrais, da qual a amostra será seleccionada;
3. Decidir o tamanho da amostra, ou seja, quantos elementos serão incluídos;
4. Seleccionar um procedimento específico pelo qual a amostra será determinada;
5. Seleccionar realmente a amostra baseada no procedimento anteriormente descrito.

Procedimentos da amostragem

O procedimento de amostragem escolhido para a realização deste estudo foi o não probabilístico ou aleatório, por quotas de representatividade.

Esta opção é consequente do objectivo do estudo, isto é, pretende-se conhecer e compreender alguns comportamentos e atitudes da população residente no Concelho de Seia. Sendo um Concelho constituído por 29 freguesias, o processo de amostragem por quotas permite, neste caso, uma maior abrangência e representatividade.

Amostragem por quotas

A utilização deste processo de amostragem, pelo facto de ser não probabilístico, recorre à estratificação e à definição de uma quota para cada estrato, com a finalidade de controlar o possível enviesamento da amostra face à distribuição do universo quanto às características dos indivíduos que o constituem, de modo a garantir a representatividade da amostra.

A aplicação deste processo implica a divisão da população em subgrupos ou estratos, de acordo com as necessidades do inquérito, e por norma, segundo o sexo, a idade e, neste caso específico, a freguesia de residência anexada a cada um dos cinco Agrupamentos de Escolas. Naturalmente, que tratando-se de um estudo sobre a prática desportiva, e, sabendo-se que a variável sexo e idade são estruturantes da prática desportiva como vimos no capítulo anterior, haveria que assegurar uma estratificação da amostra proporcionalmente idêntica ao universo em estudo.

3.2. Definição da Amostra

Partindo dos conceitos apresentados por Elizabeth Reis & Raul Moreira (1993), que definem universo ou população como qualquer grupo de indivíduos (pessoas, objectos, empresas, etc.) com uma ou mais características comuns, e na sequência, amostra como um subconjunto dos indivíduos pertencentes a uma população, definimos como universo todos os indivíduos de ambos os sexos com mais de 14 anos e menos de 75 anos residentes no Concelho de Seia, e como amostra destes, 300 indivíduos.

Universo da população

O Concelho de Seia tem um Universo de 21383 pessoas com idades compreendidas entre 15 e 74 anos, distribuídos pelas suas 29 freguesias, de acordo com o Quadro III.

Quadro III - Distribuição da População (dos 15 aos 74 anos), por Freguesia

FREGUESIAS	Indivíduos >14 e <75	% Indivíduos
Alvoco da Serra	490	2%
Cabeça	174	1%
Carrogozela	306	1%
Folhadosa	326	2%
Girabolhos	366	2%
Lages	235	1%
Lapa dos Dinheiros	316	1%
Loriga	965	5%
Paranhos da Beira	1302	6%
Pinhanços	534	2%
Sabugueiro	433	2%
Sameice	302	1%
Sandomil	842	4%
Santa Comba	563	3%
Santa Eulália	245	1%
Santa Marinha	893	4%
Santiago	851	4%
São Martinho	620	3%
São Romão	2339	11%
Sazes da Beira	259	1%
Seia	5264	25%
Teixeira	176	1%
Torrozelo	401	2%
Tourais	1185	6%
Travancinha	415	2%
Valezim	290	1%
Várzea de Meruge	214	1%
Vide	641	3%
Vila Cova	436	2%
Total	21383	

Fonte: Censos do INE, 2001

Tal como podemos constatar no Quadro III, existe uma discrepância na densidade populacional entre as freguesias. Em alguns casos verifica-se uma percentagem que se situa em 1% o que torna impossível a sua representatividade, daí optarmos por agrupar as freguesias de acordo com a estrutura dos Agrupamentos Escolares, por forma a estabelecer a sua divisão por grupos, garantindo a representatividade de todos.

Freguesia por agrupamentos:

Quadro IV - Calculo da Percentagem de Indivíduos por Grupo de Freguesia

Agrupamento de Freguesias	Indivíduos >14 e <75	% Indivíduos
Arrifana: Pinhanços Sabugueiro Sameice Santa. Comba Santa Eulália Santa Marinha Santiago São Martinho Travancinha	4856	23%
Loriga: Alvoco Cabeça Loriga Sazes Teixeira Vide	2705	13%
São Romão: Carragosela Folhadosa Lapa Sandomil São Romão Torrocelo Valezim Várzea Vila Cova	5470	25%
Seia: Seia	5264	25%
Tourais/Paranhos: Girabolhos Lages Paranhos Tourais	3088	14%
Total	21383	

Fonte: Censos do INE, 2001

Relativamente à idade, dividimos o universo da amostra agrupando-os em quatro escalões etários, nomeadamente dos 15 aos 24 anos, dos 25 aos 39 anos, dos 40 aos 54 anos e dos 55 aos 74 anos, de acordo com o quadro V.

Quadro V - Calculo da Percentagem de Indivíduos por Escalão Etário

IDADE	Indivíduos >14 e <75	% Indivíduos
Dos 15 aos 24	3967	19%
Dos 25 aos 39	5194	24%
Dos 40 aos 54	5743	27%
Dos 55 aos 74	6479	30%
Total	21383	

Fonte: Censos do INE, 2001

O universo da amostra foi dividido, de acordo com o quadro VI, em Masculino e Feminino.

Quadro VI - Calculo da Percentagem de Indivíduos por Sexo

SEXO	Indivíduos >14 e <75	% Indivíduos
Masculino	10257	48%
Feminino	11126	52%
Total	21383	

Fonte: Censos do INE, 2001

Calculo de amostragem

O erro da amostra para intervalos de confiança de 95% é de 2,86, num intervalo de [0,9; 4,8], segundo a fórmula Boscher & Claeys (*Ap. Marivoet, 2001: 177*):

$$\sqrt{\frac{(N-n)*P * Q}{N * n}} \pm (1.96)$$

Sendo:

N = Universo da população em estudo

n = Tamanho da amostra

P = Probabilidade de ser escolhido: 50

Q = Probabilidade de não ser escolhido

1.96 = Área da normal para inferir em intervalos de confiança de 95%, ou seja com uma margem de erro até 5%

Plano Amostral (Quotas)

Após o cálculo da amostra, verificámos a distribuição de inquiridos representada no quadro VII, tendo em consideração o local, sexo e idade em cada uma das freguesias que compõem os respectivos agrupamentos (*cf.* Anexo IV).

Quadro VII - Distribuição de Questionários por Grupo de Freguesia, Sexo e Idade

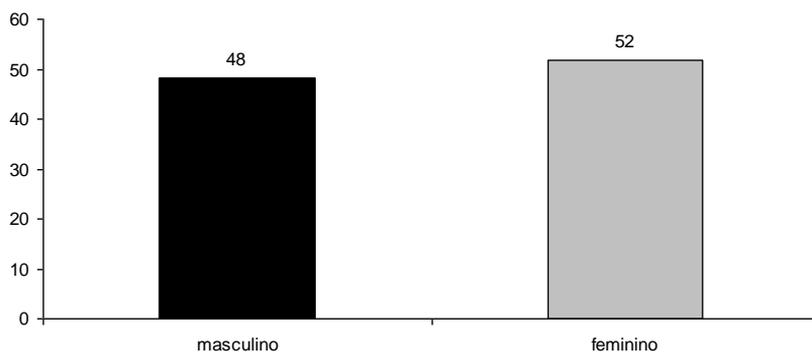
Agrupamentos	HOMENS				MULHERES				TOTAIS
	15/24	25/39	40/54	55/74	15/24	25/39	40/54	55/74	
Arrifana	6	8	9	11	7	8	9	11	69
Loriga	4	4	5	6	4	5	5	6	39
São Romão	7	9	10	11	7	9	10	12	75
Seia	7	8	10	11	7	9	11	12	75
Tourais/Paranhos	4	5	5	6	4	5	6	7	42
Totais	28	34	39	45	29	36	41	48	300

Caracterização da amostra

A partir da análise do gráfico 1 podemos observar que dos 300 inquiridos que integraram a amostra 48% são do sexo masculino e 52% são do sexo feminino.

Gráfico 1

Amostra segundo o Sexo (%)

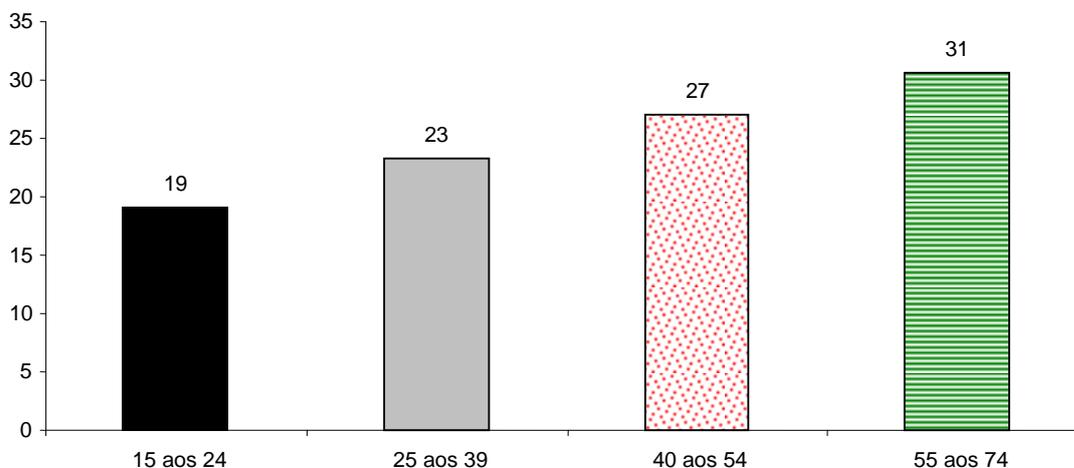


Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Como se observa no gráfico 2, o maior número de inquiridos situou-se na faixa etária compreendida entre os 55 e os 74 anos, com 31%, sendo a faixa etária dos 15 aos 24 anos, aquela que menor número de inquiridos apresentou. As faixas etárias dos 25 aos 39 anos e dos 40 aos 54 apresentam, respectivamente, 23% e 27%.

Gráfico 2

Amostra segundo a Idade (%)

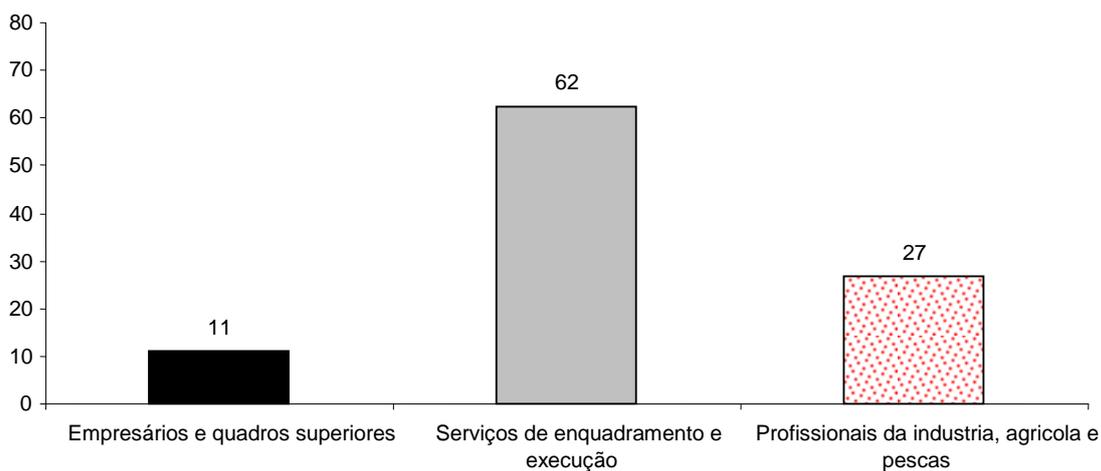


Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Os dados representados no gráfico 3, permitem constatar que os Empresários e Quadros Superiores (EQS) representam o menor número de inquiridos, com 11%, seguindo-se os Profissionais da Indústria, Agrícola e Pescas (PIAP), com 27% e finalmente os Serviços de Enquadramento e Execução (SEE), com 62%.

Gráfico 3

Amostra segundo o Grupo Social (%)



Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

3.3. Recolha de Dados

O Inquérito Sociográfico

A natureza do objecto de estudo que pretendemos desenvolver remete-nos fundamentalmente, para uma metodologia quantitativa como temos vindo a referir, que assentará na aplicação da técnica do inquérito sociográfico.

O elemento crítico de um estudo de mercado é a construção ou elaboração de um inquérito, pois ele constitui o instrumento de recolha de informação, fortemente direccionada para a obtenção da informação desejada. A construção do inquérito constitui uma etapa de continuidade no processo de pesquisa, cujo início resultou da selecção do método de recolha de informação apropriado e identificação da população alvo, da identificação do problema, passando à especificação da necessidade de informação para a resolução desse problema, nomeadamente através da medição dos indicadores seleccionados em cada variável, de acordo com o MAD - Modelo de Análise Desagregado (*cf.* Quadro I).

De acordo com Kinnear & Taylor (1996), percorremos os sete passos no processo de elaboração do nosso inquérito:

- Rever as considerações preliminares
- Decidir o conteúdo das questões
- Decidir o formato das questões
- Decidir o vocabulário a ser utilizado
- Decidir a sequência das questões
- Decidir qual a apresentação
- Testar, rever e realizar ajustes finais

Trabalho de campo: inquiridores

O grupo de inquiridores foi composto por 5 elementos, 3 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, possuidores da seguinte habilitação:

- três licenciados em Educação Física
- uma licenciada em Turismo
- uma mestre em Activação do Desenvolvimento Psicológico

Este grupo, orientado e coordenado pelo autor deste projecto de estudo, percorreu, no período compreendido entre o dia 01 de Maio de 2007 e 30 de Julho de 2007, as 29 freguesias do concelho com a finalidade de aplicar aleatoriamente os 300 inquéritos pré-determinados.

O método utilizado, tal como já foi referido, foi o da inquirição pessoal e directa, com a administração de um inquérito estruturado, cuja duração oscilava entre os 10 e os 15 minutos.

3.4. Processamento da Informação

A validade de um estudo encontra-se condicionada pela qualidade da informação recolhida, uma vez que se a mesma não se relaciona ou identifica com os objectivos definidos, a realização pode estar comprometida.

Dada a necessidade de preparar a informação a recepcionar para uma análise posterior, processaram-se as seguintes tarefas:

- **Recepção:** os inquéritos recolhidos foram inspeccionados a fim de se determinar a sua aceitabilidade para a utilização no estudo. Verificou-se o facto dos inquéritos estarem devidamente preenchidos, completos ou não e procedeu-se à sua contagem para conferir a amostra estipulada.
- **Edição:** Os inquéritos foram revistos com a máxima precisão, de acordo com instruções que avaliam a sua consistência e veracidade. Todos aqueles que não se encontravam de acordo com os pressupostos estabelecidos, foram sendo excluídos.
- **Codificação:** no inquérito utilizado para recolha de informação, a esmagadora maioria das perguntas são fechadas, daí que a pré-codificação constitui um processo relativamente simples. A codificação das perguntas fechadas foi estabelecida antes de iniciar o trabalho de campo, decidindo-se a codificação das questões abertas após a recepção dos inquéritos, de acordo com a diversidade das respostas.
- **Transferência de informação:** os dados foram transferidos directamente para o computador para efeito de análise de resultados. O tratamento dos dados concretizou-se com a aplicação informática “*Statistical Package for Social Sciences*” – SPSS versão 14.0 para Windows, da qual resultou a análise

estruturada em tabelas de frequência relativas e gráficos de barras, dos aspectos mais significativos do resultado da pesquisa.

CAPITULO III
CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SEIA

III. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SEIA

Neste capítulo iremos abordar a localização do Concelho de Seia, tendo em atenção as suas confrontações geográficas. Abordaremos também o historial da cidade, tal como os aspectos demográficos, económicos e culturais do concelho.

1. LOCALIZAÇÃO

Seia fica situada na vertente ocidental da Serra da Estrela, concelho este que é formado por 29 freguesias, que ocupa uma área de 436 Km² e pertence administrativamente ao distrito da Guarda.

Seia é uma das entradas para a Serra da Estrela, erguendo-se na encosta de um contraforte, a Noroeste da Serra da Estrela, à altitude de 532 m, dominando um extenso vale, distando cerca de 25 Km das maiores altitudes da Estrela.

O nome “Sena” aparece gravado desde os mais primitivos tempos, aparecendo em vários documentos do século XII, no livro Santo do Arquivo de Santa Cruz de Coimbra.

Em todos os documentos latinos do século XI e XII aparecia a grafia Sena, cuja evolução fonética foi: Sena – Sêa – Seia. A partir do século XVII, a grafia Seia passou a confundir-se com Cea, chegando mesmo a coexistirem, tendo sido apenas a partir de 1939 que a grafia Seia se impôs definitivamente.

Situada na encosta poente da Serra da Estrela, Seia está a cerca de 95 km da fronteira (vilar Formoso), 35 km da A25, 95 km de Coimbra e 45 km de Viseu.

2. HISTORIAL DA CIDADE DE SEIA

Cidade de origem antiga, desde sempre serrana e panorâmica, a quem os romanos deram o nome de “Civitate Sennam”.

Oppidum Sena, antiga cidade de Sena, hoje Seia, foi fundada há cerca de 2 400 anos, pelos Túrdulos.

O rei Godo Wamba, que iniciou o seu reinado em 672, fixou os limites da diocese de Egitânia até aos domínios da então cidade de Sena.

A cidade de Sena, que durante muito tempo foi dominada pelos árabes, foi definitivamente conquistada por D. Fernando, “O Magno”, em 1055, que mandou edificar o seu castelo.

A crónica do monge Silas relata a violência do ataque e o modo como os Godos puseram em fuga desordenada os ocupantes da Oppidum Sena (cidade de Sena) em direcção à Oppidum Visense (cidade de Viseu).

Salientando a importância de Seia, já D. Teresa, no foral de Talavares, se referia à então cidade, nos seguintes termos: “D. Tarasia regnante in Potucale, Colimbria, Viseu e Sena”.

Em 1132, D. Afonso Henriques fez doação de Seia ao seu valido João Viegas, por reconhecimento de serviços prestados.

E em 1136 Seia tem o seu primeiro foral dado pelo nosso primeiro rei, que a designa por Civitatem Senam (cidade de Seia). Outros forais se seguiram, como o de D. Afonso II, em Dezembro de 1217, o de D. Duarte, em Dezembro de 1433, o de D. Afonso V, em Agosto de 1479 e, finalmente, o de D. Manuel, em 1 de Junho de 1510.

Em 1571, no reinado de D. Sebastião, foi fundada a Misericórdia de Seia.

Nos momentos decisivos da História de Portugal, Seia esteve sempre presente. Basta lembrar que, na revolução de 1640, Seia tomou parte activa, tendo os seus habitantes mandado forjar a espada que D. Mariana de Lencastre, viúva de D. Luís da Silva, 2º alcaide-mor de Seia, entregou aos seus filhos na vigília de Sexta-feira para Sábado, 1º de Dezembro.

Foi também em Seia que se realizou o último comício Republicano antes da implantação da República, em 1910. Este comício teve lugar no dia 25 de Setembro e foi presidido por Afonso Costa, que possui uma estátua em sua homenagem, no centro da cidade.

Seia, durante a sua já longa existência, tem dado ao País filhos ilustres nos domínios da arte, da ciência e da política, nomeadamente os antigos Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, Ministro das Finanças, Pina Moura, para além de muitos outros.

A propósito de Seia, convém ainda mencionar uma outra data não menos importante, a respeitante à sua elevação a cidade em 3 de Julho de 1986.

3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÓMICOS E CULTURAIS DO CONCELHO

Em termos demográficos, o Concelho de Seia regista hoje uma população que ronda os trinta mil habitantes. Naturalmente que esta situação se deve ao facto de aqui terem sido implantadas novas infra-estruturas, que permitem uma melhoria das condições de vida das pessoas em geral, bem como a criação de novos postos de trabalho. Atravessa-se, hoje, uma fase de visível desenvolvimento, que se espera vá contribuir para, cada vez mais, as pessoas preferirem a sua região, já que Seia possui agora estruturas capazes de motivar os jovens a regressar, após a obtenção dos seus cursos noutras cidades.

A nível económico, a população activa encontra-se distribuída de forma desigual pelos diferentes sectores de actividade, tal como acontece um pouco por todo o país, havendo uma grande concentração de indivíduos nos sectores secundário e terciário, em detrimento do primário. Neste caso, a agricultura, destina-se ao auto consumo e pratica-se em associação com a pecuária ou pastoreio, salientando a importância que a criação de ovinos e caprinos assume no Concelho e na região, na produção do “Queijo da Serra”, sendo produzido, em regra, por pequenos proprietários.

O queijo Serra da Estrela, imagem por excelência de um concelho pastoril, na sua forma arredondada, é o espelho da vida genuína de quem transforma o dia-a-dia da vida de montanha em momentos de prazer. Este tem a sua região demarcada e feiras famosas, denominadas “Feiras do Queijo“, que se assumem como verdadeiros cartazes turísticos da região, organizadas pelas autarquias locais.

No entanto, o turismo é hoje em dia fonte de grandes riquezas e factor fundamental para o desenvolvimento económico do concelho, bem como da região. As infra-estruturas de apoio ao sector do turismo conhecem actualmente um grande progresso, procurando coordenar a qualidade dos serviços prestados com o aproveitamento e preservação dos elementos típicos que caracterizam esta região.

Assim, o concelho de Seia passou no plano nacional a ser considerado num grande centro turístico, salpicado de estalagens, residências e restaurantes, que o turista procura. Deste modo o turismo é, sem dúvida, uma das fontes de riqueza dos nossos dias para esta região que abraça a Serra da Estrela pelo lado onde o sol se põe.

A nível cultural possui este concelho um vasto espólio de colectividades e associações culturais e recreativas, que permitem o convívio e a transmissão de cultura entre as populações, de geração para geração.

Seia possui um elegante e confortável cine-teatro, inaugurado em 1984, que constitui um novo e moderno espaço cultural, onde se oferecem conforto, bem-estar e um conjunto de comodidades. Aqui decorrem as mais importantes manifestações culturais do concelho de Seia.

4. INSTALAÇÕES E ACTIVIDADES DESPORTIVAS MUNICIPAIS

No que concerne às instalações desportivas, o Município de Seia tem ao dispor dos seus municípios três Gimnodesportivos, duas Piscinas (coberta e ar livre), dois Campos de Ténis em relva sintética e um Estádio com relva natural e Pista de atletismo com oito corredores. Para além destas instalações, estão também registadas no Instituto de Desporto de Portugal outras pertencentes ao associativismo desportivo do concelho, nomeadamente vinte Campos de futebol de 11, vinte e um Polidesportivos de rua, cinco Pavilhões, três Ginásios e três piscinas de ar livre.

O Concelho de Seia tem registado 77 associações de índole desportiva que desenvolvem uma panóplia de actividades no sector durante todo o ano. O Município, para além do apoio às iniciativas de carácter desportivo realizadas pelo associativismo do concelho, concretizado através de um quadro de apoios ao associativismo desportivo, realiza alguns projectos, nomeadamente a Escola Municipal de Desporto, o Footpáscoa, o Caminhar Saudável, a Actividade Sénior, as Tardes de Natal Desportivas e os Jogos de Verão.

CAPITULO IV
PROCURA DESPORTIVA EM SEIA

IV. PROCURA DESPORTIVA EM SEIA

Neste capítulo iremos analisar e discutir a primeira hipótese formulada, que pretendia saber se as modalidades e as infra-estruturas oferecidas pelos serviços se adequam ou não à procura, sendo que considerámos como pressuposto que não, em particular nas mulheres, nos mais velhos e nos munícipes inseridos nos grupos sociais com níveis de capital mais elevado.

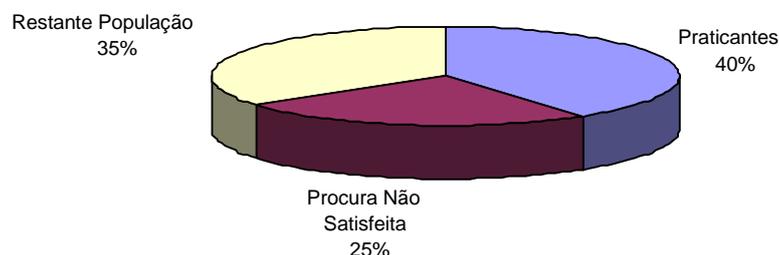
Ao nível da procura desportiva, considerámos ainda pertinente aprofundar o comportamento da população em estudo face ao desporto, relacionando-o com a situação nacional. De igual modo, procedemos à comparação dos indicadores da procura desportiva em Seia com os indicadores da procura desportiva em Portugal, diferenciando em todas as conjunturas o género, a idade e o grupo social.

1. HÁBITOS DESPORTIVOS DA POPULAÇÃO DE SEIA

Com base nos resultados do inquérito aos hábitos desportivos, aplicado a uma amostra representativa da população do Concelho de Seia, com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, verificamos que a prática desportiva abrange 40% da população em estudo (Participação Desportiva), conforme Gráfico 4.

Gráfico 4

Comportamento da População face ao Desporto



Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Verifica-se, através dos dados representados no gráfico 4, que 40 em cada 100 Senenses dos 15 aos 74 anos afirmaram praticar desporto ou uma actividade física. Destes, 24%

mostraram o desejo de iniciar a prática de outras modalidades desportivas além das já praticadas (Procura Potencial).

No que se refere à população não praticante, 25% manifestou o desejo de iniciar a prática desportiva (Procura Não Satisfeita). Os restantes 35% da população em estudo não apresentam nenhuma disposição face à procura desportiva (v. Gráfico 4).

Ao compararmos os valores da participação no Concelho de Seia com os valores nacionais referenciados por Marivoet (1998) e pelo Eurobarometer (2004) verificamos uma alteração significativa no número de praticantes, de 23% e 22%, respectivamente, para 40%. Tal diferença pode ser justificada pela actividade de Caminhar, que nos estudos anteriores não estava contemplada e que representa 19% dos praticantes. Contudo, segundo os dados do Eurobarómetro de 2009, a participação desportiva de Portugal situou-se nos 40%, sendo que face a este valor os nossos dados se encontram mais próximos, embora aquém deste valor.

A contemplação desta actividade surge na sequência do pré-teste realizado, que nos indicou um número significativo de pessoas a praticar esta actividade. Assim, considerámos esta actividade no inquérito utilizado, tendo como critério de aceitação o facto da mesma ser feita de forma propositada como prática de actividade física, isto é, a intencionalidade do caminhar como prática desportiva.

Apesar do aumento significativo da Participação Regular (29%), comparativamente com os resultados nacionais (19%), não se verifica uma intensificação da prática desportiva no seio dos praticantes regulares (v. Quadro XII).

Indicadores da Procura Desportiva

Quadro VIII - Indicadores de Procura Desportiva Nacionais e do Concelho de Seia

	Portugal (1998)	Seia (2007)
Índices de base		
Participação	23	40
Abrangência	57	73
Fidelidade	41	54
Diferenciação	1.4	1.3
Índices ligados ao tempo		
Índice de Participação Regular	19	29
Índice de Participação Ocasional	4	11
Índice de Intensidade	4H55	4H27
Índice de Actividade	1H10	1H27
Índices de Procura		
Índice de Procura	27	65
Índice de Procura Não Satisfeita	4	25
Factor de Expansão	1.2	2
Índice de Organização		
Participação Organizada	13	6
Participação Não Organizada	10	34
Âmbito de Prática		
Desporto de Competição Federado	4	4
Desporto de Lazer	19	36
Índice de Abandono	59	46

Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Como se pode constatar, na análise do quadro XII, por um lado, mantém-se a Participação Desportiva no âmbito do Desporto de Competição Federado (4%), por outro, a intensidade da prática, ou seja, a média de horas de prática desportiva, por semana, entre todos os praticantes, diminuiu de 4H55, a nível nacional, para 4H27 em Seia. O índice de Actividade média, per capita, de horas de prática desportiva, por semana, entre a população em estudo, como se pode ver no Quadro XII, é de 1H27.

Comparativamente com a média nacional de 1998¹, embora a participação regular revele um aumento substancial, os dados mostram um decréscimo da prática desportiva organizada. Verifica-se também uma diminuição da Diferenciação, ou seja, o

¹ Último estudo nacional com critérios comparáveis à nossa investigação.

número médio de modalidades praticadas pelo universo dos praticantes. Assim, em média, cada desportista praticava em 1988, a nível nacional, 1,4 modalidades, enquanto que no universo da amostra em estudo a prática se situa nos 1,3 modalidades (v. quadro XII).

Da análise do quadro XII, podemos ainda concluir que, em Seia, se estima que entre a população dos 15 aos 74 anos, a Abrangência desportiva envolve cerca de 73%, com uma Fidelidade na ordem dos 54% e um conseqüente abandono de 46% e em média, cada desportista pratica 1,3 modalidades desportivas, numa média de 4H27 por semana.

Estima-se, que 29% da população desenvolve uma prática desportiva regular, correspondendo os restantes 11%, face aos 40% de Participação Desportiva registada em Seia, à Participação Ocasional, pelo que a taxa de regularidade se situa nos 72,5%.

A Participação Organizada abrange 6% da população em estudo, ou seja, apenas pouco mais de um sexto dos praticantes exercem a sua prática desportiva de forma organizada enquanto os restantes 34% da população desenvolvem a sua prática desportiva de forma não organizada, o que torna a taxa de organização bastante baixa.

Isto significa que, relativamente à procura, as modalidades e infra-estruturas oferecidas pelos serviços desportivos não se adequam.

O âmbito da prática desportiva abrange no Desporto de Competição Federado 4% da população em estudo, enquanto os restantes 36% desenvolvem a sua prática desportiva no âmbito do Desporto de Lazer.

Em Seia, 25% da população entre os 15 e os 74 anos manifestaram o desejo de iniciar a prática desportiva (Procura Não Satisfeita), representando a Procura Desportiva 65% da população em estudo. Este facto denota a possibilidade de um crescimento da participação desportiva, sendo que o factor de expansão se situa nos 62,5%.

Estes valores apresentados, reforçam a ideia de que as modalidades e infra-estruturas oferecidas pelos serviços desportivos não se adequam à procura.

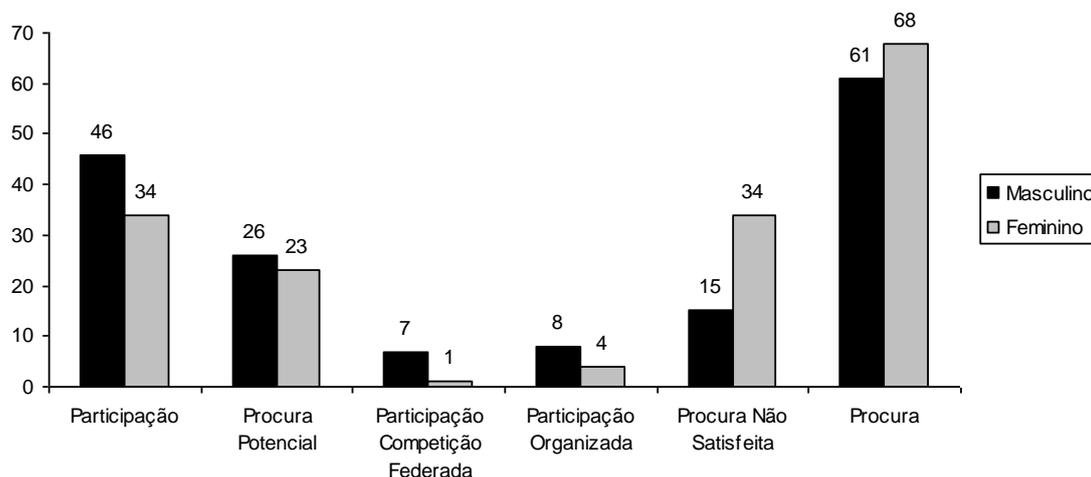
2. PRÁTICA DESPORTIVA SEGUNDO O GÉNERO

Os resultados do presente estudo demonstram que no Concelho de Seia, tal como a nível Nacional, os homens praticam, proporcionalmente, mais desporto do que as mulheres

(v. Gráfico 5), embora a diferença percentual de 20% a nível nacional seja superior à diferença encontrada em Seia, que é de 12%

Gráfico 5

Procura Desportiva segundo o Sexo (%)



Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Os dados representados no gráfico 5, denotam um significativo aumento da Participação Desportiva feminina no Concelho de Seia que rondam os 34%, comparativamente com os dados a nível nacional, em que a participação se situa nos 14%.

O desejo em iniciar outras modalidades para além das já praticadas, é também, conforme Gráfico 5, proporcionalmente superior nos homens face às mulheres, respectivamente, 26% e 23% (Procura Potencial). Inversamente, a Procura Não Satisfeita nas mulheres é bastante superior à registada nos homens, respectivamente, 15% e 34% (v. Gráfico 5).

Nas mulheres a Procura Não Satisfeita é igual à Participação (34%), induzindo um Factor de Expansão da Participação Desportiva feminina na ordem dos 100%.

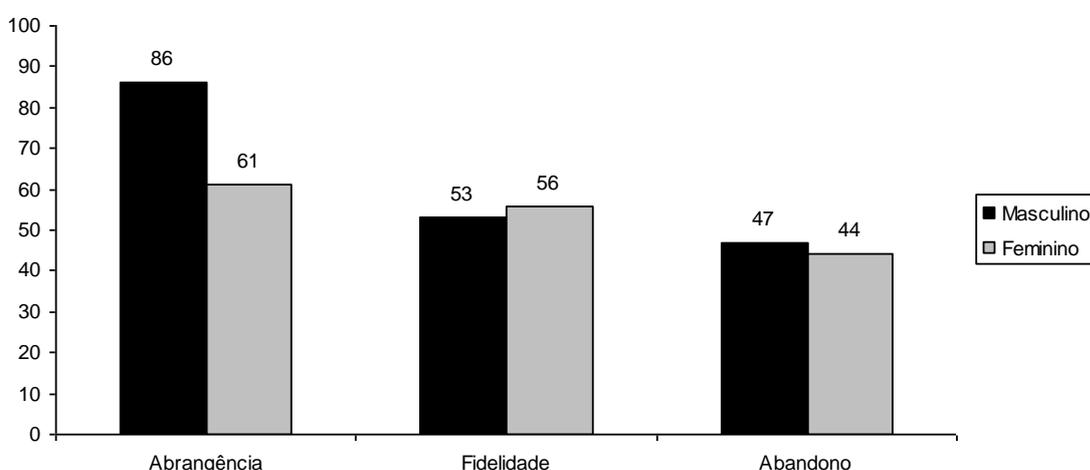
O que significa que para as mulheres a oferta das modalidades e das infra-estruturas não se adequa com a procura.

A Participação no âmbito do Desporto de Competição Federado é proporcionalmente superior nos homens (v. Gráfico 5). No entanto, apenas cerca de 15% dos praticantes masculinos, no Concelho de Seia, desenvolvem a prática neste âmbito e 3% de praticantes femininos, enquanto a nível nacional essa percentagem se situa nos 24% e 7%, respectivamente. O índice Participação no Desporto de Competição Federado é de 7% nos homens e 1% nas mulheres (v. Gráfico 5).

Contrariando a tendência nacional em que a Participação Organizada se encontra proporcionalmente superior nas mulheres face aos homens, respectivamente, 57% e 53%, no Concelho de Seia a Participação Organizada encontra-se proporcionalmente inferior nas mulheres face aos homens, respectivamente, 12% e 17%, em cada universo de praticantes face à Participação Não Organizada. O índice de Participação Organizada nos universos masculino e feminino são respectivamente de 8% e 4% (v. Gráfico 5).

Gráfico 6

Prática Desportiva e Abandono segundo o Sexo (%)



Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Na análise do gráfico 6, verifica-se que a Abrangência da prática desportiva é proporcionalmente maior nos homens do que nas mulheres, respectivamente 86% e 61%, verificando-se um aumento em ambos os sexos face aos valores nacionais, 71% e 45%, respectivamente.

Podemos ainda observar que a Fidelidade ao desporto é proporcionalmente superior nas mulheres, contrariando a tendência nacional. Inversamente, o Abandono apresenta-se proporcionalmente superior nos homens.

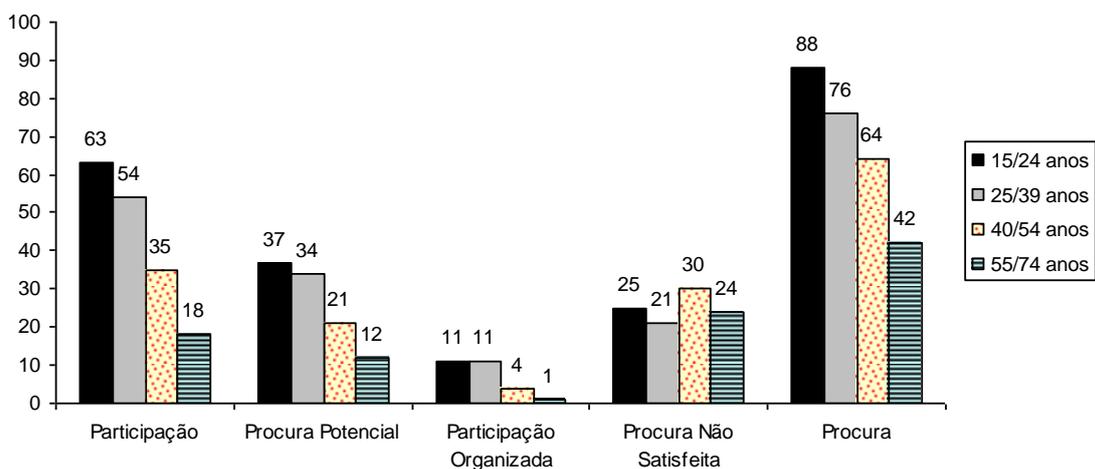
3. PRÁTICA DESPORTIVA SEGUNDO A IDADE

Tal como a nível nacional, a Participação Desportiva revelou ser inversamente proporcional à idade (v. Gráfico 7), consequentemente, os jovens, são os que praticam

mais desporto, assim como apresentam um desejo proporcionalmente superior para iniciar a prática de outras modalidades para além das já praticadas (Procura Potencial).

Gráfico 7

Procura Desportiva segundo a Idade (%)



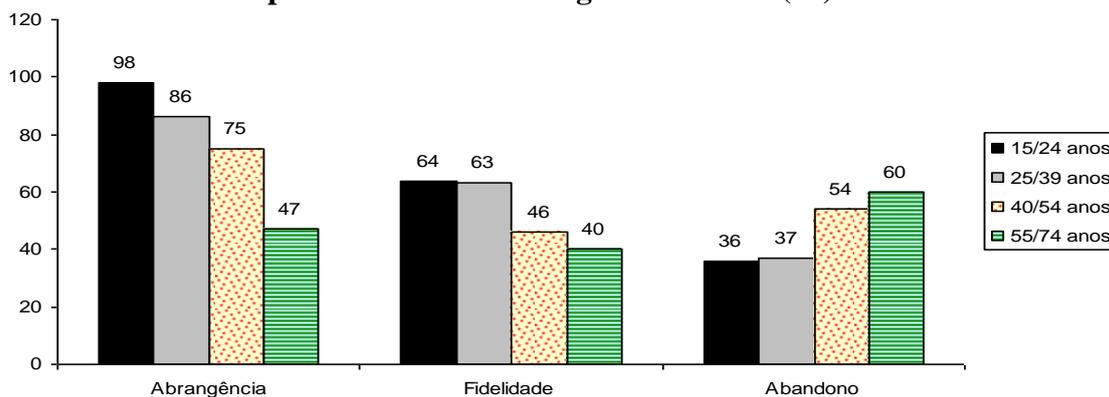
Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Os dados do gráfico 7 demonstram que a partir dos 40 anos se verifica uma quebra na Participação Desportiva, registando-se valores abaixo da média no Concelho de Seia (40%). Embora o índice de Participação Organizada seja igual entre os dois primeiros escalões etários, proporcionalmente são também os jovens entre os 15 e os 24 anos que praticam mais desporto organizado, com uma percentagem de 7% face aos 6% do escalão etário dos 25 aos 39 anos. Podemos também concluir que, a Procura Não Satisfeita é proporcionalmente superior nos indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos e que a Procura, tal como a Participação e a Procura Potencial, diminui com o aumento da idade.

Podemos então constatar que tanto nas mulheres como nos mais velhos as modalidades e infra-estruturas oferecidas pelos serviços desportivos não se adequam á procura.

Gráfico 8

Prática Desportiva e Abandono segundo a Idade (%)



Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

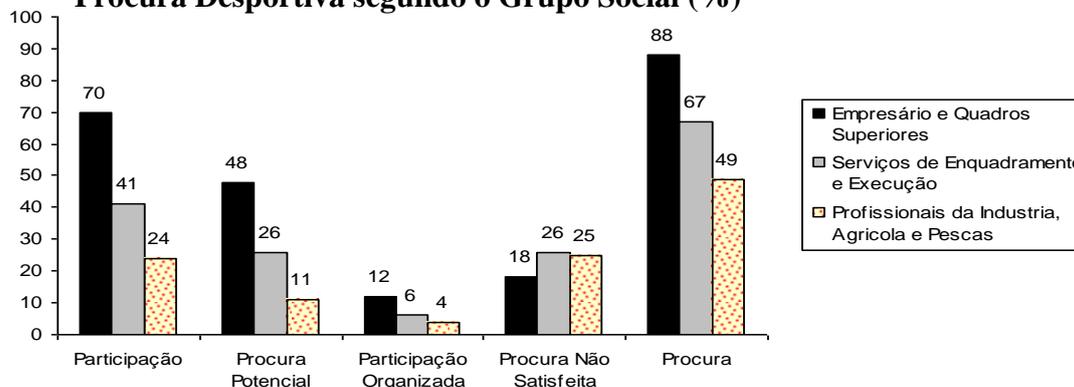
Como podemos verificar no gráfico 8, a Abrangência da prática desportiva apresenta-se inversamente proporcional à idade. Encontramos valores de Abrangência abaixo de média do Concelho de Seia (73%) apenas a partir dos 55 anos. A Fidelidade e o Abandono apresentam valores abaixo da média a partir dos 40 anos.

4. PRÁTICA DESPORTIVA SEGUNDO O GRUPO SOCIAL

São os Empresários e Quadros Superiores que apresentam proporcionalmente valores de Participação Desportiva mais elevados (70%), seguindo-se os Serviços de Enquadramento e Execução, com valores ainda acima da média do Concelho de Seia e finalmente os Profissionais da Indústria, Agrícola e Pescas, com valor abaixo da média (v. Gráfico 9).

Gráfico 9

Procura Desportiva segundo o Grupo Social (%)



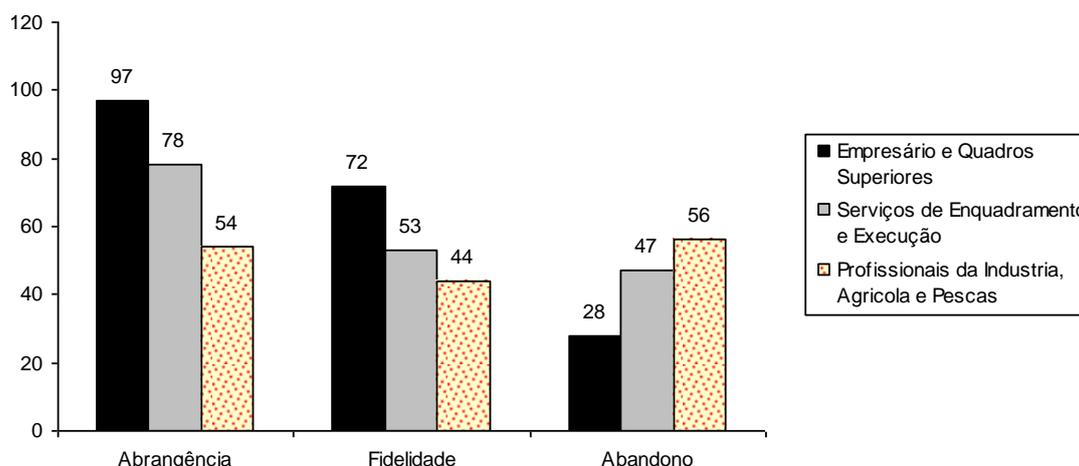
Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Os dados do gráfico 9, evidenciam que a Procura Potencial, é também proporcionalmente superior nos Empresários e Quadros Superiores, denotando estes um desejo maior de iniciar outras modalidades para além das já praticadas. O mesmo acontece em relação à Participação Organizada e à Procura, que apresentam proporcionalmente valores superiores nos Empresários e Quadros Superiores, sendo os Profissionais de Indústria, Agrícola e Pescas aqueles que apresentam valores mais baixos.

Observa-se ainda que os valores da Procura Não Satisfeita em Seia são muito superiores aos valores encontrados a nível Nacional em todos os grupos Sociais, o que significa que, as modalidades e as infra-estruturas oferecidas pelos serviços desportivos se adequam á procura dos munícipes inseridos nos grupos sociais com níveis de capital mais elevado.

Gráfico 10

Prática Desportiva e Abandono segundo o Grupo Social (%)



Fonte: Inquérito à Prática Desportiva no Concelho de Seia, 2007

Os dados do gráfico 10 indicam que os Empresários e Quadros Superiores, são os que proporcionalmente apresentam valores de Abrangência e Fidelidade superiores, inversamente ao que acontece face ao Abandono que é liderado pelos Profissionais da Indústria, Agrícola e Pescas.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

O presente capítulo teve por objectivo analisar e discutir a primeira hipótese de estudo, que apontava para que as modalidades e as infra-estruturas oferecidas pelos serviços não se adequariam à procura, em particular das mulheres, dos mais velhos e dos munícipes inseridos nos grupos sociais com níveis de capital mais elevado.

Verificámos que a participação desportiva no Concelho de Seia é de 40%, sendo substancialmente superior à percentagem verificada a nível nacional de 23% segundo o estudo de 1998 de Marivoet (2001) e também do *Eurobarometer - The citizens of the European Union and Sport*, realizado pela Comissão Europeia (2004)² que situava a participação desportiva de Portugal em 22%. Tal facto poderá estar relacionado com o comportamento emergente da prática de caminhar (19%), não considerado nos estudos referenciados.

Na população em estudo, 25% dos indivíduos inquiridos manifestaram o desejo de iniciar a prática desportiva (Procura Não Satisfeita), representando assim a Procura Desportiva 65%. O valor elevado da Procura Não Satisfeita manifestada pelos inquiridos, sugere a existência de uma desadequação da oferta face à procura, tal como pressupunha a nossa hipótese em análise, ainda que a participação desportiva seja elevada, embora como acabámos de referir, muito devido à prática da Caminhada, que não exige infra-estruturas e recursos humanos especializados do lado da oferta.

No que se refere aos indicadores desportivos, em comparação com os valores nacionais, verificamos que os valores em Seia são menores no que se refere à Diferenciação, Intensidade, Participação Organizada e Abandono, obtendo um valor igual no que concerne ao Desporto de Competição Federado. Em todos os outros indicadores desportivos os valores da população em estudo são superiores aos valores nacionais. Saliente-se, que o valor da Participação Organizada, sugere igualmente uma desadequação da oferta face à procura.

No que se refere à diferenciação do género, a idade e o grupo social, verificamos que a participação masculina é superior à feminina, com 46% e 34% respectivamente, existindo uma inversão no que se refere à procura, com o feminino a atingir o valor de 68% e o masculino 61%, devido aos valores da procura não satisfeita que se situa nos 34% feminino e 15% masculino. Significando que em relação à primeira hipótese de

² Embora exista uma publicação actualizada de 2009, o presente estudo foi desenvolvido em 2007, pelo que não considera os dados desta última publicação.

estudo, as modalidades oferecidas não se adequam à procura das mulheres, tal como tínhamos inicialmente pressuposto.

O aumento da idade provoca uma diminuição na Participação e na Procura, tal como o que acontece com os grupos sociais, onde se verifica uma diminuição destes indicadores do grupo EQS para o grupo SEE e deste para o grupo PIAP. O que demonstra que em relação à primeira hipótese levantada, a oferta dos serviços não se adequa à procura dos mais velhos tal como tínhamos inicialmente considerado, embora se adequa à procura dos munícipes inseridos nos grupos sociais com níveis de capital mais elevado, contrariamente ao pressuposto.

Estes resultados demonstram uma tendência também já registada nos estudos realizados por Marivoet (1991, 2001, 2002a); Sugden&Tonlinsom (2000), Pinto (2002) e Wilson (2002).

CAPITULO V
INSTALAÇÕES E MODALIDADES

V. INSTALAÇÕES E MODALIDADES

Neste capítulo, iremos continuar a analisar e discutir a primeira hipótese e também parte da terceira. Assim, iremos concluir acerca da opinião dos munícipes sobre as infra-estruturas desportivas, no sentido de averiguar se estas se adequam às suas necessidades. Também, no que concerne às modalidades, considerámos importante saber quais as modalidades praticadas no conselho de Seia, e de que modo as respostas existentes correspondem às expectativas da população, evidenciando a procura não satisfeita e a procura potencial. Para o efeito, analisamos os dados obtidos tendo em conta as três variáveis independentes e estruturais da prática desportiva – género, idade e grupo social.

Como considerámos na nossa terceira hipótese, em relação às instalações desportivas, entendemos ser pertinente perceber, se a população conhece os serviços das infra-estruturas desportivas existentes. Como pressuposto, considerámos que a maioria da população não seria conhecedora dos serviços e das infra-estruturas desportivas existentes, em especial os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo.

1. MODALIDADES DESPORTIVAS MAIS PRATICADAS

Como temos vindo a referir, estima-se que cerca de 40 em cada 100 habitantes de Seia entre os 15 e os 74 anos sejam praticantes desportivos.

No conjunto das modalidades praticadas, o Futebol surge em primeiro lugar, com um valor que se distancia das restantes modalidades, pois representa 28% das modalidades praticadas e 15% da população em estudo. O mesmo acontece a nível nacional e na região centro, com valores de 30 e 35% respectivamente.

O Caminhar é a segunda actividade mais praticada (19%), e o Cicloturismo a terceira (9%), representando respectivamente 10 e 5% da população estudada.

Face à população em estudo, o Voleibol e a Corrida de manutenção surgem com valores aproximados à terceira modalidade mais praticada.

No quadro XIII, apresentam-se as actividades mais praticadas por ordem decrescente.

Modalidades praticadas

Quadro IX - Cálculo da Percentagem das Modalidades Praticadas

Modalidades	Percentagem (%)
Futebol	28
Caminhar	19
Cicloturismo	9
Voleibol	8
Corrida de manutenção	7
Ginásio	4
Atletismo	4
Ginástica	4
Ténis	3
Btt	3
Basquetebol	3
Natação	2
Outras	1

Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

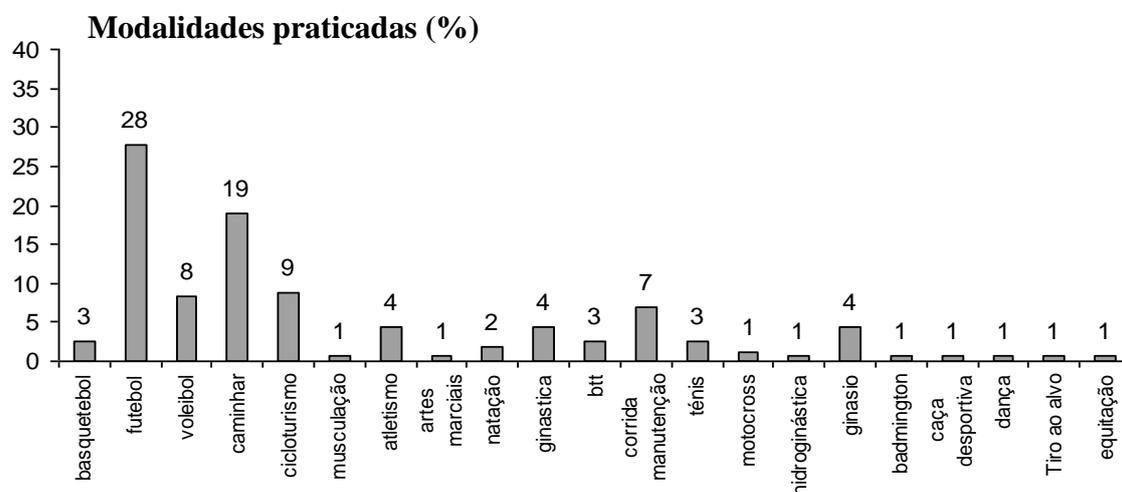
Como podemos verificar o Voleibol surge em 4º lugar com 8%, seguido da corrida de manutenção que ocupa o 5º lugar das actividades mais praticadas, com 7%. Em 6º lugar com 4%, encontram-se as actividades de Ginásio, Atletismo e Ginástica.

Com percentagens mais reduzidas temos, o Ténis, o Basquetebol e o BTT, todos com 3%, seguindo-se a Natação e o Motocross com 2%.

Agrupadas em Outras, contam-se 9 actividades que representam, cada uma delas, 1% das modalidades praticadas, e menos de 0,5% da população em estudo (v. Gráfico 11).

A diferenciação da participação situa-se nos 1,3.

Gráfico 11



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

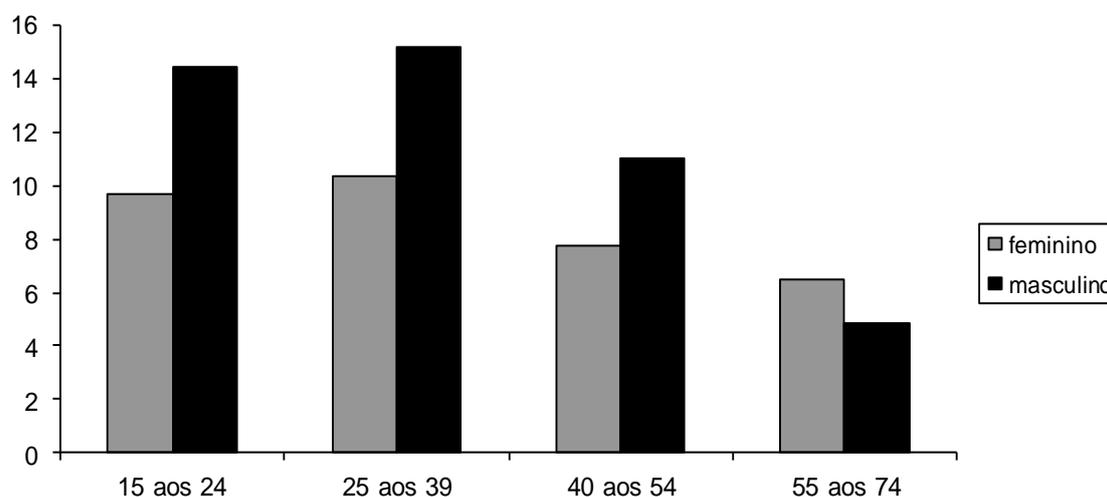
1.1. Idade e Sexo dos Praticantes Segundo as Modalidades

No gráfico 12, apresentamos o perfil dos praticantes segundo a idade e o sexo, de modo a conhecermos as características destes, no seu conjunto.

Deste modo, verificamos que os praticantes são predominantemente do sexo masculino e jovens. No caso dos indivíduos do sexo feminino, encontramos uma forte presença das idosas entre os 55 e os 74 anos, que ultrapassa o universo masculino da mesma idade (v. Gráfico 12).

Gráfico 12

Modalidades praticadas segundo a idade e sexo (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

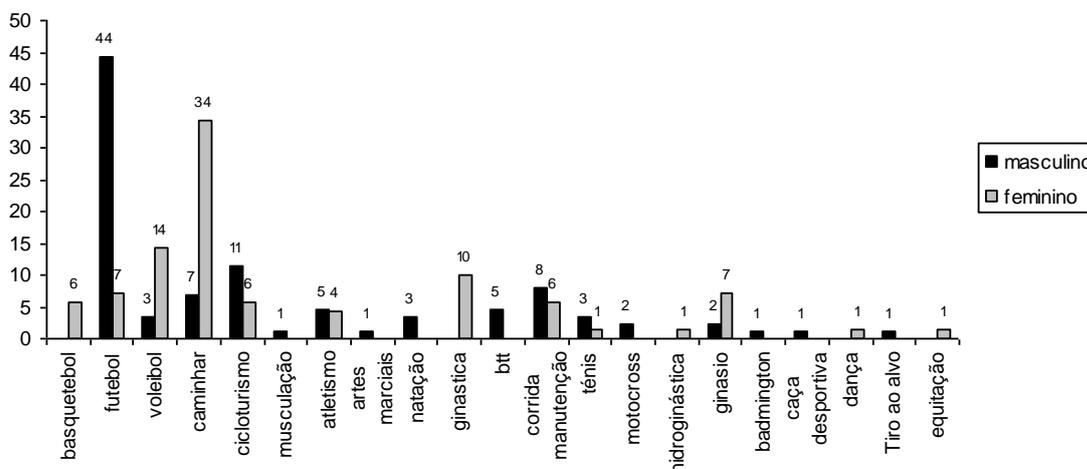
Da análise do Gráfico 13, verificamos que duas actividades se destacam, respectivamente o Futebol (28%) e o Caminhar (19%). Em ambos os casos, denota-se uma eminência de um dos sexos, tendo o Futebol praticantes predominantemente do sexo masculino (44%) em relação ao sexo feminino (7%). No caso do Caminhar, verifica-se o inverso, tendo o feminino 34% e o masculino 7%.

Das 22 modalidades praticadas, 8 têm predominância feminina e 13 masculina.

A diferenciação da participação masculina e feminina situa-se em 1,3.

Gráfico 13

Modalidades praticadas segundo o sexo (%)



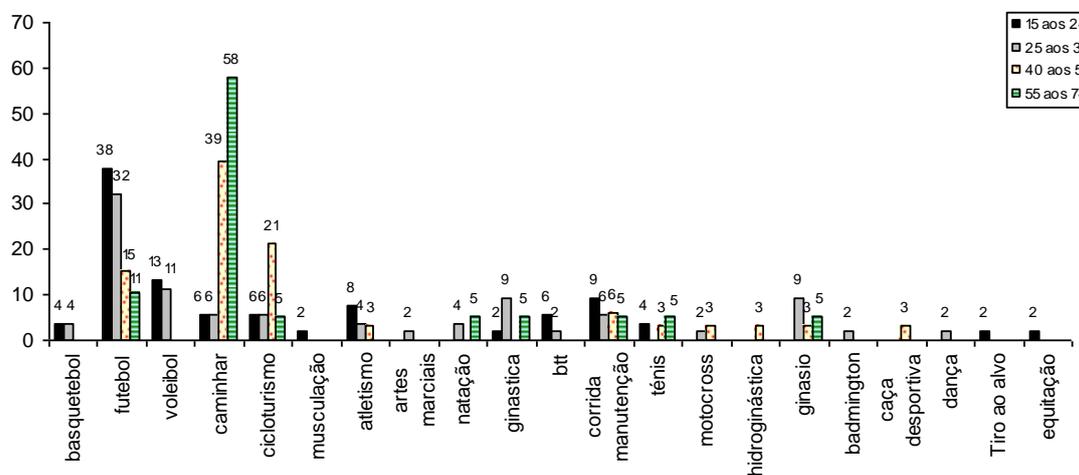
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Os dados do gráfico 14 permitem verificar que o Futebol é a modalidade mais praticada nos grupos etários dos 15 aos 24 e dos 25 aos 39 anos, com percentagens de 33% e 32%, respectivamente, enquanto que o Caminhar é mais praticado nos escalões etários seguintes (40/54 e 55/74), com percentagens de 39% e 58%, respectivamente (v. Gráfico14)

A diferenciação da participação é de 1,4 no escalão etário dos 15 aos 24 anos, sendo de 1,2 nos escalões de 25 aos 39 e dos 40 aos 54. No escalão dos 55 aos 74 anos a diferenciação situa-se nos 1,1.

Gráfico 14

Modalidades praticadas segundo a idade (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

1.2. Afinidades Entre os Grupos Sociais e as Modalidades

Através da análise do gráfico 15, constatamos que o Futebol é a modalidade mais praticada por todos os grupos sociais, seguindo-se o Caminhar.

Os Empresários e Quadros Superiores (EQS) têm como preferência o Futebol (24%), seguindo-se o Caminhar e o Voleibol, ambos com 12% e a Ginástica e as Actividades de Ginásio com 9%.

A diferenciação da participação neste grupo social situa-se nos 1,4.

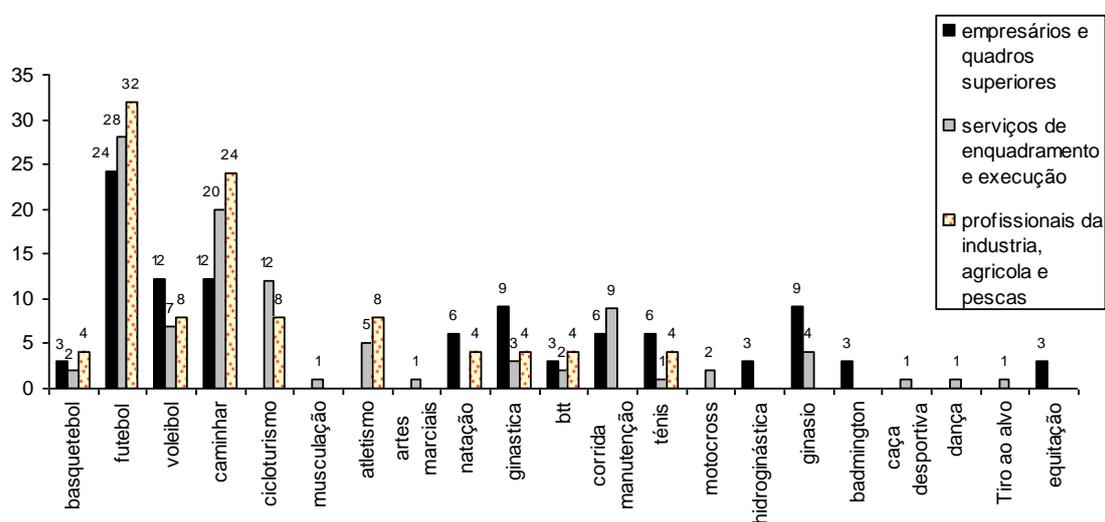
Os Serviços de Enquadramento e Execução (SEE) têm uma diferenciação da participação de 1,3 e maioritariamente praticam Futebol e Caminhar (28% e 20%), seguindo-se o Cicloturismo e a Corrida de manutenção (12% e 9%).

Os Profissionais da Industria, Agrícola e Pescas (PIAP) têm como prática preferencial o Futebol (32%), seguindo-se o Caminhar (24%) e o Voleibol, Cicloturismo e Atletismo, todos com 8%.

Neste grupo social a diferenciação da participação situa-se nos 1,3.

Gráfico 15

Modalidades praticadas segundo o grupo social (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

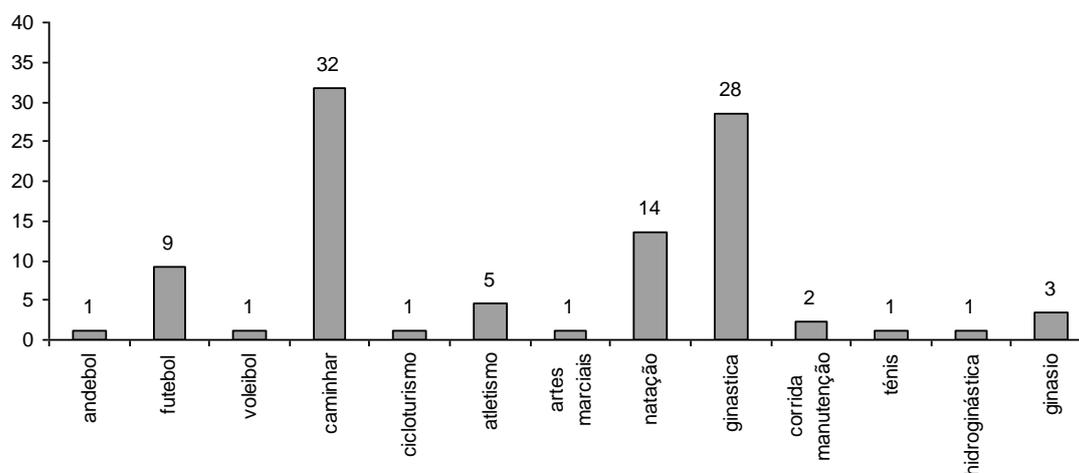
2. DESPORTOS PRETENDIDOS

Os dados do gráfico 16, permitem perceber que o universo da Procura não Satisfeita, ou seja, os indivíduos que manifestaram a intenção de iniciar a prática desportiva, representa 25% da população entre os 15 e os 74 anos.

Em média, cada inquirido que manifestou o desejo de iniciar a prática desportiva indica 1,17 modalidades que gostaria de praticar, o que faz elevar em idêntico valor o número de modalidades pretendidas face ao número de indivíduos.

A análise dentro do conjunto das modalidades pretendidas permite-nos identificar de forma rigorosa a representatividade das modalidades mais praticadas. Assim, o Caminhar é a modalidade mais pretendida, representando 32%, seguindo-se a Ginástica e a Natação respectivamente 28 e 14% (v. Gráfico 16).

Gráfico 16
Procura não satisfeita por modalidades (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

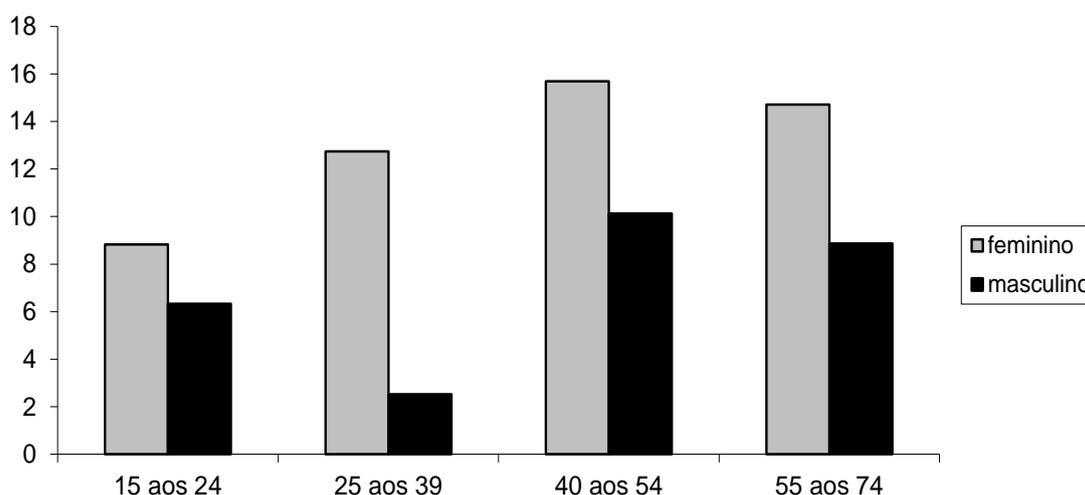
2.1. Desportos Pretendidos Segundo o Sexo e Idade

Ao analisarmos o gráfico 17, verificamos que a maioria dos indivíduos que pretendem iniciar a prática desportiva, correspondente a 25% da população inquirida, são do sexo feminino e têm idades superiores aos 39 anos.

O escalão etário dos 40 aos 54 anos regista o maior número de pretendentes masculinos e femininos à prática desportiva (v. Gráfico 17).

Gráfico 17

Potenciais novos praticantes segundo a idade e sexo (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

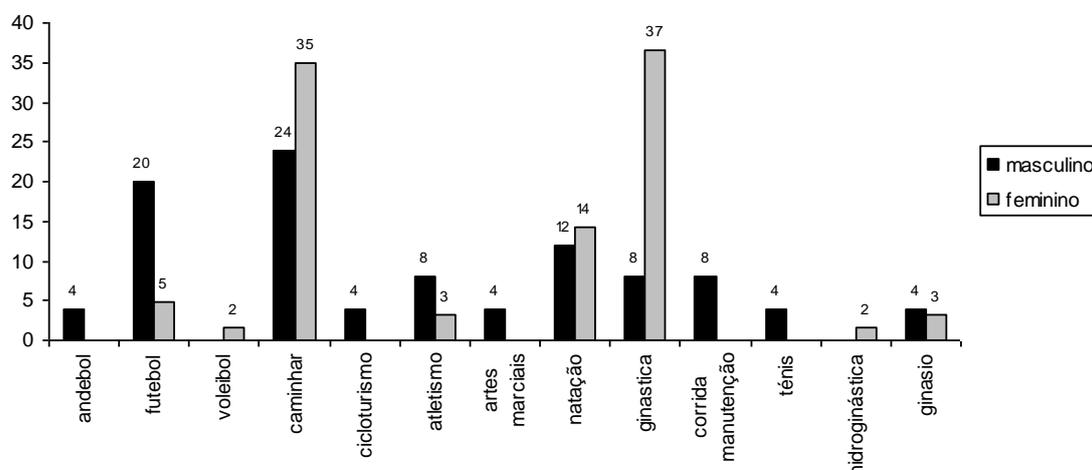
Verificamos no gráfico 18 que as 3 modalidades mais pretendidas para iniciar a prática têm uma maior percentagem do sexo feminino.

Das 13 modalidades que a população em estudo pretende iniciar, o Voleibol, o Caminhar, a Natação, a Ginástica e a Hidroginástica têm uma percentagem maior do sexo feminino e as 8 restantes têm uma percentagem maior do sexo masculino (v. Gráfico 18).

A diferenciação da procura não satisfeita no sexo masculino é de 1,14 e no feminino é de 1,19 (v. Gráfico 18).

Gráfico 18

Procura não satisfeita por modalidades segundo sexo (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

No gráfico 19, verificamos que a Natação e a Ginástica modalidades que todos os escalões etários representados manifestam intenção de iniciar a prática.

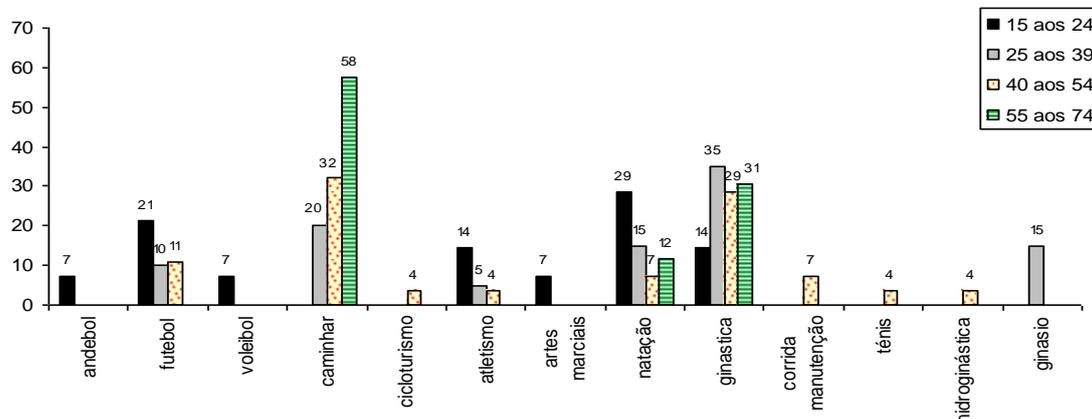
O Caminhar revela uma preponderância de 58% do escalão dos 55 aos 74 anos, representando a maior opção neste escalão, bem como no escalão dos 40 aos 54 anos com 32%.

O escalão dos 25 aos 39 anos demonstra uma intenção maior de iniciar a prática desportiva através da Ginástica (35%), enquanto que a Natação é a modalidade mais pretendida no escalão dos 15 aos 24 anos, com 29% (v. Gráfico 19).

No escalão dos 15 aos 24 anos a diferenciação é de 1, no escalão 25 aos 39 é de 1,33, enquanto nos escalões dos 40 aos 54 e dos 55 aos 74 a diferenciação é de 1,17 e 1,18 respectivamente (v. Gráfico 19).

Gráfico 19

Procura não satisfeita por modalidades segundo idade (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

2.2. Modalidades Pretendidas Pelos Grupos Sociais

Podemos verificar no gráfico 20 que o Caminhar, a Ginástica e a Natação são as únicas modalidades pretendidas pelos 3 grupos sociais considerados para este estudo.

Os EQS pretendem iniciar a sua prática desportiva através do Voleibol, Natação, Ginástica, Hidroginástica e Ginásio, todas com a mesma percentagem de 17%.

A diferenciação neste grupo é de 1.

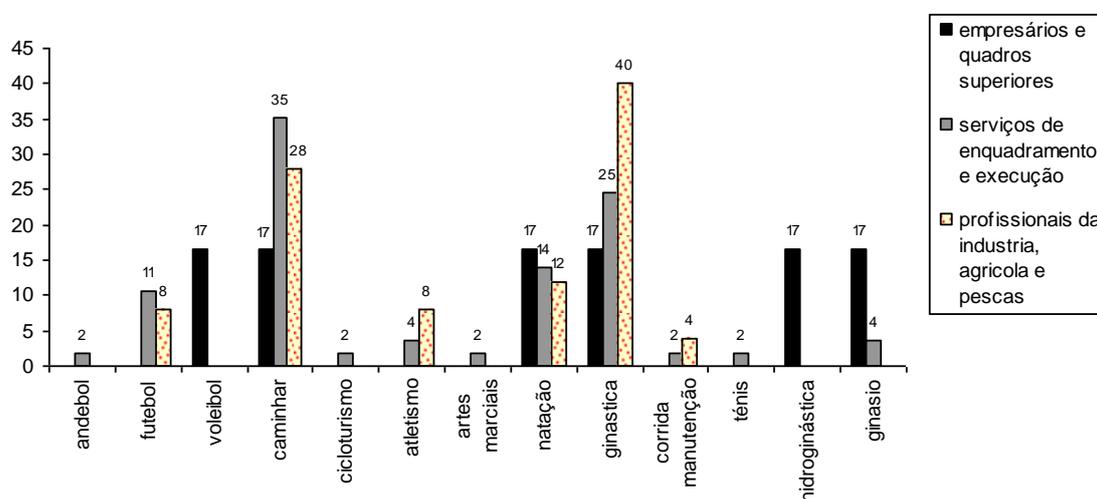
Os SEE referem 10 modalidades para iniciarem a sua prática desportiva, destacando-se o Caminhar com 35% e a Ginástica com 25%.

A diferenciação neste grupo situa-se nos 1,16.

Os PIAP, maioritariamente pretendem iniciar a sua prática desportiva através da Ginástica, com 40%, seguindo-se o Caminhar com 28%. Este grupo refere 6 modalidades para iniciar a prática desportiva, tendo uma diferenciação de 1,25 (v. Gráfico 20).

Gráfico 20

Procura não satisfeita por modalidades segundo o grupo social (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

3. NOVAS MODALIDADES PRETENDIDAS PELOS PRATICANTES

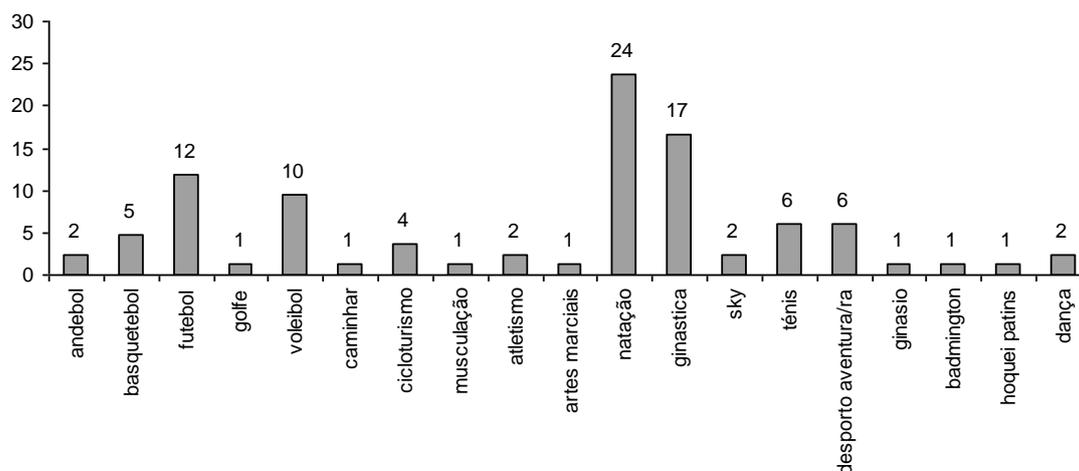
No âmbito das modalidades pretendidas podemos assinalar as modalidades indicadas pelos praticantes que manifestaram o desejo de iniciar a prática de outras modalidades para além das já praticadas (Procura Potencial).

Como podemos verificar no gráfico 21, a Procura Potencial representa 24% da população em estudo, o que significa que dos 40 em cada 100 Senenses entre os 15 e os 74 anos que afirmaram praticar desporto, 24 pretendem iniciar a prática de outras modalidades. Estes indicaram em média 1,15 modalidades que gostariam igualmente de praticar.

As preferências recaem em primeiro lugar na Nataação, que representa cerca de 36% das modalidades pretendidas pelos já praticantes face ao universo destas (v. Gráfico 21).

Gráfico 21

Procura potencial por modalidades (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

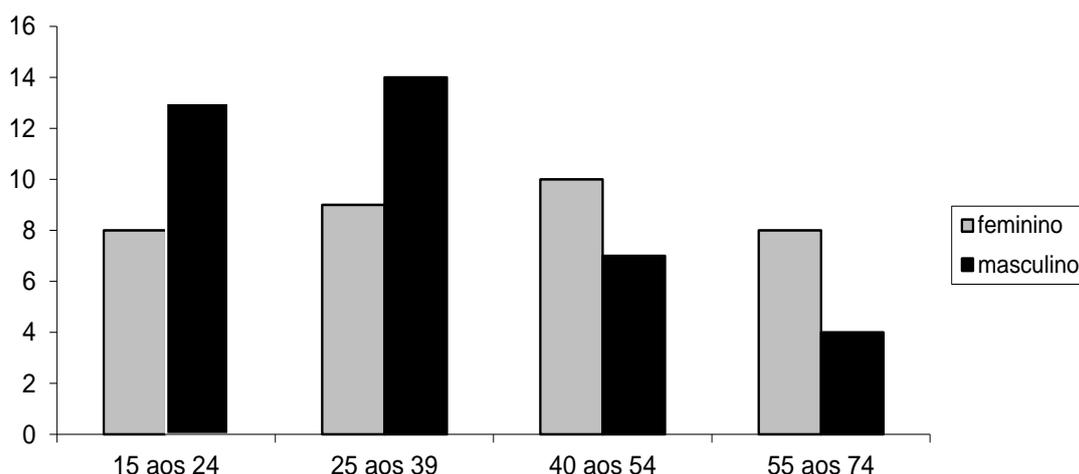
3.1. Novas Modalidades Pretendidas pelos Praticantes Segundo o Sexo e Idade

Ao analisarmos o gráfico 22, verificamos que a maioria dos 24% de indivíduos que pretendem iniciar outra modalidade para além da que já praticam são do sexo masculino e têm idades inferiores aos 39 anos. Assim, constatamos que o escalão etário dos 25 aos 39 anos regista o maior número de pretendentes masculinos à prática de outra modalidade enquanto que no sexo feminino o maior número se situa no escalão dos 40 aos 54 anos.

Nos dois primeiros escalões dos 15 aos 39 anos a procura potencial é maior no sexo masculino, sendo que nos escalões seguintes dos 40 aos 74 anos a procura potencial é maior no sexo feminino (v. Gráfico 22).

Gráfico 22

Procura potencial segundo idade e sexo (%)



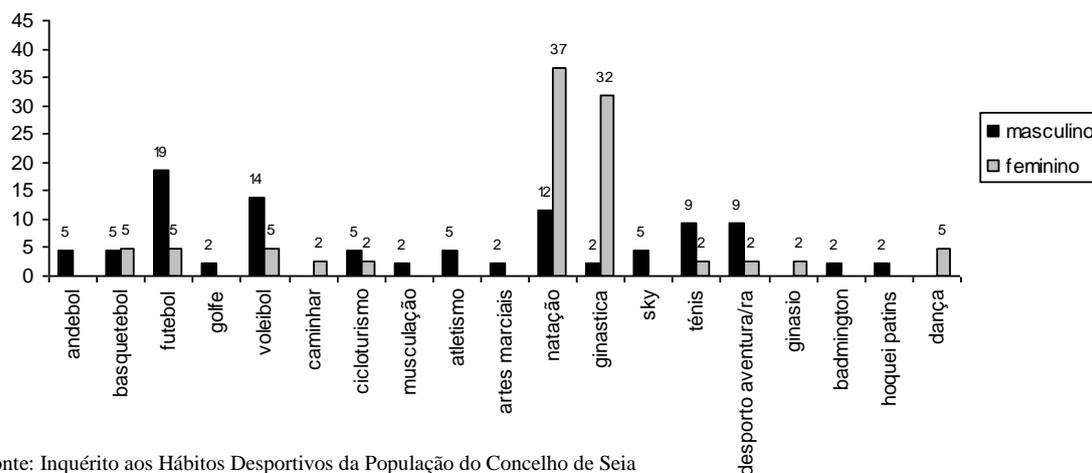
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Na análise do gráfico 23, constatamos que das 19 modalidades que a população em estudo pretende iniciar, 8 são comuns a ambos os sexos, 8 são referenciadas apenas pelo sexo masculino e 3 pelo sexo feminino.

A diferenciação da procura não satisfeita no sexo masculino é de 1,13 e no feminino é de 1,17 (v. Gráfico 23).

Gráfico 23

Procura potencial por modalidades segundo o sexo (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Conferimos no gráfico 22 que as duas modalidades mais pretendidas para os já praticantes têm uma maior percentagem do sexo feminino.

Os dados apresentados no gráfico 24, permitem verificar que a Natação, a Ginástica e o Futebol são as três modalidades em que todos os escalões etários representados manifestam intenção de iniciar a prática.

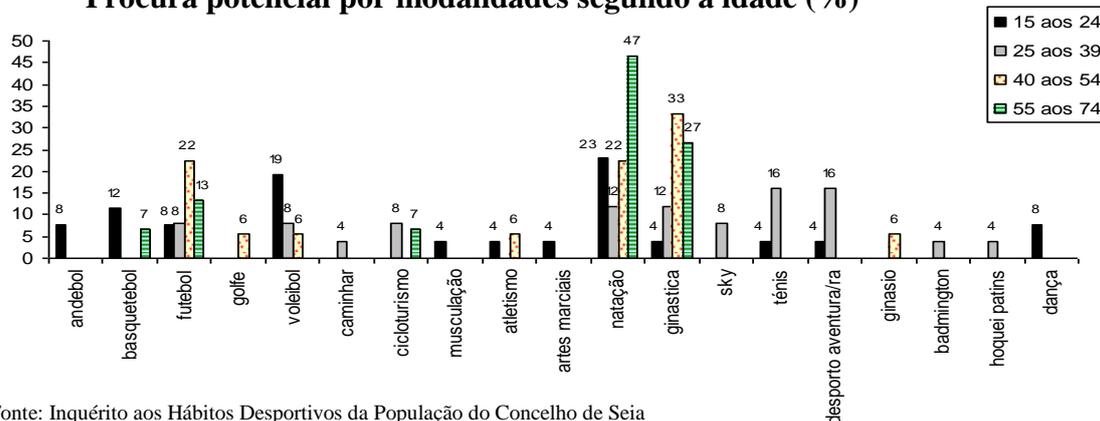
A Natação destaca-se no escalão dos 55 aos 74 anos, com 47%, representando a maior opção neste escalão, bem como no escalão dos 15 aos 24 anos com 23%.

O escalão dos 25 aos 39 anos demonstra uma intenção maior de iniciar outra modalidade através do Ténis e do Desporto aventura (16%), enquanto que a Ginástica é a modalidade mais pretendida no escalão dos 40 aos 54 anos, com 33% (v. Gráfico 24).

No escalão dos 15 aos 24 anos a diferenciação é de 1,24 no escalão dos 25 aos 39 é de 1,09, enquanto nos escalões dos 40 aos 54 e dos 55 aos 74 a diferenciação é de 1,06 e 1,25 respectivamente.

Gráfico 24

Procura potencial por modalidades segundo a idade (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

3.2. Novas Modalidades Desejadas Pelos Grupos Sociais Já Praticantes

Através da análise dos dados representados no gráfico 25, podemos verificar que a Natação é a modalidade mais pretendida por todos os grupos sociais, embora o grupo social dos PIAP demonstre a mesma percentagem também no Futebol e na Ginástica (20%).

Os EQS têm como pretensão iniciar a Natação e a Ginástica (25%), seguindo-se o Futebol com 13%.

A diferenciação da participação neste grupo social situa-se nos 1,07.

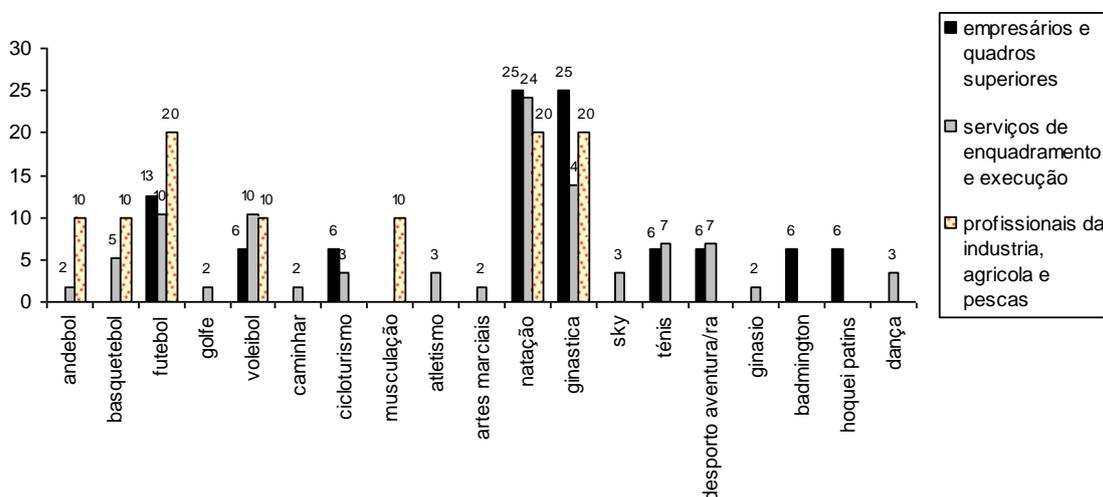
Os praticantes do grupo dos SEE têm uma diferenciação da participação de 1,18 e maioritariamente pretendem praticar também a Natação e a Ginástica com 24 e 14%.

Os PIAP, maioritariamente pretendem praticar, como outra modalidade, o Futebol, a Natação e a Ginástica, todos com 20% (v. Gráfico 25).

Neste grupo social a diferenciação da participação situa-se nos 1,11.

Gráfico 25

Procura potencial por modalidades segundo o grupo social (%)



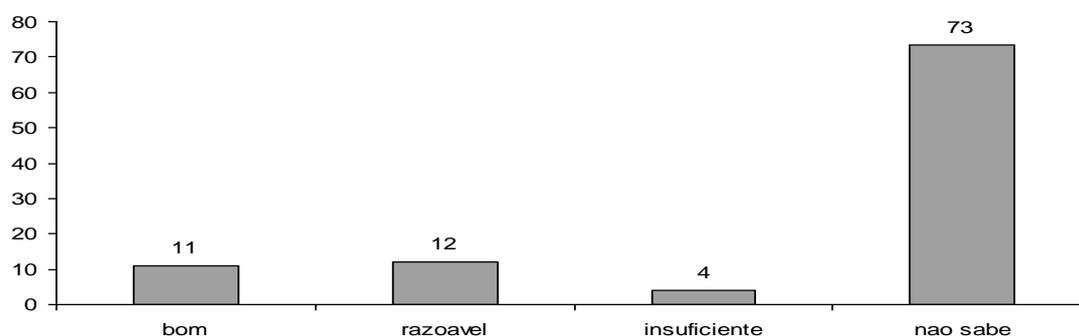
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

4. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Ao analisarmos os dados referentes à opinião da população em estudo face às instalações desportivas existentes no Concelho, representados no gráfico 26, verificamos tal como pressupunha a nossa terceira hipótese, que 73% desconhece e/ou não omite opinião, 12% acha que são razoáveis, 11% são da opinião que é bom e 4% afirmam ser insuficiente.

Gráfico 26

Opinião acerca das instalações desportivas (%)

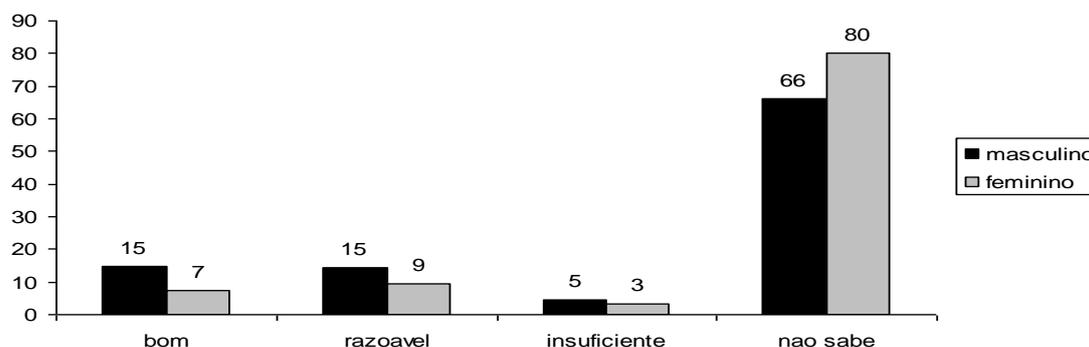


Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Os dados apresentados no gráfico 27, permitem verificar que o maior desconhecimento acerca das instalações desportivas reside no sexo feminino (80%), sendo que das que conhecem 9% acham razoáveis, 7% são da opinião que são boas e 3% insuficientes. O sexo masculino revela uma igualdade de 15% que acham que são razoáveis e boas, enquanto que 5% acham insuficientes.

Gráfico 27

Opinião acerca instalações desportivas segundo o sexo (%)



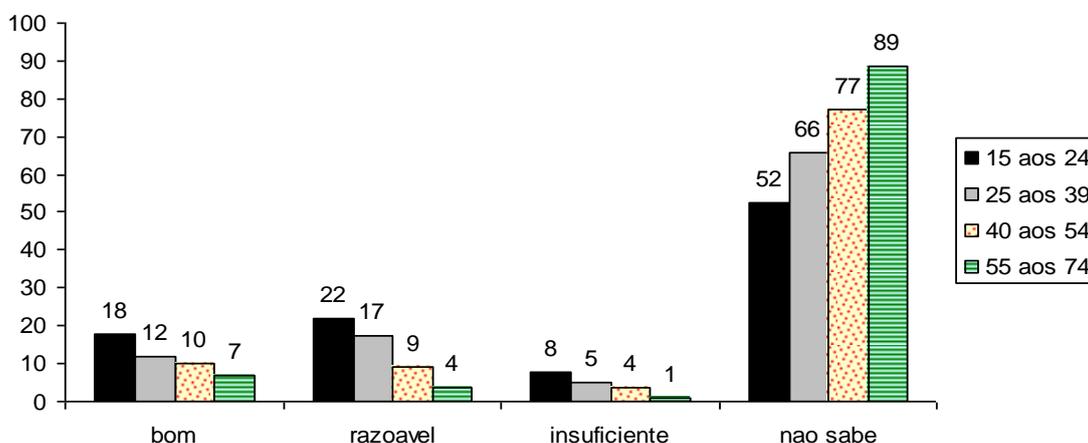
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Estes resultados vêm contrariar a nossa hipótese, já que considerámos como pressuposto de investigação que o desconhecimento face às infra-estruturas desportivas do concelho seria independentemente do sexo. Na realidade, encontra-se um maior desconhecimento junto das mulheres, respectivamente 80% face a 66% dos homens (ver gráfico 27).

No gráfico 28, apresentamos a opinião dos inquiridos sobre as instalações desportivas segundo o grupo etário. Assim, verificamos um crescente desconhecimento das instalações proporcional ao aumento de idade, tal como tínhamos pressuposto inicialmente na nossa hipótese em análise, apresentando o grupo dos 15 aos 24 anos o menor desconhecimento (52%), e o grupo dos 55 aos 74 anos o maior desconhecimento (89%). Inversamente, a percentagem vai decrescendo conforme vai aumentando a idade em relação a todos os que são da opinião de que são boas, razoáveis e insuficientes. Os grupos etários dos 15-24 e 25-39 maioritariamente são da opinião que são razoáveis, com percentagens de 22% e 17%, respectivamente, enquanto que os grupos etários dos 40 aos 54 e 55-74 maioritariamente acham que são boas (v. Gráfico 28).

Gráfico 28

Opinião acerca das instalações desportivas segundo o grupo etário (%)

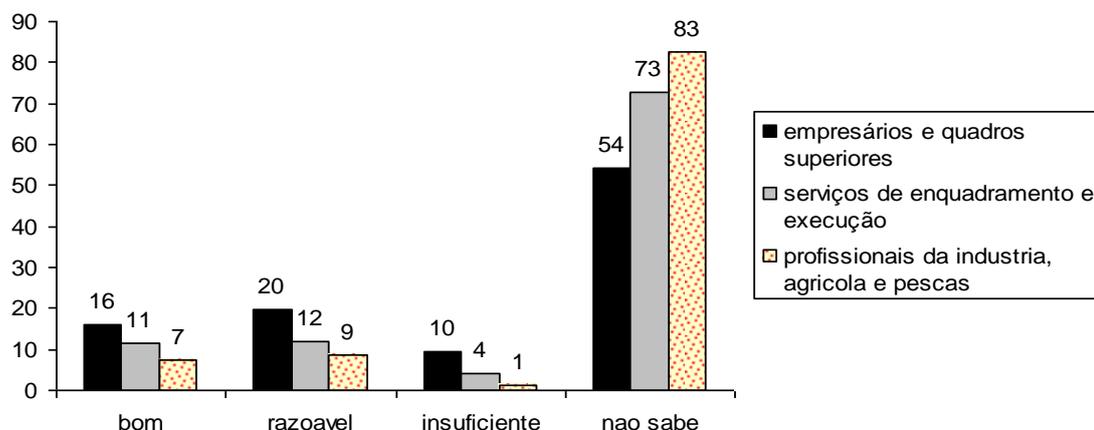


Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Quanto às opiniões dos inquiridos segundo o grupo social, podemos constatar que os PIAP são aqueles que mais desconhecem as instalações desportivas (83%), seguindo-se os SEE (73%) e os EQS (54%), tal como tínhamos considerado na nossa hipótese. Todos os grupos consideram maioritariamente que as instalações são razoáveis (v. Gráfico 29).

Gráfico 29

Opinião acerca das instalações desportivas segundo o grupo social (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Tal como acontece a nível nacional, o Futebol, com 28%, é a modalidade mais praticada em Seia, seguindo-se a prática do caminhar com 19%. Este facto está associado ao facto de 44% do sexo masculino praticar Futebol, e 34% do sexo feminino praticar o Caminhar.

No que se refere à idade, os dois grupos mais novos são aqueles que mais contribuem para que o Futebol seja a modalidade mais praticada, enquanto os grupos mais velhos têm como prática maior o caminhar. Estas duas modalidades são também as mais praticadas por todos os grupos sociais.

No que concerne à procura não satisfeita, as modalidades mais indicadas pela população em estudo são o Caminhar com 59% e a Ginástica com 45%, sendo que o sexo feminino maioritariamente pretende iniciar a prática desportiva através da Ginástica e Caminhar, e o masculino através do Caminhar e do Futebol. A Natação e a Ginástica são as únicas modalidades referidas por todos os escalões etários, sendo o Caminhar a modalidade mais indicada pelos dois escalões mais velhos, enquanto a Ginástica é a mais pretendida pelo escalão dos 25 aos 39 anos, e a Natação é a modalidade que o escalão mais novo pretende iniciar. Em todos os grupos sociais se referencia as modalidades de Caminhar, Ginástica e Natação.

A Procura Potencial situa-se nos 24%. Destaca-se a Natação e a Ginástica, como modalidades mais pretendidas pelo sexo feminino enquanto o sexo masculino

demonstra uma pretensão maior para o Futebol e o Voleibol. Todos os escalões etários apontam a Natação, a Ginástica e o Futebol como modalidades a praticar. A Natação é a modalidade que ganha um maior consenso em todos os grupos sociais.

No que se refere às instalações, verificamos que 73% da população em estudo não as conhece, confirmando assim a nossa terceira hipótese que pressupunha que a maioria da população em estudo não seria conhecedora dos serviços e das infra-estruturas existentes. Este facto tem maior incidência no sexo feminino, o que contraria a nossa terceira hipótese, pois considerámos que não se registariam diferenças segundo o sexo, embora como considerámos, aumenta consoante a idade, e atinge os valores mais elevados no grupo social com menor nível de capital.

Em relação ao grau de satisfação perante as mesmas, que pretendia avaliar a adequabilidade das instalações às necessidades da população, tal como tínhamos previsto na nossa primeira hipótese, apesar das respostas abrangerem uma pequena parte da população, uma vez que a maioria afirmou desconhecer-las tal como acabámos de concluir, na sua maioria consideram-nas razoáveis ou boas (12% e 11% respectivamente).

Assim, os dados não nos permitem avaliar em bom rigor, a veracidade do pressuposto na nossa primeira hipótese, no que se refere à não adequabilidade das instalações face às necessidades da população. Ainda assim, podemos encontrar uma tendência, ainda que ténue, entre o perfil da população. Considerando apenas as opiniões que consideram as infra-estruturas boas, encontra-se uma menor satisfação por parte das mulheres e dos mais velhos, tal como tínhamos pressuposto na nossa primeira hipótese, embora, contrariamente ao que tínhamos considerado, a menor satisfação seja nos grupos sociais com níveis de capital menos elevado.

CAPITULO VI
ACESSIBILIDADES E PROMOÇÃO

VI. ACESSIBILIDADES E PROMOÇÃO

Neste capítulo irá ser discutida a segunda hipótese de investigação, que pressupunha que a maioria da população não se encontraria satisfeita com os serviços oferecidos e o custo da prática desportiva, assim como com a distância das infra-estruturas face aos seus locais de residência, principalmente os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo. Assim iremos analisar os serviços disponíveis no âmbito do apoio técnico, apoio administrativo, horário de funcionamento, modalidades praticadas e também as acessibilidades, tendo em conta preço, distância e meios de acesso. Em todos os casos a análise ponderou as variáveis idade, género e grupo social.

Analisaremos ainda a promoção das actividades de das instalações, tendo em vista continuar a analisar a terceira hipótese, que pressupunha que a maioria da população seria desconhecedora dos serviços e das infra-estruturas desportivas, em particular os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo.

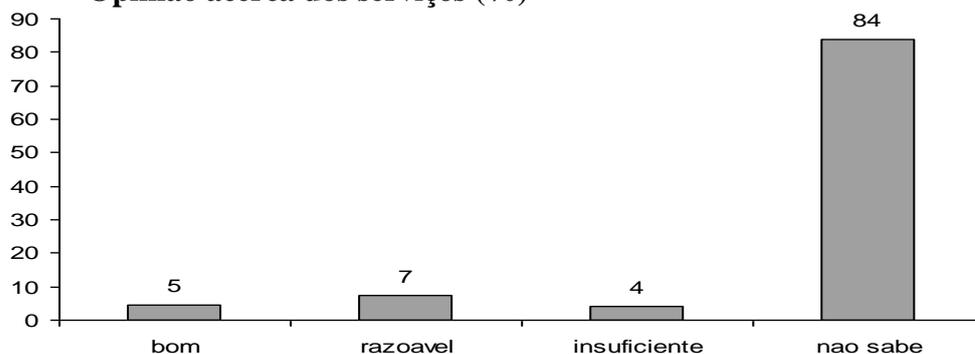
1. SERVIÇOS

No que se refere aos serviços, foram considerados, para este estudo, o Apoio Técnico, o Apoio Administrativo, o Horário de Funcionamento e as Modalidades Praticadas nas instalações desportivas municipais existentes.

Verificamos que 84% desconhece e/ou não emite opinião acerca dos serviços, 7% considera os serviços razoáveis, 5% considera-os bons e 4% considera-os insuficientes (v. Gráfico 30).

Gráfico 30

Opinião acerca dos serviços (%)



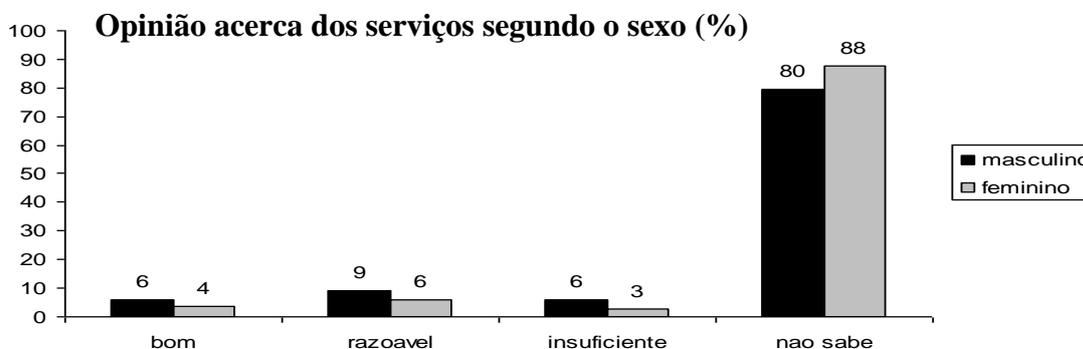
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

1.1. Serviços Segundo o Sexo e Idade

Como podemos verificar através da análise do gráfico 31, a maioria dos inquiridos de ambos os sexos não sabe avaliar os serviços, registando-se 80% no sexo masculino e 88% no sexo feminino de respostas que evidenciam desconhecimento.

Relativamente aos inquiridos que imitem opinião, a maioria considera, em ambos os sexos, que os serviços são razoáveis (9% do sexo masculino e 6% do sexo feminino). As restantes opiniões dividem-se entre o bom e o insuficiente com 6% para ambas as opiniões do sexo masculino e 4% e 3% respectivamente, para o sexo feminino (v. Gráfico 31).

Gráfico 31

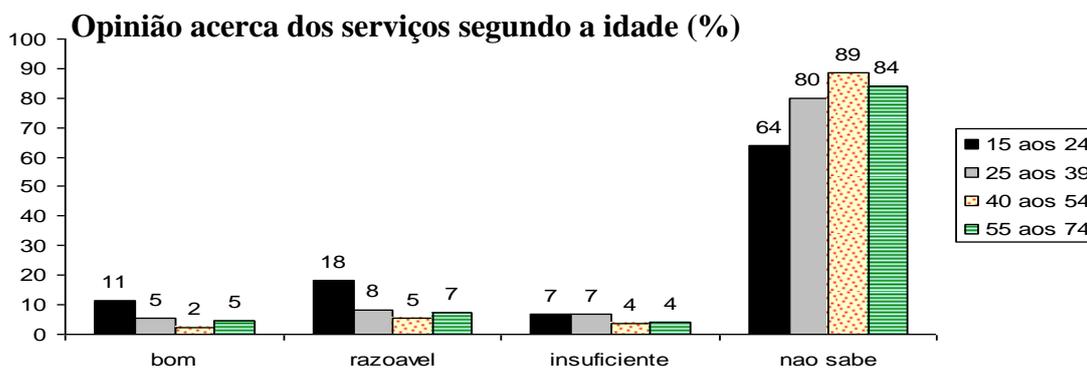


Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Quanto à opinião acerca dos serviços, segundo a idade, podemos verificar no gráfico 32, que a maioria dos inquiridos de todos os grupos etários não sabe avaliar os serviços, sendo o grupo 40/54 o que apresenta maior percentagem de desconhecimento e o grupo dos 15/24 aquele que menor desconhecimento apresenta.

Dos indivíduos que conhecem, a maior percentagem considera os serviços razoáveis, sendo o grupo 15/24 que apresenta uma percentagem mais elevada (v. Gráfico 32).

Gráfico 32



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

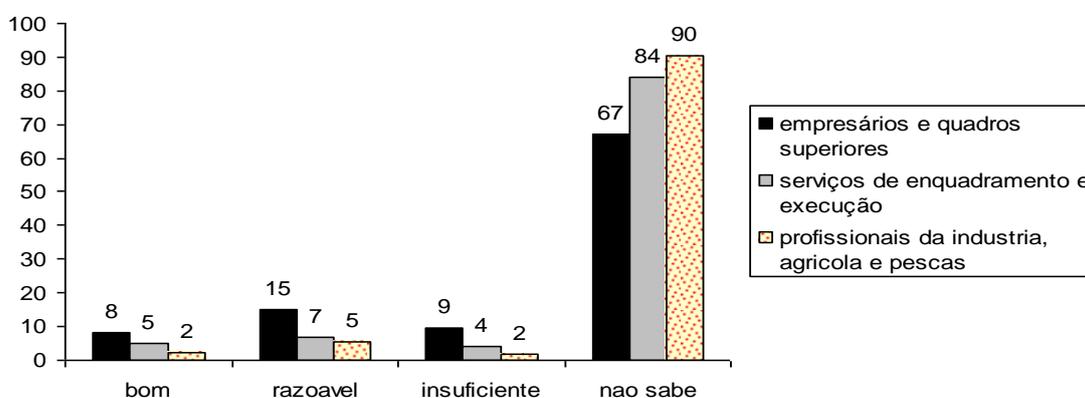
1.2. Serviços Segundo o Grupo Social

Em função da análise do gráfico 33, podemos observar que o grupo dos PIAP é o que revela um maior desconhecimento dos serviços, tal como tínhamos concluído no capítulo anterior relativo à satisfação com as infra-estruturas, com uma percentagem de 90%, seguindo-se o grupo dos SEE com 84% e os EQS com 67%.

Todos os grupos consideram maioritariamente como razoável os serviços, sendo os EQS os que têm uma percentagem maior, seguindo-se os SEE e os PIAP, respectivamente com 15%, 7% e 5% (v. Gráfico 33).

Gráfico 33

Opinião acerca dos serviços segundo o grupo social (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

2. ACESSIBILIDADES

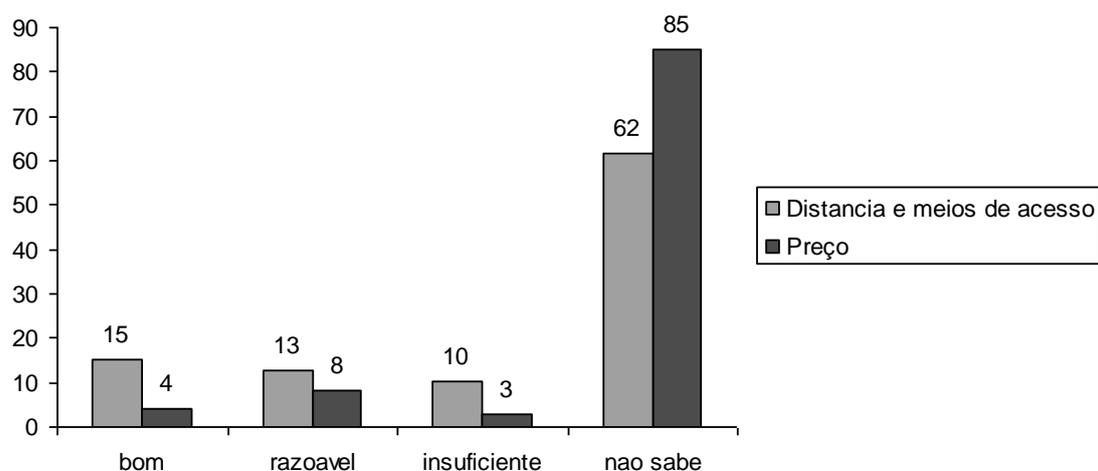
Considerando como acessibilidades o preço e a distância e meios de acesso, verificamos que 85% dos inquiridos não tem conhecimento do preço praticado e 62% não sabe qual a distância e meios de acesso.

Daqueles que têm conhecimento, 8% entende que o preço é razoável, 4% indica que é bom e 3% considera-o insuficiente (v. Gráfico 34).

No que se refere à distância e meios de acesso, a maioria indica que é bom, com 15%, seguindo-se razoável com 13% e insuficiente com 3% (v. Gráfico 34).

Gráfico 34

Opinião acerca dos preços e distancia e meios de acesso (%)



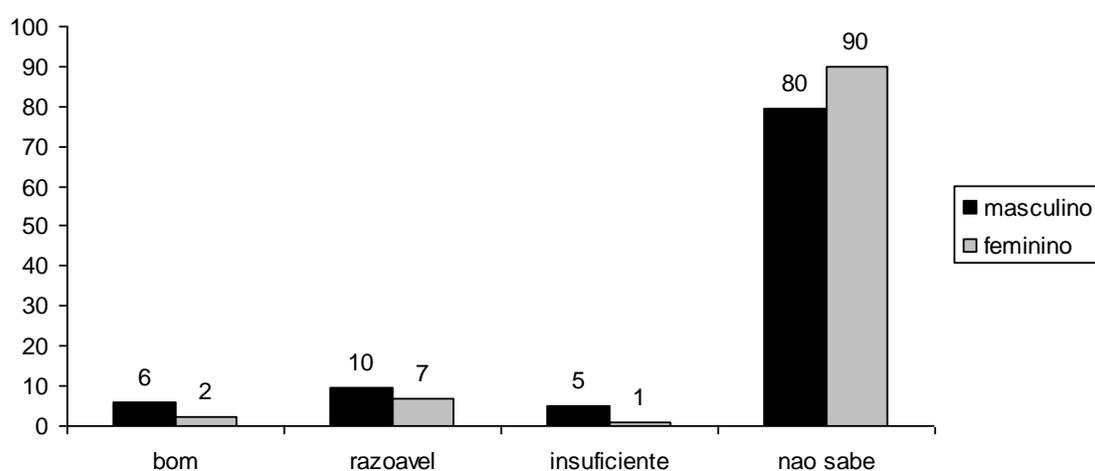
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

2.1. Preço e Distância e Meios de Acesso Segundo o Sexo

No que se refere ao preço, denota-se um desconhecimento maior por parte do sexo feminino, com 90% em relação ao sexo masculino com 80%. Os indivíduos de ambos os sexos indicam como razoável a maior percentagem de resposta, com 10% masculino e 7% feminino (v. Gráfico 35).

Gráfico 35

Opinião acerca dos preços segundo o sexo (%)



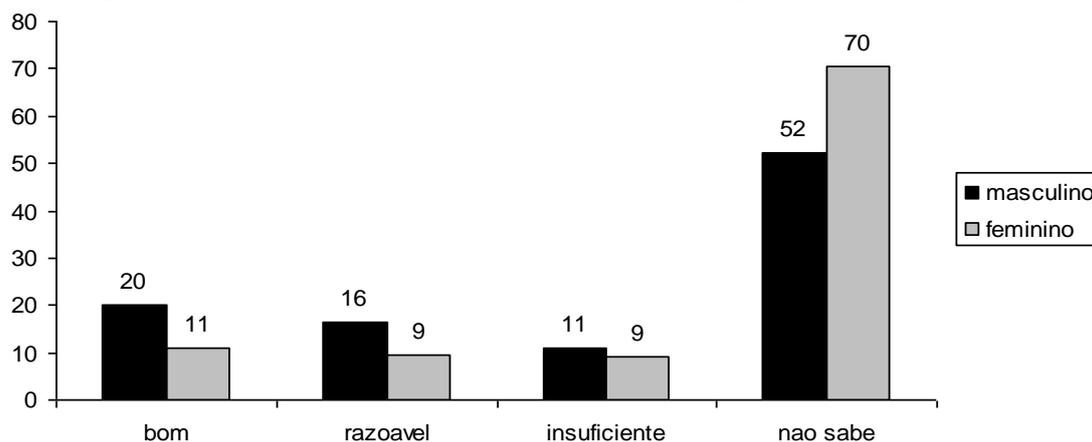
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Em relação à distância e meios de acesso, verificamos que o desconhecimento é maior no sexo feminino, com 70% e 52% no sexo masculino (v. Gráfico 36).

A população em estudo é da opinião que a distância e os meios de acesso são bons, representando 20% no sexo masculino e 11% no sexo feminino.

Gráfico 36

Opinião acerca da distância e meios de acesso segundo o sexo (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

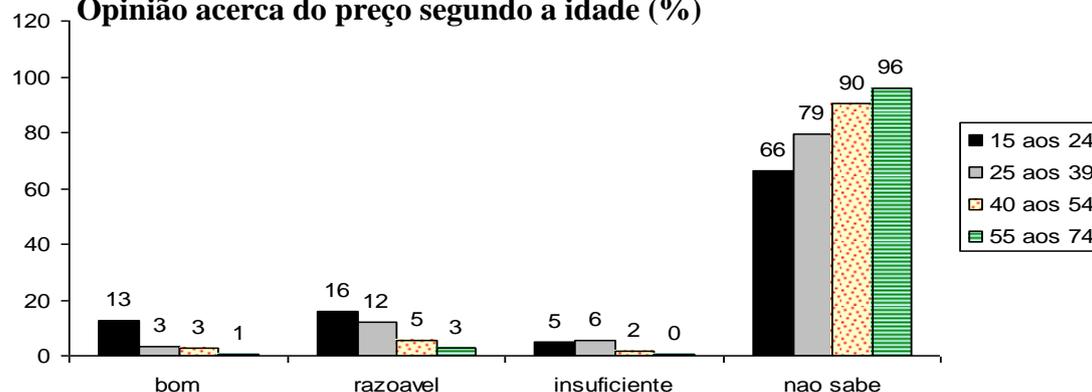
2.2. Preço e Distância e Meios de Acesso Segundo a Idade

O aumento do desconhecimento acerca do preço é proporcional ao aumento da idade, sendo maior no grupo etário dos 55/74 com 96% e menor no grupo etário dos 15/24 com 66% (v. Gráfico 37).

Em todos os grupos etários, os inquiridos que imitem opinião sobre os preços praticados, consideram razoável o preço, sendo que a percentagem desce consoante o aumento da idade (v. Gráfico 37).

Gráfico 37

Opinião acerca do preço segundo a idade (%)



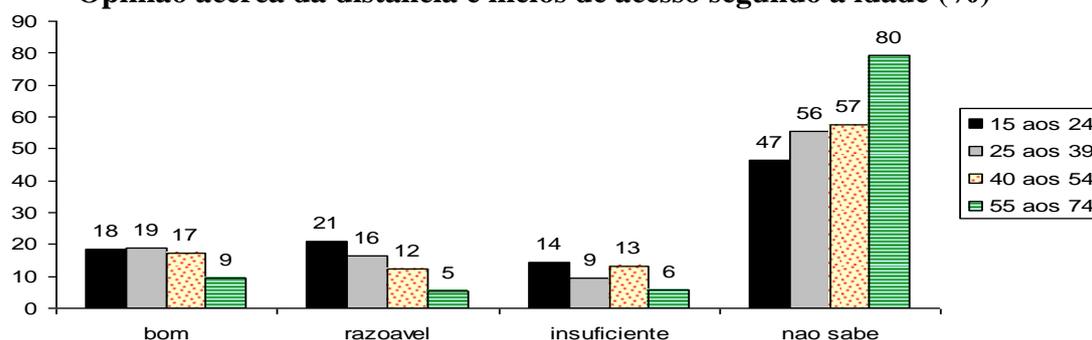
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

No que concerne à análise da distância e meios de acesso, o maior desconhecimento surge no grupo etário dos 55/74 anos com 80%, decrescendo consoante a idade. Verifica-se o menor desconhecimento no grupo etário dos 15/24 anos com 47% (v. Gráfico 38).

O grupo etário dos 15/24 considera, maioritariamente, razoável a distância e meios de acesso, com 21%, enquanto que os restantes grupos etários consideram, maioritariamente, bom (v. Gráfico 38).

Gráfico 38

Opinião acerca da distância e meios de acesso segundo a idade (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

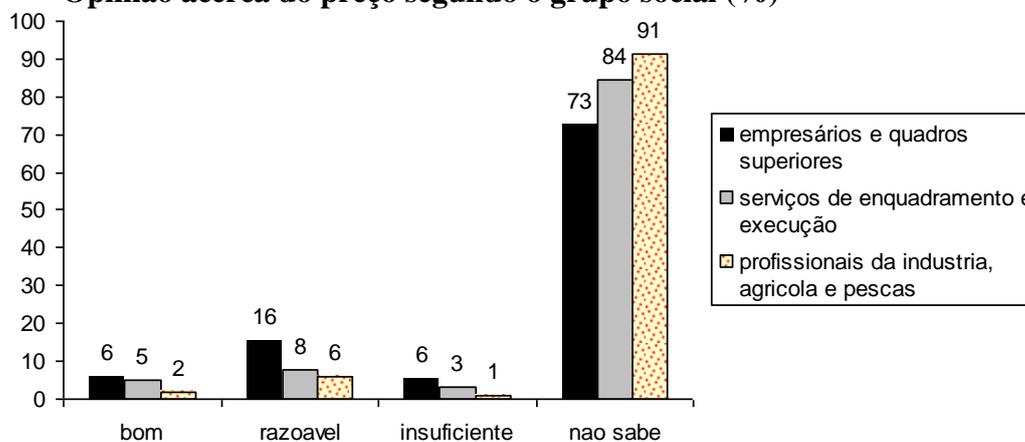
2.3. Preço e Distância e Meios de Acesso Segundo o Grupo Social

O desconhecimento acerca do preço aumenta consoante diminui o nível social, desta forma, verificamos um maior desconhecimento no grupo social dos PIAP, com 91%, seguindo-se os SEE e os EQS com 84% e 73%, respectivamente (v. Gráfico 39).

Todos os grupos sociais consideram, maioritariamente, razoável o preço.

Gráfico 39

Opinião acerca do preço segundo o grupo social (%)



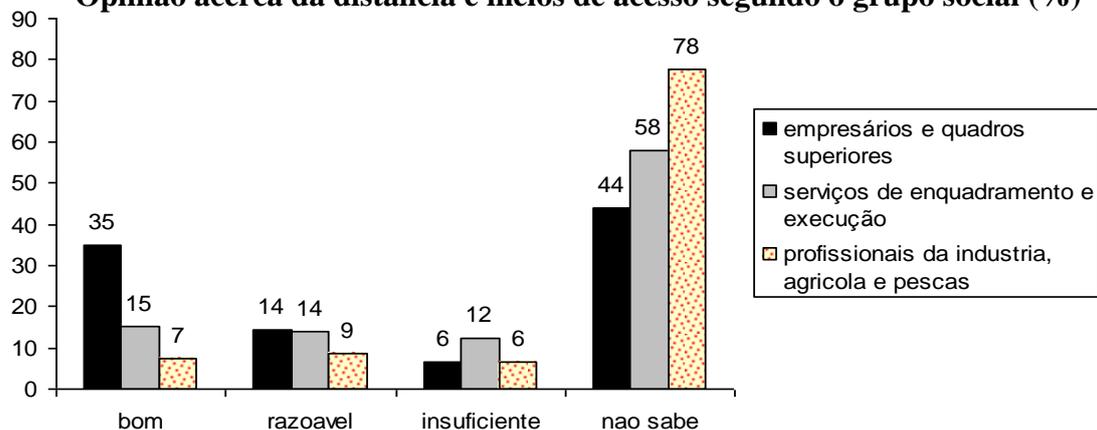
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

O conhecimento referente à distância e meios de acesso, aumenta em função da elevação do nível social.

Os grupos sociais dos EQS e SEE consideram bom, enquanto que o grupo social dos PIAP considera, na sua maioria, razoável (v. Gráfico 40).

Gráfico 40

Opinião acerca da distância e meios de acesso segundo o grupo social (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

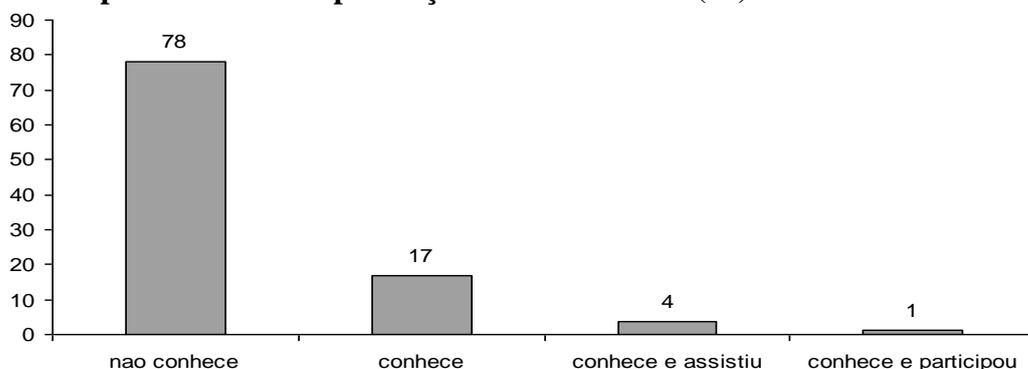
3. PROMOÇÃO

No que se refere à promoção, considerámos o conhecimento das actividades promovidas pelo município, bem como da promoção das instalações.

Em relação às actividades, verificamos que 78% dos inquiridos não tem conhecimento da existência das mesmas e 17% conhece mas nunca assistiu ou participou. Assistiram 4% e participaram 1% (v. Gráfico 41).

Gráfico 41

Opinião acerca da promoção das actividades (%)

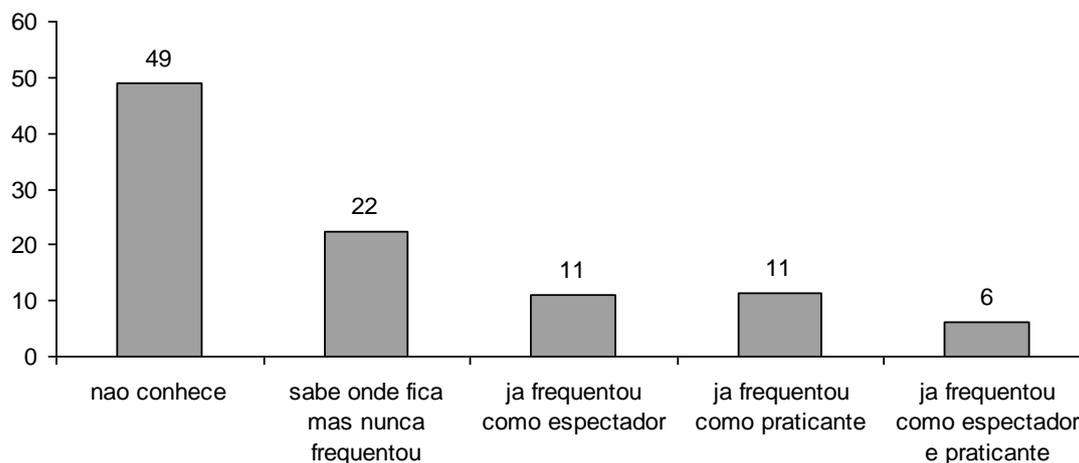


Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

No que se refere às instalações, verificamos que 49% não as conhecem e 22% sabem onde ficam mas nunca as frequentaram. Dos 28% que frequentaram as instalações, 11% fizeram-no como espectador, 11% como praticante e 6% como espectador e praticante (v. Gráfico 42).

Gráfico 42

Opinião acerca da promoção das instalações (%)



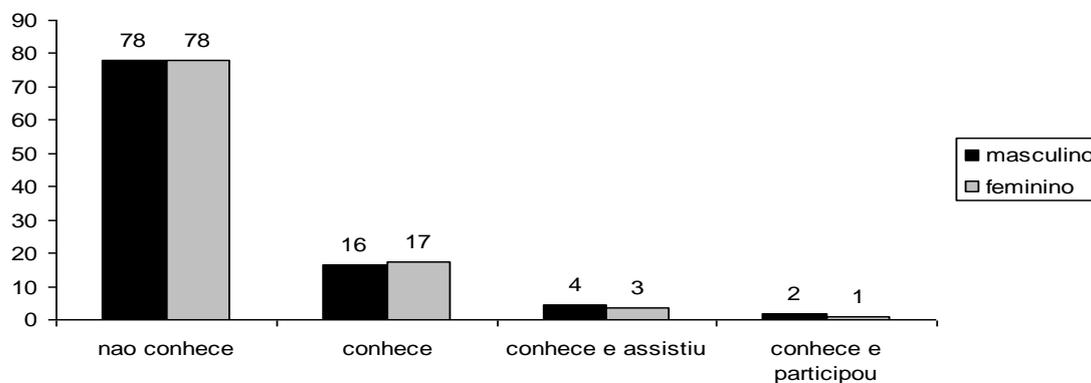
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

3.1. Promoção Segundo o Sexo

Analisando os dados do gráfico 43, verificamos que ambos os sexos têm a mesma percentagem de desconhecimento das actividades.

Gráfico 43

Opinião acerca da promoção das actividades (%)

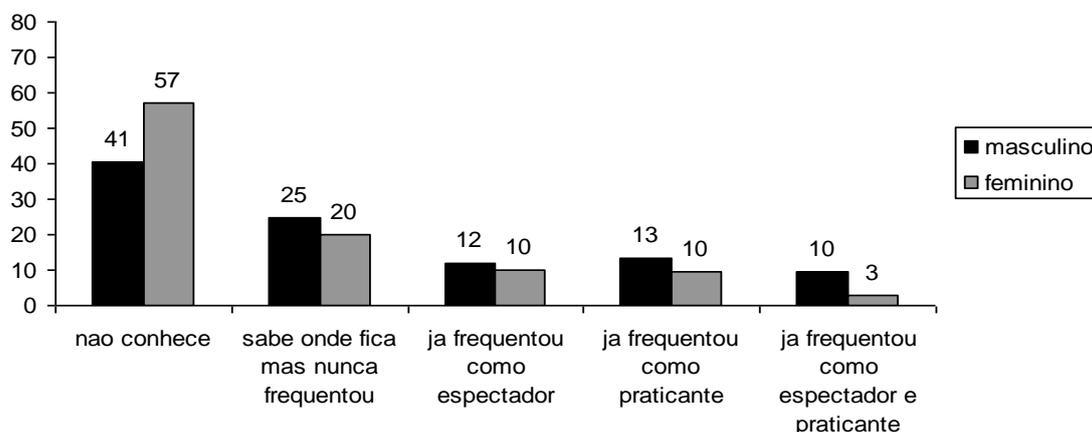


Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

No que se refere às instalações, os dados registados no gráfico 44 indicam um valor de desconhecimento superior nas mulheres.

Gráfico 44

Opinião acerca da promoção das instalações (%)



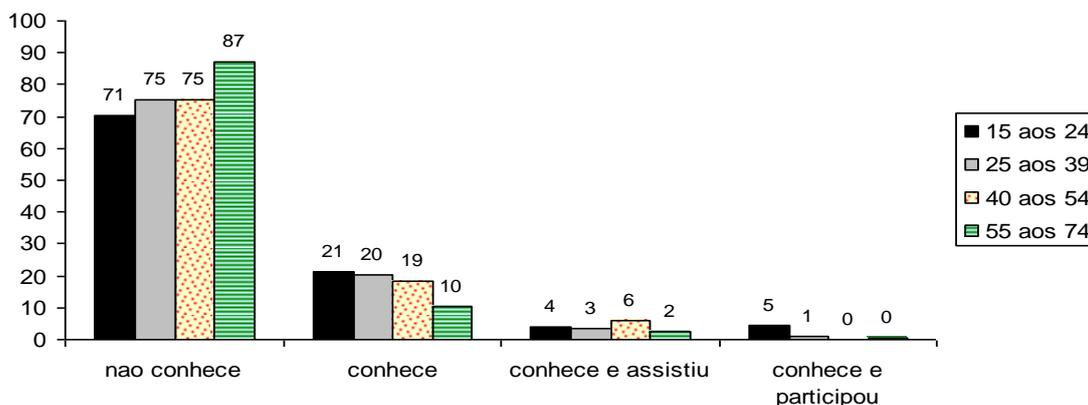
Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

3.2. Promoção Segundo o Escalão Etário

As actividades e as instalações são menos conhecidas pelo escalão etário dos 55/74, com 87% em termos das actividades e 67% no que se refere às instalações. Se acrescermos aos 87% que desconhecem as actividades 10% que são os que conhecem mas nunca assistiram nem participaram, obtemos o valor de 97% neste escalão etário. Nas instalações, aos 67% que as desconhecem podemos somar os 18% que sabem onde ficam mas nunca as frequentaram, obtendo um valor de 85% (v. Gráficos 45 e 46).

Gráfico 45

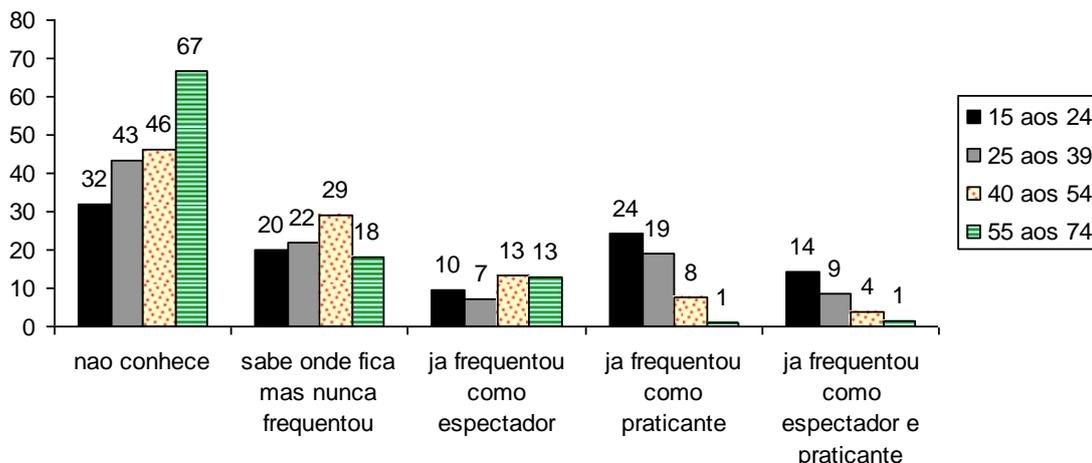
Opinião acerca da promoção das actividades (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Gráfico 46

Opinião acerca da promoção das instalações (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

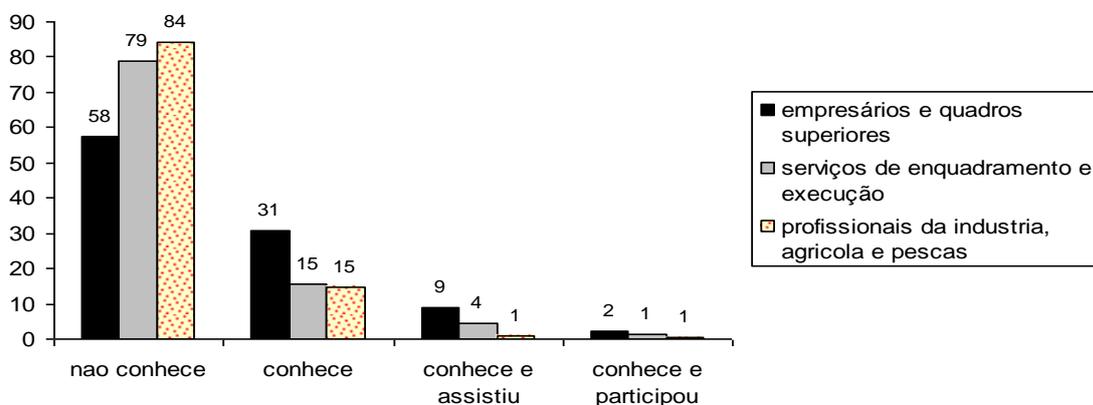
3.3. Promoção Segundo o Grupo Social

A análise dos dados registados no gráfico 47, mostra que o grupo social dos PIAP é o que revela um maior desconhecimento acerca das actividades, com uma percentagem de 84%, seguindo-se o grupo dos SEE com 79% e o grupo dos EQS com 58%.

No que se refere às instalações o resultado é o mesmo, variando a percentagem com 62%, 47% e 28% respectivamente (v. Gráfico 48).

Gráfico 47

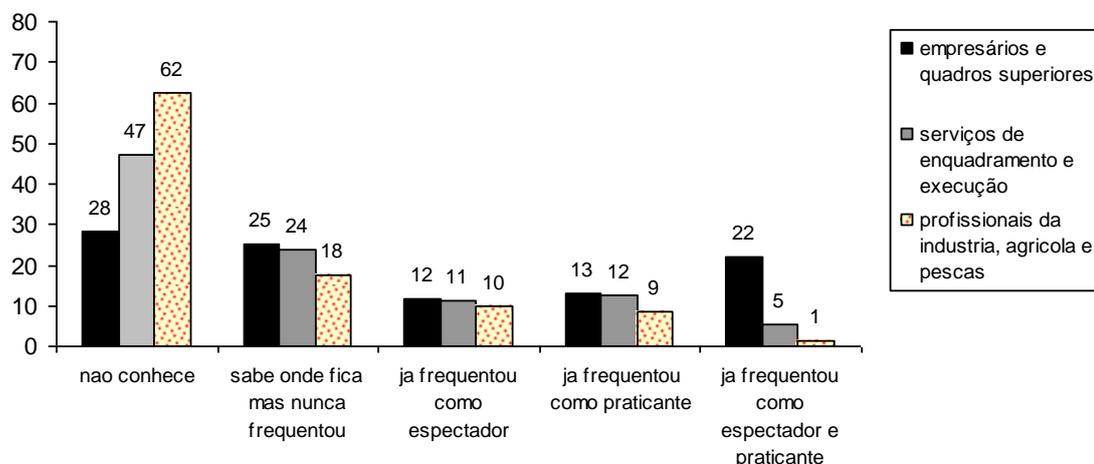
Opinião acerca da promoção das actividades (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

Gráfico 48

Opinião acerca da promoção das instalações (%)



Fonte: Inquérito aos Hábitos Desportivos da População do Concelho de Seia

4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste capítulo, tivemos como objectivo analisar e discutir a nossa segunda hipótese, que, como referimos no início, pressupunha que a maioria da população não se encontraria satisfeita com os serviços oferecidos e o custo da prática desportiva, assim como com a distância das infra-estruturas face aos seus locais de residência, principalmente os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo.

Os dados do nosso estudo revelam uma taxa de desconhecimento dos serviços de 84%, o que em bom rigor, não nos permitiu avaliar a veracidade ou não da segunda hipótese em discussão neste capítulo. No entanto, concluímos que este desconhecimento é maior no sexo feminino, no maior escalão etário e no grupo social mais baixo. Dos inquiridos que revelam conhecimento dos serviços, na sua maioria consideram-nos razoáveis. Esta maioria verifica-se tanto no sexo feminino como masculino, indo assim ao encontro da nossa hipótese, embora contrariando-a no que diz respeito à idade e aos grupos sociais, na medida em que não se encontram diferenças assinaláveis.

As acessibilidades, em termos de preço, são desconhecidos pela maioria dos inquiridos. Os que conhecem consideram razoável, em ambos os sexos, escalões etários e grupos sociais, tal como no caso anterior. Em termos de distância, a maioria não sabe avaliar, os restantes inquiridos consideram boa, nomeadamente os grupos sociais mais

elevados, existindo unanimidade entre sexos. No entanto, o escalão etário mais baixo considera a distância razoável, tal como o grupo social PIAP, tal como pressupunha a nossa hipótese.

Como referimos inicialmente, continuámos a analisar a terceira hipótese, que pressupunha que a maioria da população seria desconhecedora dos serviços e das infra-estruturas desportivas, sendo que neste capítulo a nossa análise recaiu sobre a promoção das actividades do Município e das instalações. Considerámos nesta terceira hipótese, que este desconhecimento se faria mais sentir nos mais velhos e nos inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo.

No que se refere às actividades, verificamos que 78% não as conhece e apenas 1% participou em alguma das actividades dinamizadas pelo Município, confirmando-se assim a nossa hipótese relativamente à promoção, tal como já tínhamos igualmente verificado para os serviços das infra-estruturas desportivas no capítulo anterior. O desconhecimento das actividades é igual em ambos os sexos, sendo maior no escalão etário mais elevado e no grupo social com menor nível de capital, tal como pressupunha a nossa hipótese. No que refere à promoção das instalações, 49% dos inquiridos não conhece, sendo esse desconhecimento maior no sexo feminino, contrariando a nossa hipótese, embora confirmando segundo a idade dado apresentar valores mais elevados no escalão etário mais velho e no grupo social com menor nível de capital.

CONCLUSÃO

Com o presente estudo pretendemos saber de que modo a oferta desportiva no Concelho de Seia se enquadra nas necessidades da população residente. O propósito deste estudo foi conhecer melhor, no Concelho onde resido e exerço a minha actividade profissional, as formas de estruturação do mercado de ofertas de serviços desportivos, bem como determinar a procura, os consumos e a prática desportiva dos cidadãos.

Neste contexto, na minha actividade profissional no âmbito da organização do desporto em ambiente autárquico, pretendo sensibilizar as entidades responsáveis, para a elaboração de estratégias de angariação de praticantes, nomeadamente das classes sociais mais desfavorecidas, pois são quase sempre os indivíduos inseridos em grupos sociais com maiores níveis de capital económico, cultural e social os que encontram maiores facilidades para a prática desportiva. Deste modo, tivemos como objectivo maior da presente investigação, torná-la num contributo para melhorar a situação actual da oferta desportiva no Concelho de Seia, através da criação de indicadores das necessidades desportivas da população residente.

Com base no contributo dos autores que se debruçaram sobre esta matéria, referidos no Enquadramento Teórico (Capítulo I), definimos como objecto de estudo, que a procura desportiva será tanto mais satisfeita pela oferta, se esta for diversificada quanto às modalidades e às infra-estruturas, bem como às acessibilidades criadas, de modo a atender às apetências e à satisfação dos diferentes sectores da população, e ainda, que se verifique uma boa promoção dos serviços oferecidos. Orientou-nos o interesse em conhecer em que medida a procura desportiva da população residente no Concelho de Seia é satisfeita pela oferta, nomeadamente ao nível das modalidades, infra-estruturas e serviços oferecidos.

Para a investigação do objecto de estudo, colocámos como primeira hipótese que as modalidades e infra-estruturas oferecidas pelos serviços desportivos não se adequariam à procura, nomeadamente à das mulheres, à dos mais velhos e à dos grupos sociais com níveis de capital mais elevado. Considerámos também como segunda hipótese de investigação, que a maioria da população não se encontraria satisfeita com os serviços oferecidos e o custo da prática, assim como com a distância das infra-estruturas face aos seus locais de residência, principalmente nos mais velhos e grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo.

Finalmente, ainda que reconhecendo o esforço da Autarquia no que concerne à construção de equipamentos e funcionamento dos serviços desportivos, pareceu-nos no entanto, que a maioria da população em estudo, não seria conhecedora dos serviços e das infra-estruturas desportivas existentes, em especial os mais velhos e os grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo, constituindo este o pressuposto da nossa terceira hipótese de investigação.

Definimos então na metodologia (Capítulo II), um modelo de análise desagregado que nos permitiu operacionalizar as hipóteses de modo a avaliar da sua veracidade, servindo-nos de base para a construção do instrumento de recolha de informação e posterior tratamento. Como universo de análise para efectuar o estudo, escolhemos os municípios do Concelho de Seia. Neste Concelho aplicámos o inquérito sociográfico a uma amostra representativa de 300 indivíduos, pertencentes aos cinco grupos de freguesias, de forma a obtermos dados de todas as regiões do Concelho de Seia. A Amostra foi estratificada de forma proporcional pelo sexo, idade e agrupamento de freguesias. Todo o tratamento de informação foi realizado em *SPSS* versão 14.0 para *Windows*.

Realizámos uma caracterização genérica do Concelho de Seia (Capítulo III), de modo a dar-mos a conhecer o nosso universo de estudo, destacando para o efeito informação sobre a localização e historial da cidade de Seia, os aspectos demográficos, económicos e culturais, bem como as instalações e actividades desportivas municipais existentes.

Os dados obtidos, apresentados e discutidos no Capítulo IV, permitem-nos concluir que, a participação desportiva no Concelho de Seia é elevada (40% face a 23% revelado pelo último estudo nacional, e 22% revelado pelo Eurobarómetro de 2004, por outro lado, a Procura não satisfeita é também bastante elevada (25% face a 4% revelado pelo último estudo nacional), representando assim a procura desportiva 65%.

A grande diferença registada na participação, face aos valores nacionais, deve-se em grande parte à elevada percentagem de municípios que referiu praticar Caminhada (19%), bem como o facto da participação organizada ser baixa.

Denota-se que há um grande leque de pessoas a querer praticar actividades físicas no Concelho de Seia, sugerindo assim, uma desadequação da oferta face às disposições de procura da participação, sendo os valores mais elevados no sexo feminino, tal como pressupunha a nossa primeira hipótese. Compreende-se, desta forma, os elevados valores da procura. Dado importante e revelador de uma

desadequação relacionada com a coerência na oferta do Concelho de Seia, assim como o indicador desportivo da Participação Organizada que se encontra baixo do último valor nacional referente a 1998 (Marivoet, 2001).

Os dados obtidos revelam uma certa insatisfação face à oferta no Concelho, sendo que esta se torna mais expressiva ao analisarmos os Factores de Expansão induzidos pela Procura não satisfeita. De facto, a Participação desportiva no Concelho registaria um significativo aumento se se efectivassem as intenções de prática, sendo as mulheres e os indivíduos pertencentes aos grupos menos favorecidos que teriam um aumento mais expressivo.

Também, os elevados valores de Procura Potencial, bem como da sua Diferenciação, traduzem o que temos vindo a constatar. A procura dos residentes não é em grande parte satisfeita pelas actividades oferecidas pelo município. Este facto pode revelar que, eventualmente, a política desportiva do Concelho não esteja orientada para a satisfação das disposições da procura, existindo por isso uma desadequação da oferta.

Podemos então concluir relativamente à primeira hipótese, que quanto às modalidades oferecidas, estas não se adequam à procura, nomeadamente à das mulheres e dos mais velhos, adequando-se, no entanto, contrariamente ao pressuposto, à procura dos munícipes inseridos nos grupos sociais com níveis de capital mais elevado.

A análise dos dados aponta para um elevado grau de desconhecimento perante as infra-estruturas existentes, vindo assim confirmar a nossa terceira hipótese, embora não nos permitindo em bom rigor, avaliar da veracidade de parte da primeira hipótese no que se refere à adequabilidade das instalações desportivas. Em relação às pessoas que conhecem, regista-se um nível de satisfação razoável perante as instalações, sendo que atendendo às respostas que as consideram boas, se encontra uma maior insatisfação por parte das mulheres e dos mais velhos, tal como tínhamos considerado na nossa primeira hipótese, embora, contrariamente ao pressuposto, a menor satisfação tenha sido manifestada pelos grupos sociais com níveis de capital menos elevado.

Para a compreensão da satisfação com a oferta desportiva existente no município analisámos os serviços disponíveis no âmbito do apoio técnico, apoio administrativo e também as acessibilidades, tendo em consideração o preço, a distância e os meios de acesso de modo a testarmos a segunda hipótese. Desta análise sobressai o elevado número de desconhecimento dos serviços (84%), o que inviabiliza em bom rigor, a avaliação da veracidade da nossa segunda hipótese que apontava para a não satisfação. No entanto, a pequena minoria conhecedora dos serviços, considera-os unanimemente

razoáveis, independentemente do sexo, idade e grupo social. A esta análise, acrescenta-se o facto dos inquiridos considerarem o preço razoável, bem como a distância ser considerada boa, para facilmente se depreender relativamente à nossa segunda hipótese que a maioria da população que conhece está satisfeita com os serviços oferecidos, custo da prática e distância das infra-estruturas desportivas, independentemente do sexo, idade ou grupo social.

Convém referir ainda, que em relação ao conhecimento dos serviços e infra-estruturas, para além dos 84% de indivíduos que referem desconhecer os serviços desportivos existentes, há também um elevado número de inquiridos que afirma desconhecer as actividades (78%), bem como a promoção das instalações desportivas (49%).

Este desconhecimento das actividades tem exactamente o mesmo valor para ambos os sexos e, valores aproximados em relação às instalações. Estes dados, consubstanciados pelo facto do desconhecimento dos serviços e infra-estruturas ser maior nos mais velhos e grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo, confirmam a nossa terceira hipótese de que a maioria da população não conhece os serviços e infra-estruturas desportivas existentes, especialmente os mais velhos e os inseridos em grupos sociais com menor nível de capital, independentemente do sexo.

Apesar destas constatações feitas, a Participação desportiva é elevada, facto que nos surpreendeu pela positiva. Verificámos também que, os indivíduos com hábitos desportivos mais vinculados no Concelho em estudo são do sexo masculino, jovens e pertencentes a grupos sociais com maiores níveis de capital cultural e económico, tendência que tem vindo a ser registada em estudos similares (Marivoet, 1991, 2001, 2002; Sugden & Tomlinson, 2000; Pinto, 2002; Wilson, 2002).

Resumindo, podemos afirmar que a Participação desportiva no Concelho de Seia é elevada, manifestando-se maioritariamente de forma não organizada e regular, onde o sexo feminino, embora minoritário, se destaca em relação ao nível Nacional (34%, face aos 14% Nacional). A Procura não satisfeita é, também, elevada, evidenciando-se o sexo feminino.

É nos grupos etários mais novos que se denota uma maior prática desportiva, tal como tem vindo a ser a tendência dos estudos sobre a participação desportiva, situando-se os respectivos índices acima da média de Participação do Concelho (40%), enquanto que, a partir dos 40 anos, a Participação fica abaixo dessa média. Deste modo,

verificámos que o aumento da idade provoca uma diminuição da Participação e da Procura desportiva.

No que concerne aos grupos sociais, constatámos que os Empresários e Quadros Superiores (EQS) têm a Participação desportiva mais elevada, seguindo-se os Serviços de Enquadramento e Execução (SEE), ainda com valores acima da média obtida no Concelho em estudo. Por fim, surge o grupo dos Profissionais da Indústria, Agrícola e Pescas (PIAP) com valores próximos da média Nacional, bem abaixo dos valores encontrados para o Concelho de Seia. Esta tendência mantém-se ao nível da Procura e confirma a tendência registada nos estudos da participação desportiva segundo os recursos dos grupos sociais.

Apraz-nos referir ainda, que em termos de modalidades praticadas, o Futebol, tal como na Região Centro e a nível Nacional, se destaca como a mais praticada, surgindo em seguida o Caminhar, actividade que tem influencia directa no bom desempenho obtido na Participação desportiva do Concelho de Seia. Estas duas actividades, e por esta mesma ordem de preferência, são referenciadas por todos os grupos sociais, verificando-se uma inversão da sua predominância relativamente ao sexo feminino.

No que às intenções de prática diz respeito, estas são lideradas pelo Caminhar, podendo indicar um dos caminhos da oferta para uma melhor adequação relativamente á satisfação da procura desportiva dos residentes no Concelho. Referencia ainda, para a Ginástica e Natação, que são as únicas actividades que conferem intenção de prática de todos os escalões etários analisados, acrescentando-se o Caminhar na análise dos grupos sociais.

A política de promoção desportiva no Concelho de Seia pode, eventualmente, estar pouco desenvolvida, pois de acordo com os dados obtidos, existe um grande desconhecimento acerca da promoção das instalações e das actividades desportivas do Município, confirmando a nossa terceira hipótese.

Face aos resultados obtidos no presente estudo, podemos concluir que a procura desportiva será tanto mais satisfeita pela oferta, se esta tiver por base as intenções de prática e a procura potencial dos diferentes sectores da população, bem como uma eficaz estratégia de divulgação e promoção das infra-estruturas e serviços oferecidos. No caso do Concelho de Seia, conforme concluimos, encontra-se uma desadequação das modalidades oferecidas, em particular nas mulheres, nos mais velhos e nos grupos de nível de capital menos elevado, adequando-se, no entanto, à procura dos grupos sociais com níveis de capital mais elevado. A maioria da população é desconhecadora dos

serviços e das infra-estruturas desportivas, assim como das actividades promovidas pelo Município, sendo que os conhecedores consideram-nas predominantemente razoáveis, sugerindo a existência de uma desadequação e alguma insatisfação com a oferta existente, em particular manifestada pelas mulheres, os mais velhos, e os grupos sociais com níveis de capital menos elevado. Já relativamente ao custo da prática e a distância das infra-estruturas desportivas, a minoria conhecedora dos serviços desportivos existentes manifesta-se satisfeita, independentemente do sexo, idade ou grupo social.

RECOMENDAÇÕES

Através da realização deste estudo, deparámo-nos com situações que poderão ser melhoradas em estudos posteriores acerca da mesma problemática. Poder-se-ia alargar o nosso Universo de estudo, nomeadamente a todo o distrito da Guarda, onde se insere o Concelho de Seia, para verificar se os resultados serão idênticos aos obtidos neste estudo.

A apresentação dos resultados obtidos aos responsáveis autárquicos pelo desporto, bem como aos presidentes de Junta de Freguesia e Associações desportivas existentes no Concelho, em sessões abertas à população, a realizar em cada uma das 29 freguesias existentes no Concelho de Seia, poderia ser uma mais-valia para se encontrarem soluções que por vezes ultrapassam o próprio conhecimento das entidades que actuam sobre as actividades desportivas no Concelho. A solução dos problemas é por diversas vezes encontrada no seio dos que as vivenciam, e oscultar opiniões da população será sempre uma preciosa ajuda na concertação de estratégias, que visem otimizar e rentabilizar as potencialidades desportivas do Concelho.

Das conclusões deste estudo, sobressai, não só a necessidade de melhorar a adequação da oferta com a procura desportiva, como a necessidade de melhorar a promoção, nomeadamente o marketing acompanhado da publicitação das actividades promovidas assim das infra-estruturas desportivas. Não bastará assim, divulgar ou publicitar, pois haverá que criar estratégias que levem os munícipes às instalações desportivas e às actividades promovidas, isto é, que se desenvolva o marketing desportivo.

Não sendo possível separar as mudanças sociais da mudança do desporto, será pertinente a existência de futuros estudos que contribuam para o acompanhamento e percepção dessas mudanças. Neste âmbito, consideramos que este poderá ser uma alavanca para a tomada de decisão dos responsáveis pela política desportiva do Concelho. No entanto, temos consciência de que este estudo será apenas um ponto de partida, sendo necessária a elaboração de outros, nomeadamente ao nível das infra-estruturas e do associativismo existente, para que se possam desenvolver acções concertadas e políticas desportivas assertivas e consentâneas, que visem a satisfação da procura desportiva no Concelho de Seia.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, L.S., Freire, T. (2003) *Metodologia da investigação em psicologia e educação*, 3ª edição, Braga: Psiquilibrios.
- Alturas, A. (2000) *Projectos desenvolvidos pelas autarquias*, Revista Desporto, Ano 3 n.º 2, Lisboa: CEFD.
- Alves, C. e Oliveira, V. (2001) *Centros mulheres em movimento: uma concepção de tempo livre*, Revista Ex aequo, n.º4: 133 - 142.
- Andrade, P. (2001) *A Federação Portuguesa de Ténis e o desenvolvimento do ténis em Portugal*, Conferencia internacional sobre economia do desporto, Actas, CISEP/ISEG.
- André, P. (1998) *O município e o desporto: Contributo para a definição de estratégias de segmentação da oferta desportiva*, Tese de Mestrado, UTL/FMH, Lisboa.
- Araújo, J. (1984) *Clubes desportivos, sua importância, funções e organização*, Revista Horizonte, Vol. I, n.º 2: 40-50.
- Armstrong, N. (1998) *O papel da escola na promoção de estilos de vida activos. A educação para a saúde: o papel da educação física na promoção de estilos de vida saudáveis*, Colecção Ciências do Desporto, n.º 1: 3-17, SPEF.
- Banha, R. (1994) *O associativismo em Loures*, Cadernos Estudos Locais n.º 2, Loures: CML.
- Bento, J. (1985) *Desporto na escola e no clube, possibilidades de uma cooperação*, Revista Horizonte, Vol. II. Nº 7:3-6.
- Bento, J. (1990) *Socialização e Desporto*, Revista Horizonte, Vol. VII, nº 37: 28-33.
- Bento, J. (1991) *Desporto, Saúde; Vida. Em defesa do desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bento, J. (1998) *Desporto e Humanismo: o campo possível*, Rio de Janeiro: Editora UREJ.
- Bento, J. et al. (2003) *Do prazo de validade no sistema desportivo Português*, in Comunicações apresentadas na conferência Sistema Desportivo Português: que modelo??. Algés: Confederação do Desporto de Portugal (pp. 15-32)
- Bisquerra, R. (1998) *Metodos Investigacion Educativa: Guia Practica*. CEAC.
- Blanco, E.L. (2000) *Como apresentar relatórios*, Lisboa: Editorial Estampa.

- Brito, M. (1997) *O desporto escolar: evolução, questões actuais e perspectivas de desenvolvimento*, II Congresso de Gestão do Desporto: O Desporto em Portugal, opções e estratégias de desenvolvimento, APOGESD, Lisboa.
- Callede, J. (1987) *L'esprit sportive – Essai sur developpement associatif de l aculture sportive*, Publications de la M.S.H.A.
- Callede, J. (1991) *O desporto para todos: prática colectiva de interesse social*, Edição CM Oeiras.
- Candeias, J. et al. (2004) *Prática desportiva – Instrumento de educação. Pressupostos que tornam a prática desportiva educativa – Uma opinião*, in Educação para o desporto, realidade ou utopia, Lisboa: IDP. (pp. 43-52).
- Capucha, L. (1990) *Associativismo e modos de vida*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 8
- Capucha, L. (1996) *Turismo e desenvolvimento em zonas rurais*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 21, Lisboa: CIES.
- Carvalho, A. M. (1994) *O desporto e as autarquias locais: uma nova via para o desenvolvimento desportiva nacional*. Col. Campo do desporto, Porto: Campo de letras.
- CEFD (2000), *Conclusões da Presidência do conselho da Europa de Nice*, in Revista Desporto, nº 6: 29-31.
- Ceia, C. (1997) *Normas para apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa: Editorial Presença.
- Constantino, J. (1990) *As politicas de desenvolvimento desportivo nas autarquias*, Revista Horizonte, Vol. VI, nº 40: Dossier I-XI.
- Constantino, J. (1991) *As responsabilidades dos municípios face às necessidades de prática desportiva das crianças e jovens em idade escolar*, Colecção Ciências do Desporto, nº 2/3: 31-40, SPEF.
- Constantino, J. (1992) *Desporto português: soluções adiada*, Lisboa: Livros horizonte.
- Constantino, J. (1993) *Os valores e os factos*, Revista Horizonte, Vol. X, nº 58: 157-158.
- Constantino, J. (1994a) *A criança e o jogo: papel dos municípios*, Revista Horizonte, Vol. 11, nº 63: 115-118.
- Constantino, J. (1994b) *A Educação Física, o Desporto e o Desenvolvimento Regional*,
- Constantino, J. (1994c) *Desporto e Municípios*, Colecção Cultura Física, Lisboa: Livros Horizonte.

- Constantino, J. (1997) *A sinergia público, associativismo e privado como resposta à problemática do desenvolvimento local*, in Comunicações do II Congresso da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, Lisboa: APOGESD.
- Constantino, J. (1998) *A actividade física e a promoção da saúde das populações. A educação para a saúde: o papel da educação física na promoção de estilos de vida saudáveis*. Coleção Ciências do Desporto, nº 1: 19-38, SPEF.
- Constantino, J. (1999) *Desporto, política e autarquias*, Lisboa: Livros horizonte.
- Constantino, J. (2000) *As políticas desportivas face ao desporto contemporâneo, desporto e autarquia*, Óbidos: Câmara Municipal de Óbidos.
- Constantino, J. e Pereira, J. (2001) *As autarquias e a prática profissional do desporto. Actas da conferência: economia e desporto*. Lisboa: Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do ISEG.
- Constantino, J. (2006) *Desporto, geometria de equívocos*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Correia, A. (2000) *Estratégias das Federações Desportivas*, CEFD, Lisboa.
- Costa, M. (2000) *Prática desportiva, desenvolvimento e autarquias. Que caminho seguir?* Desporto e autarquia, CM de Óbidos, Óbidos.
- Crespo, J. (1978) *Para uma sociologia da cultura, o associativismo desportivo em Portugal*, Revista Ludens, vol. 2, nº 4: 3-13.
- Crespo, J. (1991) *Perspectivas de espaços para a prática de desporto para todos*, Actas do Congresso Europeu do Desporto para Todos, CM Oeiras, Oeiras.
- Cruz, A. (1997) *Contributo sociológico para uma teoria científica da animação cultural*, in Anais, série Sociologia, Vol. I, Lisboa: UAL.
- Cunha, L. (1997) *As políticas de desenvolvimento desportivo: o espaço, o desporto e o desenvolvimento*, FMH/UTL, Lisboa.
- Cunha, L. (2003) *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.
- Dahl, R. (1971) *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Ed. USB.
- Dias, I. (2000) *As autarquias e o desporto do séc. XXI*, Revista Horizonte, vol. 16, nº 94: 16 – 19.
- Dias, I. (2002) *Desporto e autarquias no século XXI*, Revista Desporto, ano 5 nº 2, Lisboa: CEFD.
- Druker, P. (1994) *As organizações sem fins lucrativos*, Lisboa: Difusão.
- Dubois, B. (1993) *Compreender o consumidor*, Publicações D. Quixote, Lisboa.

- Dumazedier, J. (1975) *Lazer – Problema social*. Colecção Cultura e Desporto. N.º 21. Lisboa: D.G. Desportos.
- Dumazedier, J. (1978) *Temps librés et crise du travail* in Conclusões do III Congresso Mundial “Sociétés Contemporaines Face aux Temps Librés”,
- Dunning et al (1993) *The sports process*, Editora: Human Kinetics Publishers
- Elias, N. e Dunning, E. (1992) *A busca da excitação*, Lisboa: DIFEL
- Estanque, E. (1994) *Trabalho, Lazer e Classes sociais*, in Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento local, Actas do encontro de Vila do Conde, A.P.S., Lisboa.
- Estanque, E. (1995) *O Lazer e a cultura popular*, Revista critica de ciências sociais, n.º 43, Coimbra: CES.
- Feio, N. (1985) *Portugal Desporto e Sociedade*, Lisboa.
- Fernandes, E. (2002). *Aprendizagem Humana e suas Dificuldades*. Porto: Edipanta.
- Fernando, T. (2005) *A noção de tempo em activação do desenvolvimento*, Tese de Mestrado, Aveiro, UA.
- Ferrando, M. (1990) Aspectos sociais del deporte: una reflexion sociológica, Alianza Deporte, Madrid.
- Garcia, R. (1999) *Da desportização à somatização da sociedade*, lição de síntese apresentada com vista à obtenção do título de Agregado, FCDEF. UP, Porto.
- Giddens, A. (2005) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993) *O inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Godinho, M. (1997) *Desporto e Autarquias: levantamento do desporto promovido pelas autarquias na Região do Algarve*. Tese de Mestrado, Lisboa: FMH/UTL.
- Gomes, V. (1992) *Regionalização e descentralização desportiva*, Lisboa: Livros horizonte.
- Graça, J. (1999) *O Desporto nos Planos Directores Municipais*, Tese de Mestrado, FMH/ UTL, Lisboa.
- Homem, T. (1997) *O movimento associativo desportivo no concelho de Aveiro: caracterização organizativa e funcional dos seus elementos estruturantes, clubes, dirigentes, sócios, técnicos e praticantes*, Tese de Mestrado, FCDEF/UP, Porto.
- Jesus, B. (2000) *Desporto e União Europeia*, Revista Desporto, Ano III, nº 6: 26-31.
- Kinncar, T. e Taylor, J. (1996) *Marketing Research: an applied approach*. McGram-Hill

- Knoppers, A. (1994) *Gender and the coaching profession*, Women, sport, and culture, Editors – Birrell, S. & Cole, C., Human Kinetics.
- Lambin, J. (2000) *Marketing Estratégico*, Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal.
- Le Bras, F. (1996) *Como organizar e redigir relatórios e teses*, Mem Martins: Publicações Europa América.
- Lendrevie, J. et al, (1996) *Mercator – Teoria e prática do Marketing*, 6ª Edição, Lisboa: D. Quixote.
- Lima, L. (1990) *Projecto-Viana 1983-1988 / Um ensaio de investigação participativa – UEA*, Braga: Universidade do Minho.
- Lima, T. (1988) *O desporto está nas suas mãos*, Lisboa: Livros horizonte.
- Magalhães, D.M. (1991) *A sociedade perante o lazer*, Revista sociologia n.º 1, Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Maia, J. e Vasconcelos, M. (2001) *Actividade de crianças e jovens: haverá um declínio? Estudo transversal em indivíduos dos dois sexos dos 10 aos 19 anos de idade*. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Vol. 1, n.º 3: 44-52.
- Marivoet, S. (1991) *Hábitos desportivos da população portuguesa*, Revista Horizonte, Vol. 7, n.º 42: 191-195.
- Marivoet, S. (1993) *Hábitos desportivos na sociedade portuguesa* in Estruturas sociais e desenvolvimento / actas do II congresso de sociologia, Vol. II, Fragmentos, Lisboa.
- Marivoet, S. (1997) *Dinâmicas sociais nos envolvimento desportivos*, Sociologia, problemas e práticas, n.º 23, Lisboa.
- Marivoet, S. (2001) *Hábitos desportivos da população portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva.
- Marivoet, S. (2002a) *Aspectos Sociológicos do Desporto (2)*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Marivoet, S. (2002b) *A oferta desportiva está demasiado virada para a competição*, Revista Desporto, ano V-n.º3, Centro de Estudos e Formação Desportiva.
- Marivoet, S. (2005) *Prática Desportiva nos Estilos de Vida dos Europeus: Obstáculos e Tendências*. In R. M. Gomes (Org.), *Os Lugares do Lazer (39-53)*. Lisboa: IDP.
- Marques, A. (2004) *O desporto como modelo educativo. Uma pedagogia do esforço, uma cultura de exigência*, in Educação para o desporto, realidade ou utopia, Lisboa: IDP. (pp. 7-16).
- Meirim, J. (2003) *Necessitará o Sistema Desportivo Português de um quadro normativo renovado?* in Comunicações apresentadas na conferência "Sistema Desportivo

- Português: que modelo?”, Algés: Confederação do Desporto de Portugal (pp. 33-36).
- Morais, I. (1991) *Financiamento de equipamentos desportivos: a experiência portuguesa*. Actas do Congresso Europeu do Desporto para Todos, CM Oeiras, Oeiras.
- Mota, J. (1998) *A actividade física e a qualidade de vida*, Livro de actas do VII Congresso Galego de Educación Física, Deporte e Humanismo en clave de Futuro.
- Mullin, et al. (1995) *Marketing Desportivo*, Editorial Paidotribo, Barcelona.
- Neto, C. (1994) *A família e a institucionalização dos tempos livres*. Ludens, 14,1,5-10.
- Nunes, L. (1999a) *A prescrição da actividade física*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Nunes, L. (1999b) *Os grandes desafios da autarquia no âmbito do desporto, uma proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento desportivo municipal*, in Revista Horizonte, Vol. 15, nº 89: 33-39.
- Palla, M. (1992) *Estudo de sistematização dos equipamentos desportivos e ordenamento de território*, Actas do Congresso Europeu Desporto para Todos: os espaços e os equipamentos desportivos, CM de Oeiras, Oeiras.
- Parker, S. (1978) *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pereira, E. (1997) *O desporto e as autarquias*, in Revista Horizonte, Vol. 13, nº 76: 22 - 25.
- Pereira, E. (1998) *O papel dos municípios no desenvolvimento do desporto nacional*, Tese de Mestrado, FMH/UTL, Lisboa.
- Pieron, M. (1998) *Actividade física e saúde, um desafio para todos os profissionais de Educação Física. A Educação para a saúde: o papel da Educação Física na promoção de estilos de vida saudáveis*, Colecção Ciências do Desporto, nº 1: 41-80.
- Pinto, T & Amorim, M. (2002) *A influencia da família na prática desportiva dos jovens*, in *Um olhar sociológico sobre o desporto no limiar do sec. XXI*, Lisboa: Centro de estudos e Formação Desportiva (pp. 67- 80).
- Pires, G. (1990) *A aventura desportiva: o desporto para o 3º Milénio*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Pires, G. (1992) *Espaços Naturais e Desportos de Aventura*, Actas do Congresso Europeu Desporto para todos: Os espaços e os equipamentos desportivos. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

- Pires, G. (1993a) *Autarquias e planeamento democrático*, Revista Horizonte, vol. 10, nº 56: 63 – 73.
- Pires, G. (1994) *A organização do futuro, 10 megatendências*, Revista Horizonte, vol.11, nº 61: 3-13.
- Pires, G. (1996) *Desporto e Política: paradoxos e realidades*, O Desporto, Madeira.
- Pires, G. (2000) *A crise do movimento associativo em Portugal*, Revista Horizonte, Vol. 16, nº 96: 3 – 7.
- Quivy, R. e Campenhoudt L. V. (1998) *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Rabaçal, C. (2002) *Os equipamentos desportivos no contexto no contexto da política de desenvolvimento desportivo*, in Seminário Equipamentos Desportivos – Novas Perspectivas de Gestão. Évora: AMDE – Associação de Municípios do Distrito de Évora (pp. 32 – 36).
- Reis, E.; Raul, M. (1993) *Pesquisa de Mercados*. Edições Silabo, Lisboa
- Riganer, B. (1993) *Sport and economy: A developmental perspective*, The sport process, a comparative and developmental approach (281 – 305), Editors: Dunning, E., Maguire, J., Pearton, R., Human Kinetics.
- Rojek, C. (1995) *Decentring leisure*, SAGE Publications
- Rubingh, B. (1998) *Strategic Sport Marketing*, The Manage to Manage. International Marketing Séries.
- Sá, C.; Sá, D. (1999) *Marketing para desporto. Um jogo empresarial*. Edições IPAM, Porto.
- Santos, M. (2001) *A Desporto igual, prémio igual*, revista Ex aequo, n.º4: 103 – 112.
- Santos, R. (2003) *O desenvolvimento desportivo nas Regiões Autónomas – caso dos Açores*, in Comunicações apresentadas na conferência “Sistema Desportivo Português: que modelo?”. Alges: Confederação do Desporto de Portugal (pp. 101-107).
- Sarmento, P. (1997) *Sistema desportivo*. Revista O Desporto: CEFD.
- Sarmento, P. (2002) *Qualidade de gestão das instalações e o novo perfil do gestor desportivo*, Seminário equipamentos desportivos: novas perspectivas de gestão, Associação de Municípios do Distrito de Évora, Évora.
- Silva, A. (1998) *O desporto é um sector estratégico*, Revista Desporto, nº 7/8: 30-34

- Silva, P. e Carvalho, M. (2001) *Da penumbra à luminosidade, recortes dos últimos 100 anos da participação feminina desportiva portuguesa*, Revista Ex aequo, n.º4: 75 – 85.
- Simões, A. (1990) *A investigação-acção: natureza e validade*. Revista Portuguesa de pedagogia. Pedagogia, XXIV, 39-51.
- Stigger, M. (2002) *Esporte, Lazer e Estilos de vida*, Editora Autores Associados.
- Sugden e Tomlinson (2000) *Theorizing Sport, Social class and status*, Handbook of sports studies (309-321), Edited by Jay Coakley & Eric Dunning, SAGE.
- Teixeira, M. (2000) *As políticas desportivas regionais e a economia do desporto*, Revista Desporto, n.º 6: 12 – 13.
- Telama, R. (1998) *A saúde e o estilo de vida activo dos jovens. A educação para a saúde: o papel da educação física na promoção de estilos de vida saudáveis*, Coleção Ciências do Desporto, n.º1: 21-38.
- Tenreiro, F. (1997) *perspectivas futuras das instalações desportivas*, Revista Desporto n.º 0: 8 – 10.
- Werneck, C. (2000) *Lazer, Trabalho e Educação*, Editora UFMG, CELAR-DEF/UFMG, Belo Horizonte.
- Wilson, T. (2002) *The paradox of social class and sports involvement: the rules of cultural and economic capital*, International Review for the sociology of sport, vol. 37, n.º 1: 5 – 15.

Outros Documentos Consultados

- Carta das Instalações Desportivas Artificiais, 2000
- Carta Europeia do Desporto, Conselho da Europa, 1992
- Censos, Instituto Nacional de Estatística, 2001
- Carta Europeia do Desporto para Todos, 1975
- Special Eurobarometer on Sport and Physical Activity, European Commission, March 2010 (http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_334_en.pdf).
- Special Eurobarometer The citizens of the European Union and Sport, European Commission, 2004.

Legislação Consultada

- Constituição da República Portuguesa
- Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, 2007

ANEXOS

ANEXO I

INQUÉRITO SOCIOGRÁFICO



Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

INQUÉRITO À PRÁTICA DESPORTIVA NO CONCELHO DE SEIA

Este questionário faz parte de um estudo sobre a procura desportiva. O inquérito irá abranger a população do Concelho de Seia e tem como principal objectivo a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Lazer e Desenvolvimento Local.

Este questionário é anónimo, confidencial e não existem respostas certas ou erradas.

Por favor responda com o máximo de rigor e sinceridade, pois as suas respostas são fundamentais para a concretização deste estudo. Agradeço a sua preciosa colaboração.

Data: ____ / ____ / ____

Freguesia: _____

PRÁTICA DESPORTIVA

1. Costuma praticar alguma actividade física ou desportiva?

Sim Não (passar à questão 10)

2. Se sim, qual ou quais?

3. Pratica desporto todas as semanas?

Sim Não (passar à questão 5)

4. Quantas horas por semana?

Mais de 8 5 a 8 2 a 4 1 ou 2

5. Gostaria de praticar outra(s) actividade física ou desportiva?

Sim Não (passar à questão 7)

6. Se sim, qual ou quais?

7. Por que motivo pratica desporto?

Por diversão / estar com os amigos.....

Por razões de saúde.....

Por questões estéticas.....

Porque quero fazer carreira desportiva.....

Por prazer.....

Outro motivo. Qual? _____

8. Onde se insere a sua actividade desportiva?

Num clube ou outra organização

Em nenhuma organização em especial

9. Integra, neste momento, algum quadro competitivo federado?

Sim Não

(em ambos os casos passar à questão 15)

PERCURSO E EXPECTATIVAS DESPORTIVAS
--

10. Porque razão não o faz?

Porque não existem instalações desportivas

Por falta de tempo

Por desinteresse

Por falta de saúde

Por excesso de idade

Devido aos custos

Outra razão. Qual? _____

11. Já praticou algum desporto ou actividade física?

Sim Não **(passar à questão 13)**

12. Porque abandonou a actividade?

Por incompatibilidade com outras actividades/responsabilidades

Por questões de saúde

Por questões familiares

Outra razão. Qual? _____

13. Pretende iniciar alguma prática desportiva?

Sim Não (**passar à questão 15**)

14. Se sim, qual ou quais?

OFERTA DESPORTIVA

15. Das seguintes instalações, assinale com uma cruz(x), as que:

	Não conhece	Sabe onde fica mas nunca frequentou	Já frequentou como espectador	Já frequentou como praticante	Já frequentou como espectador e praticante
Estádio					
Piscina coberta					
Piscina ar livre					
Pavilhão Municipal Padre Martinho					
Pavilhão Gimnodesportivo n.º 1 (Seia)					
Pavilhão Gimnodesportivo n.º 2 (EB. 2,3)					
Campos de Ténis					

16. Das instalações que conhece, assinale com uma cruz(x), quanto:

	Estado de conservação				Condições de higiene				Qualidade dos materiais				Apoio técnico				Apoio administrativo			
	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S
Estádio																				
Piscina coberta																				
Piscina ar livre																				
Pavilhão Municipal Padre Martinho																				
Pavilhão Gimnodesportivo n.º 1 (Seia)																				
Pavilhão Gimnodesportivo n.º 2 (EB 2,3)																				
Campos de Ténis																				

B = Bom **R** = Razoável **I** = Insuficiente **N/S** = Não sabe

17. Das instalações que conhece, assinale com uma cruz(x), quanto:

	Horário funcionamento				Modalidades praticadas				Preços				Distancia e meios de acesso			
	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S	B	R	I	N/S
Estádio																
Piscina coberta																
Piscina ar livre																
Pavilhão Municipal Padre Martinho																
Pavilhão Gimnodesportivo n.º 1 (Seia)																
Pavilhão Gimnodesportivo n.º 2 (EB. 2,3)																
Campos de Ténis																

B = Bom R = Razoável I = Insuficiente N/S = Não sabe

18. Das actividades desportivas organizadas pelo Município, assinale com uma cruz(x), as que tem/teve conhecimento da sua realização e a quais já assistiu ou participou:

	Não conhece	Conhece	Conhece e assistiu	Conhece e participou
Escola Municipal de Desporto				
Footpáscoa				
Caminhar saudável				
Actividade sénior				
Tardes de Natal desportivas				
Jogos de Verão				

PERFIL SOCIAL

19. Sexo:

Masculino

Feminino

20. Idade:

15 aos 24 anos

25 aos 39 anos

40 aos 54 anos

55 aos 74 anos

21. Neste momento, qual a sua condição perante o trabalho?

- Exerce uma actividade remunerada
- Estudante (**passar à questão 23**)
- Doméstica (**passar à questão 23**)
- Desempregado(a) (**passar à questão 24**)
- Reformado(a) (**passar à questão 25**)

22. Qual a sua profissão?

_____ (**passar à questão 26**)

23. Qual a profissão do elemento que mais contribui para o rendimento global do seu agregado?

_____ (**passar à questão 26**)

24. Antes de ficar desempregado(a), o Sr.(a) era quem mais contribuía para o rendimento global do seu agregado?

Sim Qual foi a sua ultima profissão? _____ (**passar à questão 26**)

Não Qual a profissão do elemento que mais contribui ou contribuía para o rendimento global do seu agregado? _____ (**passar à questão 26**)

25. Antes de se reformar, o Sr.(a) era quem mais contribuía para o rendimento global do seu agregado?

Sim Qual foi a sua ultima profissão? _____ (**passar à questão 26**)

Não Qual a profissão do elemento que mais contribui ou contribuía para o rendimento global do seu agregado? _____ (**passar à questão 26**)

26. A profissão que acaba de referir é/foi desenvolvida:

Por conta própria

Por conta de outrem (**passar à questão 29**)

27. Como:

Trabalho em nome individual

Com empregados

28. Quantos empregados tem/tinha a seu cargo?

Até 5 trabalhadores

6 ou mais trabalhadores

29. Quais as suas habilitações literárias?

Nenhuma

1º Ciclo (Primária)

2º Ciclo (Preparatória)

3º Ciclo (9º ano)

Secundário (12º ano)

Superior

Muito obrigado pela colaboração.

ANEXO II

TIPOLOGIA DOS GRUPOS SOCIAIS

TIPOLOGIA DOS GRUPOS SOCIAIS

Empresários e Quadros Superiores

EQS = (GE + QDS)

Grandes Empresários (GE)

$(P26=1 \wedge P27=2 \wedge P28=2)$

Quadros Dirigentes e Superiores (QDS)

$\{(P22-5=02 \vee P22-5=03) \wedge [(P26=2) \vee (P26=1 \wedge P27=1) \vee (P26=1 \wedge P27=2 \wedge P28=1)]\}$

Serviços de Enquadramento e Execução

SEE = (PP+QS+TE)

Pequenos Proprietários (PP)

$\{(P22-5=01 \vee P22-5=04 \vee P22-5=05 \vee P22-5=06 \vee P22-5=07 \vee P22-5=08 \vee P22-5=09) \wedge [(P27=1) \vee (P27=2 \wedge P28=1)]\}$

Qualificados dos Serviços (QS)

$\{(P22-5=04 \vee P22-5=05) \wedge (P26=2)\}$

Trabalhadores de Execução (TE)

$(P22-5=06 \wedge P26=2)$

Profissionais da Indústria, Agrícolas e Pescas

PIAP = (O+TAG+P)

Operariado (O)

$(P22-5=07 \wedge P26=2)$

Trabalhadores Agrícolas (TAG)

$(P22-5=08 \wedge P26=2)$

Pescadores (P)

$(P22-5=09 \wedge P26=2)$

ANEXO III

POPULAÇÃO DO CONCELHO DE SEIA

POPULAÇÃO TOTAL DO CONCELHO.....**28144**

Sexo:

Masculino 13500.....48%

Feminino 14644.....52%

Grupos etários:

< 153930 = 14%

15 – 243967 = 14%

25 – 395194 = 19%

40 – 545743 = 20%

55 – 746479 = 23%

> 752831 = 10%

Divisão do território por freguesias segundo os agrupamentos escolares:

Loriga.....646 + 229 + 1270 + 341 + 232 + 382 = **3100...11%**

Seia.....**6928 ... 25%**

S. Romão ..403 + 429 + 1108 + 3078 + 528 + 281 + 843 + 574 + 416 = **7660... 27%**

Tourais.....482 + 309 + 1714 + 1561 = **4066... 14%**

Arrifana.... 703 + 570 + 397 + 741 + 322 + 1175 + 1120 + 816 + 546 = **6390... 23%**

ANEXO IV

MAPA DO LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)

MAPA DE LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)

SEIA

Habitantes = 6928 = 25 % = **75** inquéritos

Homens = 3316 = 48 % = 36 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 7
 25/39 = 24 % = 8
 40/54 = 27 % = 10
 55/74 = 30 % = 11

Mulheres = 3612 = 52 % = 39 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 7
 25/39 = 24 % = 9
 40/54 = 27 % = 11
 55/74 = 30 % = 12

	HOMENS				MULHERES				TOTAIS
	15/24	25/39	40/54	55/74	15/24	25/39	40/54	55/74	
SEIA	I I I I I I I	I I I I I I I I	I I I I I I I I I I	I I I I I I I I I I I	I I I I I I I	I I I I I I I I I	I I I I I I I I I I I	I I I I I I I I I I I I	75
TOTAIS	7	8	10	11	7	9	11	12	

MAPA DE LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)

S. ROMÃO

Habitantes = 7199 = 25 % = **75** inquéritos

Homens = 3508 = 49 % = 37 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 7
 25/39 = 24 % = 9
 40/54 = 27 % = 10
 55/74 = 30 % = 11

Mulheres = 3691 = 51 % = 38 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 7
 25/39 = 24 % = 9
 40/54 = 27 % = 10
 55/74 = 30 % = 12

	HOMENS				MULHERES				TOTALS
	15/24	25/39	40/54	55/74	15/24	25/39	40/54	55/74	
Carragosela			I	I		I	I	I	5
Folhadosa	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Sandomil	I	I	I	I I	I	I	I	I I	10
S. Romão	I I I	I I I I	I I I	I I I	I I I	I I I	I I I	I I I	25
Torrocelo	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Valezim		I	I	I			I	I	5
Vila Cova	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Várzea								I	1
Lapa			I	I		I	I	I	5
TOTALS	7	9	10	11	7	9	10	12	75

MAPA DE LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)

LORIGA

Habitantes = 3561 = 13 % = **39** inquéritos

Homens = 1719 = 48 % = 19 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 4
 25/39 = 24 % = 4
 40/54 = 27 % = 5
 55/74 = 30 % = 6

Mulheres = 1842 = 52 % = 20 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 4
 25/39 = 24 % = 5
 40/54 = 27 % = 5
 55/74 = 30 % = 6

	HOMENS				MULHERES				TOTAIS
	15/24	25/39	40/54	55/74	15/24	25/39	40/54	55/74	
Alvoco	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Cabeça				I				I	2
Loriga	I I	I I	I I	I	I	I I	I	I	12
Sazes			I	I			I	I	4
Teixeira				I		I	I	I	4
Vide	I	I	I	I	I I	I	I	I	9
TOTAIS	4	4	5	6	4	5	5	6	39

MAPA DE LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)

TOURAIS / PARANHOS

Habitantes = 4066 = 14 % = **42** inquéritos

Homens = 1904 = 47 % = 20 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 4

25/39 = 24 % = 5

40/54 = 27 % = 5

55/74 = 30 % = 6

Mulheres = 2162 = 53 % = 22 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 4

25/39 = 24 % = 5

40/54 = 27 % = 6

55/74 = 30 % = 7

	HOMENS				MULHERES				TOTAIS
	15/24	25/39	40/54	55/74	15/24	25/39	40/54	55/74	
Girabolhos		I	I	I		I	I	I	6
Lages				I			I	I	3
Paranhos	I I	I I	I I	I I	I I	I I	I I	I I I	17
Tourais	I I	I I	I I	I I	I I	I I	I I	I I	16
TOTAIS	4	5	5	6	4	5	6	7	42

MAPA DE LEVANTAMENTO DO INQUÉRITO (QUOTAS E ROTAS)

ARRIFANA

Habitantes = 6390 = 23 % = **69** inquéritos

Homens = 3053 = 48 % = 33 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 6
 25/39 = 24 % = 8
 40/54 = 27 % = 9
 55/74 = 30 % = 10

Mulheres = 3337 = 52 % = 36 inquéritos

Grupos etários = 15/24 = 19 % = 7
 25/39 = 24 % = 8
 40/54 = 27 % = 10
 55/74 = 30 % = 11

	HOMENS				MULHERES				TOTAIS
	15/24	25/39	40/54	55/74	15/24	25/39	40/54	55/74	
Pinhanços	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Sabugueiro	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Sameice			I	I			I	I	4
Santa Comba	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Santa Eulália		I	I	I		I	I	I	6
Santa Marinha	I	I	I	I I	I	I	I	I I	10
Santiago	I	I	I	I I	I	I	I	I I	10
São Martinho	I	I	I	I	I	I	I	I	8
Travancinha		I	I	I	I	I	I	I	7
Totais	6	8	9	11	7	8	9	11	69

ANEXO V

QUADROS DE APURAMENTO (OUTPUTS DO SPSS)

QUADROS DE APURAMENTO (OUTPUTS DO SPSS)

1. Costuma praticar alguma actividade física ou desportiva?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	119	39,7	39,7	39,7
nao	181	60,3	60,3	100,0
Total	300	100,0	100,0	

2. Se sim, qual ou quais?

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
\$p2(a) basquetebol	4	2,5%	3,4%
futebol	44	27,8%	37,0%
voleibol	13	8,2%	10,9%
caminhar	30	19,0%	25,2%
cicloturismo	14	8,9%	11,8%
musculação	1	,6%	,8%
atletismo	7	4,4%	5,9%
artes marciais	1	,6%	,8%
natação	3	1,9%	2,5%
ginastica	7	4,4%	5,9%
btt	4	2,5%	3,4%
corrida manutenção	11	7,0%	9,2%
tênis	4	2,5%	3,4%
motocross	2	1,3%	1,7%
hidroginástica	1	,6%	,8%
ginasio	7	4,4%	5,9%
badmington	1	,6%	,8%
caça desportiva	1	,6%	,8%
dança	1	,6%	,8%
Tiro ao alvo	1	,6%	,8%
equitação	1	,6%	,8%
Total	158	100,0%	132,8%

3. Pratica desporto todas as semanas?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	87	29,0	73,1	73,1
nao	32	10,7	26,9	100,0
Total	119	39,7	100,0	
Missing System	181	60,3		
Total	300	100,0		

4. Quantas horas por semana?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	+8	12	4,0	13,5	13,5
	5 a 8	26	8,7	29,2	42,7
	2 a 4	29	9,7	32,6	75,3
	1 ou 2	22	7,3	24,7	100,0
	Total	89	29,7	100,0	
Missing	System	211	70,3		
Total		300	100,0		

5. Gostaria de praticar outra(s) actividade física ou desportiva?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	73	24,3	61,3	61,3
	nao	46	15,3	38,7	100,0
	Total	119	39,7	100,0	
Missing	System	181	60,3		
Total		300	100,0		

6. Se sim, qual ou quais?

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
\$p6(a) andebol	2	2,4%	2,7%
basquetebol	4	4,8%	5,5%
futebol	10	11,9%	13,7%
golfe	1	1,2%	1,4%
voleibol	8	9,5%	11,0%
caminhar	1	1,2%	1,4%
cicloturismo	3	3,6%	4,1%
musculação	1	1,2%	1,4%
atletismo	2	2,4%	2,7%
artes marciais	1	1,2%	1,4%
natação	20	23,8%	27,4%
ginastica	14	16,7%	19,2%
sky	2	2,4%	2,7%
ténis	5	6,0%	6,8%
desporto aventura/radicais	5	6,0%	6,8%
ginasio	1	1,2%	1,4%
badmington	1	1,2%	1,4%
hoquei patins	1	1,2%	1,4%
dança	2	2,4%	2,7%
Total	84	100,0%	115,1%

7. Por que motivo pratica desporto?

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
\$p7(a) diversão/estar com amigos	60	27,9%	50,4%
saude	47	21,9%	39,5%
estetica	23	10,7%	19,3%
carreira desportiva	2	,9%	1,7%
prazer	79	36,7%	66,4%
outros	4	1,9%	3,4%
Total	215	100,0%	180,7%

8. Onde se insere a sua actividade desportiva?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	num clube	18	6,0	15,1	15,1
	nenhuma organização	101	33,7	84,9	100,0
	Total	119	39,7	100,0	
Missing	System	181	60,3		
Total		300	100,0		

9. Integra, neste momento, algum quadro competitivo federado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	11	3,7	9,2	9,2
	nao	108	36,0	90,8	100,0
	Total	119	39,7	100,0	
Missing	System	181	60,3		
Total		300	100,0		

10. Porque razão não o faz?

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
\$p10(a) não existem instalações	16	7,2%	8,8%
falta de tempo	94	42,3%	51,9%
desinteresse	34	15,3%	18,8%
falta de saude	34	15,3%	18,8%
excesso de idade	33	14,9%	18,2%
devido aos custos	2	,9%	1,1%
outras	9	4,1%	5,0%
Total	222	100,0%	122,7%

11. Já praticou algum desporto ou actividade física?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	101	33,7	55,8	55,8
	nao	80	26,7	44,2	100,0
	Total	181	60,3	100,0	
Missing	System	119	39,7		
Total		300	100,0		

12. Porque abandonou a actividade?

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p12(a)	incompatibilidade com outras actividades	59	53,6%	58,4%
	questões de saude	20	18,2%	19,8%
	questões familiares	5	4,5%	5,0%
	outras	26	23,6%	25,7%
Total		110	100,0%	108,9%

13. Pretende iniciar alguma prática desportiva?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	75	25,0	41,4	41,4
	nao	106	35,3	58,6	100,0
	Total	181	60,3	100,0	
Missing	System	119	39,7		
Total		300	100,0		

14. Se sim, qual ou quais?

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p14(a)	andebol	1	1,1%	1,3%
	futebol	8	9,1%	10,7%
	voleibol	1	1,1%	1,3%
	caminhar	28	31,8%	37,3%
	cicloturismo	1	1,1%	1,3%
	atletismo	4	4,5%	5,3%
	artes marciais	1	1,1%	1,3%
	natação	12	13,6%	16,0%
	ginastica	25	28,4%	33,3%
	corrida manutenção	2	2,3%	2,7%
	ténis	1	1,1%	1,3%
	hidroginástica	1	1,1%	1,3%
	ginasio	3	3,4%	4,0%
Total		88	100,0%	117,3%

15. Das seguintes instalações, assinale com uma cruz(x), as que:

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p15(a)	nao conhece	1031	49,1%	343,7%
	sabe onde fica mas nunca frequentou	467	22,2%	155,7%
	ja frequentou como espectador	231	11,0%	77,0%
	ja frequentou como praticante	241	11,5%	80,3%
	ja frequentou como espectador e pratican	130	6,2%	43,3%
Total		2100	100,0%	700,0%

16. Das instalações que conhece, assinale com uma cruz(x), quanto:

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p16.1(a)	bom	279	13,3%	93,0%
	razoavel	269	12,8%	89,7%
	insuficiente	60	2,9%	20,0%
	nao sabe	1492	71,0%	497,3%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p16.2h(a)	bom	217	10,3%	72,3%
	razoavel	217	10,3%	72,3%
	insuficiente	122	5,8%	40,7%
	nao sabe	1544	73,5%	514,7%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p16.3(a)	bom	186	8,9%	62,0%
	razoavel	262	12,5%	87,3%
	insuficiente	62	3,0%	20,7%
	nao sabe	1590	75,7%	530,0%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p16.4t ecnico(a)	bom	100	4,8%	33,3%
	razoavel	140	6,7%	46,7%
	insuficiente	114	5,4%	38,0%
	nao sabe	1746	83,1%	582,0%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p16.5a dministr ativo(a)	bom	84	4,0%	28,0%
	razoavel	150	7,1%	50,0%
	insuficiente	106	5,0%	35,3%
	nao sabe	1760	83,8%	586,7%
Total		2100	100,0%	700,0%

17. Das instalações que conhece, assinale com uma cruz(x), quanto:

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p17.1h orario(a)	bom	131	6,2%	43,7%
	razoavel	167	8,0%	55,7%
	insuficiente	30	1,4%	10,0%
	nao sabe	1772	84,4%	590,7%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p17.2 modalid ades(a)	bom	71	3,4%	23,7%
	razoavel	164	7,8%	54,7%
	insuficiente	102	4,9%	34,0%
	nao sabe	1763	84,0%	587,7%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p17.3p reços(a)	bom	87	4,1%	29,0%
	razoavel	171	8,1%	57,0%
	insuficiente	59	2,8%	19,7%
	nao sabe	1783	84,9%	594,3%
Total		2100	100,0%	700,0%

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p17.4d	bom	323	15,4%	107,7%
istanca	razoavel	267	12,7%	89,0%
(a)	insuficiente	214	10,2%	71,3%
	nao sabe	1296	61,7%	432,0%
Total		2100	100,0%	700,0%

18. Das actividades desportivas organizadas pelo Município, assinale com uma cruz(x), as que tem/teve conhecimento da sua realização e a quais já assistiu ou participou:

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
\$p18(a)	nao conhece	1169	77,9%	389,7%
	conhece	253	16,9%	84,3%
	conhece e assistiu	58	3,9%	19,3%
	conhece e participou	20	1,3%	6,7%
Total		1500	100,0%	500,0%

19. Sexo:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	145	48,3	48,3	48,3
	feminino	155	51,7	51,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

20. Idade:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	15 aos 24	57	19,0	19,0	19,0
	25 aos 39	70	23,3	23,3	42,3
	40 aos 54	81	27,0	27,0	69,3
	55 aos 74	92	30,7	30,7	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

21. Neste momento, qual a sua condição perante o trabalho?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	actividade remunerada	137	45,7	45,7	45,7
	estudante	52	17,3	17,3	63,0
	doméstica	26	8,7	8,7	71,7
	desempregado	19	6,3	6,3	78,0
	reformado	66	22,0	22,0	100,0
	Total	300	100,0	100,0	

22. Qual a sua profissão?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid empresários e quadros superiores	33	11,0	11,0	11,0
serviços de enquadramento e execução	187	62,3	62,3	73,3
profissionais da indústria, agrícola e pescas	80	26,7	26,7	100,0
Total	300	100,0	100,0	

29. Quais as suas habilitações literárias?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid nenhuma	12	4,0	4,0	4,0
primeiro ciclo	101	33,7	33,7	37,7
segundo ciclo	40	13,3	13,3	51,0
terceiro ciclo	78	26,0	26,0	77,0
secundário	37	12,3	12,3	89,3
superior	32	10,7	10,7	100,0
Total	300	100,0	100,0	